



Mestrado em Ciências da Comunicação

As Eleições Autárquicas de 2009

**A cobertura noticiosa nos Media do Concelho da
Póvoa de Varzim**

Hugo Jorge Lima dos Santos

Orientador: **Prof. Doutor Milan Rados Radenovic**

Resumo

A relação entre Comunicação e Política desenvolve-se com base em vários aspectos comuns que permitem compreender as interações que se estabelecem na sociedade entre o Estado, os diversos poderes que nela se movem, bem como o impacto desses mesmos agentes na forma como o cidadão comum encara o ambiente no qual se insere.

Neste sentido, a acção de uma disciplina como a Comunicação Política pretende contribuir para uma clarificação do modo como essas relações se processam e o impacto das mesmas em cenários políticos como, por exemplo, as campanhas eleitorais.

No caso das eleições autárquicas de 2009 à Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, a hipótese defendida apontava para o facto de o partido detentor poder (PSD), bem como o respectivo candidato (José Macedo Vieira) e o programa eleitoral, serem alvo uma cobertura noticiosa não só de dimensão mais volumosa como enquadrada de forma mais favorável face às demais candidaturas.

Embora, de facto, o candidato supracitado tenha recebido uma percentagem mais elevado de molduras positivas, o partido que representa, inversamente, foi o mais negativamente perspectivado. Por outro lado, a cobertura efectuada aos programas eleitorais enferrou de uma excesso de enquadramentos neutrais, inviabilizando a extracção de conclusões que sustentem ou refutem a hipótese aventada. No que concerne ao volume global de cobertura noticiosa verificou-se, igualmente, a confirmação da hipótese avançada, conquanto a distribuição não revele grandes assimetrias entre as diferentes candidaturas.

Palavras-chave: cobertura noticiosa – análise de enquadramentos – eleições autárquicas – Póvoa de Varzim.

Abstract

The relationship between Communication and Politics develops itself based on several common aspects that allow a better understanding of the interactions that are established in society between the State and the different powers in which they operate, as well as the impact of these same agents on the way the common citizen regards the environment where he belongs to.

In this sense, a science such as Political Communication aims to contribute, through its action, to clarify the way through which these relations develop and their impact on the political sceneries like, for example, the electoral campaigns.

Regarding the 2009 Municipal elections in Póvoa de Varzim, the most widespread hypothesis pointed to the fact that the party in power (PSD), as well as its own candidate (José Macedo Vieira) and the electoral programme, were being devoted not only a more extensive news coverage but also were being framed in a more favourable way in comparison to the remaining candidatures.

Although, in fact, the aforementioned candidate has received a higher percentage of positive framing, the party for which he ran, on the contrary, was the one which was most negatively portrayed. On the other hand, the coverage regarding the election programs was harmed by an excessive bulk of neutral frames, making the assumption of conclusions which may sustain or disprove the suggested hypothesis unviable. As far as the global volume of news coverage is concerned, the hypothesis previously advanced was confirmed, notwithstanding the absence of significant asymmetries among the different candidatures.

Keywords: *news coverage – frame analysis – local elections – Póvoa de Varzim.*

ÍNDICE

Introdução.....	Pág. 5
A comunicação.....	Pág. 8
A comunicação como instrumento manipulador.....	Pág. 9
A contribuição e impacto da Escola de Frankfurt.....	Pág. 18
Tecnologia e comunicação: Innis e McLuhan.....	Pág. 22
<i>Gatekeeping, newsmaking e agenda-setting</i>	Pág. 28
A teoria dos usos e gratificações.....	Pág. 37
A política.....	Pág. 42
A formação do Estado.....	Pág. 44
As concepções de política enquanto poder.....	Pág. 47
A estrutura e funcionamento do sistema político.....	Pág. 50
A abordagem económica da política.....	Pág. 53
A perspectiva neo-institucionalista.....	Pág. 55
A Comunicação Política.....	Pág. 58
A génese da Comunicação Política.....	Pág. 59
Limites e horizontes enquanto área de investigação.....	Pág. 63
A mediação da mensagem política através de enquadramentos.....	Pág. 64
A Eleição e os sistemas eleitorais.....	Pág. 70
A disposição do Poder Local segundo a Constituição Portuguesa.....	Pág. 76
As autarquias locais no âmbito Lei Eleitoral.....	Pág. 79
Hipóteses em investigação.....	Pág. 82
Metodologia de análise.....	Pág. 83
Análise dos resultados.....	Pág. 86
Conclusões.....	Pág. 97
Bibliografia.....	Pág. 100
Apêndices.....	Pág. 103

Introdução

Fenómenos profundamente intrínsecos e elementares ao Ser Humano, tanto a comunicação como a política desempenham um papel da mais acentuada relevância em todo o processo de socialização. De facto, ambas as ciências são passíveis de ser classificadas enquanto motores actuates numa dinâmica global que preside ao universo das inter-relações que incessantemente se estabelecem entre os distintos elementos que compõe a paisagem social, quer sejam agentes políticos, económicos ou mediáticos. Em última instância, esta conjunção possibilita que todo um mundo se abra facultando a compreensão do ambiente que rodeia cada indivíduo.

Neste sentido, tendo por princípio que, na sua essência, o processo comunicacional reveste-se, aparentemente, de uma absoluta simplicidade, no qual intervém um emissor, um receptor e um canal através do qual o acto comunicativo se realiza, torna-se lícito questionarmo-nos sobre, não só a forma como esse mesmo ambiente nos é dado a conhecer ou como, analogamente, o modo como o percebemos. Tal como Jean Cazeneuve havia notado, o Homem encontra-se em permanente comunicação com o planeta, exposto a um fluxo tremendo de mensagens difundidas por uma panóplia, aparentemente, infindável de meios de comunicação. Desta forma, na relação que os indivíduos estabelecem com os media, o objectivo imediato continua, primordialmente, a passar pela capacidade dos primeiros operarem uma selecção, expondo-se às mensagens úteis e protegendo-se das demais (1978:73).

Com esta perspectiva em mente, importa, por seu turno, encarar a política não nos debruçando somente sobre os conceitos de nação, Estado e poder mas entender, fundamentalmente, o que a mesma nos tem a dizer relativamente ao processamento de relações na sociedade actual entre as tais estruturas de poder e como, uma vez mais, o simples cidadão é influenciado por elas. A este propósito, Georges Burdeau recorda que para que uma dada situação conforme um carácter político, torna-se necessário que a sua finalidade seja socializada. Em qualquer sociedade, as relações entre os seus membros estabelecem-se segundo um objectivo que lhe é próprio, sendo a política que aí se desenrola somente uma técnica de realização de valores religiosos, económicos ou culturais, entre outros (1981:25).

É assim que, no presente estudo, a confluência necessária à prossecução dos objectivos a que, modestamente, o mesmo se propõe reside na designada Comunicação

Política. É através desta novel disciplina que se tentará perceber os contornos da relação existente entre o poder político e os meios de comunicação social. Nessa linha, a chave para a descodificação das estruturas cognitivas propostas por uma e outra área passa por descortinar o produto da justaposição de ambas as ciências, tal como sugerido pela Comunicação Política.

Maria José Canel chama a atenção para o facto de a comunicação desempenhar uma função relevante, por exemplo, na tomada de decisões, assumindo-se fundamental na dotação de um carácter vinculativo às medidas tomadas. Neste sentido, a legitimidade emanada dos actos eleitorais só se consolidará se houver capacidade para operar adequadamente a comunicação, ou seja, se quem se encontra no poder conseguir comunicar de um modo eficaz com aqueles que se encontram sob o seu governo, de forma que as suas medidas sejam entendidas e postas em prática. Assim, a comunicação configura-se primordial na organização da sociedade, orientando a mesma por meio da identificação de objectivos e problemas, com o propósito de agregar consensos que facilitem a compreensão de posturas distintas e a percepção dos valores e tradições no sentido da resolução de conflitos, transposição de diferenças, bem como do reconhecimento de opções distintas que favoreçam um exercício racional de voto (2008:18-19).

Com especial relevância para a análise a ser efectuada, importa, então, aclarar a problemática advinda da aferição da acção exercida pelos múltiplos factores que subjazem à mediação da mensagem política a cargo dos meios de comunicação social. Cabe, neste ponto, formular a questão: então, até que ponto a veiculação de conteúdo noticioso é afectada?

Na tentativa de oferecer um contributo, minimamente, válido, partiu-se para a selecção de um acto eleitoral, recaindo a escolha sobre um escrutínio de carácter local. O ano de 2009, tendo sido marcado por uma insistente convocação dos eleitores para o exercício do seu direito cívico, concedeu a possibilidade de um leque de opções extremamente amplo, do qual se extraiu o acto eleitoral autárquico ocorrido no concelho da Póvoa de Varzim. À frente dos destinos da autarquia desde 1993, José Macedo Vieira, candidato pelo Partido Social-Democrata (PSD), procurava reeleger-se para o quinto e derradeiro mandato, constituindo este o número máximo de mandatos permitidos por Lei e, simultaneamente, enfrentando um certo declínio em percentagem de votos expressos desde o escrutínio de 2005.

Numa fase preliminar, tentar-se-á abordar toda a mecânica que assiste a um

escrutínio desta natureza específica, partindo de uma dimensão mais abrangente, na qual se aflora o próprio conceito de eleição, e passando pela explicitação da orgânica diversos sistemas eleitorais, bem como da legislação portuguesa referente a este domínio.

Lançadas as bases, caberá analisar todo o ambiente que envolveu as Eleições Autárquicas de 2009 no supracitado concelho, designadamente, os períodos de pré-campanha, campanha oficial e pós-eleitoral, com base nas incidências decorrentes da cobertura noticiosa efectuada por meios de comunicação impressos. O perfil local do escrutínio justifica, por seu turno, a concentração do estudo nos três semanários locais (O Comércio da Póvoa de Varzim, A Voz da Póvoa, Póvoa Semanário), enquanto fonte preferencial de obtenção de dados, uma vez que constituem os media no qual a cobertura do acto eleitoral assume proporções mais significativas.

Com este esqueleto montado, procurar-se-á perceber o modo como as diversas candidaturas que participam na eleição foram noticiadas, atentando ao tipo de enquadramentos privilegiados no tocante a cada uma das mesmas nos três órgãos de comunicação. Para tal, entendeu-se tomar como referência a *frame analysis* proposta por Robert Entman, mais especificamente, colocando em prática o quesito designado pelo autor como avaliação moral, o qual norteará toda a análise. Será por intermédio de toda esta estrutura que se tentará alcançar respostas às questões formuladas anteriormente.

A comunicação

De entre as mais variadas definições existentes do fenómeno da comunicação, será aquela com uma base etimológica a melhor a empregar como ponto de partida na tentativa de discorrer sobre um universo assaz complexo. Nesse sentido, temos que comunicar é tornar comum (Cazeneuve, 1978:68). A comunicação implica a passagem do individual ao colectivo, constituindo-se a condição de toda a vida social. Claude Lévi-Strauss entende tratar-se de uma troca de mensagens carregadas de significado, podendo apresentar-se sob vários aspectos, designadamente, troca de pessoas, bens e serviços ou palavras (Cazeneuve, 1978:68). Jean Cazeneuve encara a comunicação como um processo essencial, não só da socialização como também da formação do indivíduo, na medida em que este adquire consciência de si interiorizando os comportamentos na troca de mensagens significativas (1978:68). De entre as diferentes formas de comunicação apresentadas, a linguagem, por sinais visuais ou palavras, é a mais clara, na medida em que esta é uma troca de significações e a comunicação é uma transmissão de informações que implica a emissão da mensagem e a sua recepção.

Ao longo dos anos, a definição de comunicação foi sofrendo uma mutação no que ao sentido concerne. Mais do que um processo de cariz técnico, associado ao transporte e transferência de objectos físicos ou de natureza sistémica, segundo a disposição do modelo de Shannon e Weaver, a comunicação passa, sobretudo, pelo transporte de ideias e emoções expressas por intermédio de um código. Importa ressaltar que esta transmissão encontra-se sujeita à intervenção de vários factores que podem influir no seu processamento, seja no ponto de partida, seja no ponto de chegada, alterando, deste modo, o significado da mensagem (Cazeneuve, 1978:68). Por outro lado, uma abordagem da questão sob o ponto de vista histórico e sociológico, revela uma particular importância no que à evolução das técnicas de comunicação e aos efeitos que, potencialmente, produzem sobre o conjunto das relações sociais. Neste particular, assumem especial relevo as consequências práticas das diversas utilizações dos modos de difusão. Segundo Jean Cazeneuve, quando a comunicação ultrapassa largamente o quadro de troca de mensagens entre dois ou mais indivíduos, consistindo na extensão de uma mensagem a partir de um centro emissor, situado num conjunto social bastante extenso, configura-se como difusão, no sentido de uma espécie de irradiação numa comunidade (1978:68). A partir desta definição, torna-se possível falar em

comunicações de massa ou *mass media*. Com a evolução técnica, essas extensões assumiram a forma dos mais diversos meios de difusão de comunicação massiva num processo que, desenvolvendo-se em crescendo, assistiu à invenção da imprensa, da rádio, do cinema e, sobretudo, da televisão. Nesta linha, Cazeneuve chama a atenção para o que apelida de grandes frescos evolucionistas, outrora definidos com Comte através dos diversos tipos de conhecimento ou com Marx por intermédio das relações de produção e que hoje são, muitas vezes, orientados pelas modificações operadas nos modos de comunicação e, especialmente, de difusão (1978:68-69).

À luz da reflexão de Cazeneuve, afigura-se como lógica a colocação de questões no que ao alcance e poder dos efeitos dos media respeita. Logo após a Primeira Grande Guerra, o chamado “legado do medo” constituir-se-ia como o primeiro momento de convergência de uma certa apreensão e desconfiança face ao poder dos meios comunicação de massa. Deste modo, surgem inúmeras teorias conspirativas que defendiam a existência de maquinações com o intuito de colocar as populações à mercê de determinados interesses. Para além das intenções do comunicador, o foco de receio incidia, igualmente, sobre as próprias especificidades do meio de comunicação. Pese embora tida por uns como um processo consciente e por outros como uma acção involuntária, a crença transversal na capacidade subversiva dos media baseava-se no pressuposto comum que os meios de comunicação de massas produzem efeitos na sociedade. Nesse sentido, o âmago da discussão deslocar-se-ia para a determinação da amplitude desses mesmos efeitos e das características dos mesmos.

A comunicação como instrumento manipulador

Durante a Primeira Guerra Mundial, assistiu-se a uma tentativa das partes em conflito de encetar uma operação de persuasão como meio de promoção da respectiva causa. Neste particular, revestiram-se de especial significado as operações intensivas e continuadas de propaganda por parte dos Aliados com vista à conquista do apoio da opinião pública em geral. Com o término do conflito, surge um número considerável de obras da autoria de muitos dos responsáveis pelos esforços de manipulação e propaganda, procurando revelar os segredos e técnicas por detrás das acções levadas a cabo. Entre as questões abordadas, os autores tentavam aferir, não só do poder dos meios de comunicação como também do efeito que produzem nos cidadãos. As conclusões obtidas apontavam para o facto de, a determinados estímulos difundidos

pela comunicação de massas, sucederem-se efeitos precisos. Este modelo estímulo-resposta assentava, sobremaneira, na teoria científica, então, mais em voga – a psicologia behaviorista.

Os efeitos obtidos no decorrer da Primeira Grande Guerra concorriam para a corroboração deste modelo, dando, desta forma, origem à primeira teoria de comunicação de massas, conhecida como teoria das balas mágicas ou teoria hipodérmica. Charles Robert Wright sintetizava este modelo afirmando que cada elemento do público era pessoal e directamente atingido pela mensagem (Wolf, 2006:22). Por outras palavras, bastaria atingir o alvo para que este sucumbisse, garantindo, assim, o êxito e a eficácia da comunicação. Wright Mills definia cada indivíduo enquanto um átomo isolado que reagia isoladamente às ordens e às sugestões dos meios de comunicação de massa monopolizados (Wolf, 2006:26). Mauro Wolf destaca a estreita relação existente entre a teoria da acção de carácter behaviorista e as teorizações sobre a sociedade de massa, fornecendo-lhes o suporte em que se apoiavam as convicções acerca da instantaneidade e da inevitabilidade dos efeitos (2006:27). Neste sentido, Bauer afirma mesmo que, no âmbito da teoria hipodérmica, os efeitos, na sua maior parte, não são estudados, são dados como certos (Wolf, 2006:28). Apesar da aparente adequação do modelo estímulo-resposta às circunstâncias da época a que se reporta, era reconhecido o carácter complexo do estímulo e a heterogeneidade da resposta (Wolf, 2006:28). Segundo Lund, a definição da amplitude e qualidade desta última não só dependia, decisivamente, do contexto em que se verifica o estímulo como também das experiências anteriores dos sujeitos (Wolf, 2006:28).

Contudo, foram precisamente estes dois factores a serem objecto de tratamento pela teoria da sociedade de massas de forma a sublinharem a instantaneidade, mecanicidade e amplitude dos efeitos (Wolf, 2006:28). Mauro Wolf salienta a novidade e desconhecimento que revestiam os meios de persuasão de massa. Tratava-se de um fenómeno sobre o qual o público não tinha informações suficientes. Por outro lado, o contexto social em que tais meios apareciam e eram empregues era o dos regimes totalitários ou de sociedades que se estavam a organizar em torno da destruição das formas comunitárias anteriores (2006:28). As grandes massas de indivíduos eram representadas como atomizadas, alienadas e “primitivas” (Wolf, 2006:28). A teoria hipodérmica vem, neste sentido, defender uma relação directa entre a exposição às mensagens e o comportamento, advogando que a exposição do indivíduo à propaganda garante o controlo e manipulação do mesmo (Wolf, 2006:28).

O debate em torno do poder dos meios de comunicação de massa atinge um novo momento crítico com a emissão da “Guerra dos Mundos” de Orson Wells, em 1938. De facto, o programa radiofónico perfilou-se como uma flagrante oportunidade para a aferição e estudo dos fenómenos da influência e capacidade de persuasão dos media. A heterogeneidade no que às reacções do público concerne acabou por colocar em causa os princípios orientadores do modelo estímulo-resposta e da teoria das balas mágicas. Embora a emissão não tenha deixado ninguém indiferente, atestando o grande poder dos meios de comunicação de massas, revelou igualmente que o público não era uniforme, reagindo do modo diferenciado aos estímulos provenientes dos media. Em consequência, o modelo foi forçado a sofrer algumas modificações, no sentido de atingir uma maior credibilidade, consentânea com as novas conclusões alcançadas. De entre as mutações levadas a cabo avultam as alterações na concepção do modelo estímulo-resposta por intermédio do que Melvin De Fleur designou de “modelo psicodinâmico”. Deste modo, o intuito desta reformulação passava por contemplar a noção de que as reacções aos estímulos não eram uniformes, encontrando-se subordinadas à estrutura psicológica de cada indivíduo. A procura de superação e potencial evolução dos pressupostos em que se fundava a teoria hipodérmica conheceu uma primeira etapa com o modelo de Lasswell.

Enunciada em plena efervescência da teoria das balas mágicas, o modelo propunha que a forma mais adequada para descrever um acto de comunicação seria responder às seguintes questões: quem, diz o quê, através de que canal, com que efeito? A estrutura perfilava-se como uma sistematização de cada sector específico da pesquisa sobre os processos comunicativos de massas, respectivamente, o estudo dos emissores, a análise do conteúdo das mensagens, a investigação dos meios, bem como a análise da audiência e dos efeitos (Wolf, 2006:29). Em suma, a cada termo do paradigma correspondia um elemento particular do acto comunicacional. A fórmula de Lasswell, assente na tradição de pesquisa característica da teoria hipodérmica, sublinha um pressuposto que esta última afirmava activamente na delineação da sociedade de massa, ou seja, que a iniciativa do processo de comunicação seria exclusivamente do comunicador e que os efeitos recairiam unicamente sobre o público (Wolf, 2006:30). Influenciado pelas teorias de persuasão em voga na época, Lasswell advogava a existência de um emissor activo e um receptor passivo que se limitava a reagir aos estímulos. Neste sentido, a comunicação revestir-se-ia de um cariz intencional com o fito na obtenção de efeitos observáveis, geradores de determinados comportamentos aos

quais fosse possível associar o objectivo desses mesmos efeitos (Wolf, 2006:30). Por outro lado, as funções de comunicador e destinatário surgem isoladas, alheias às relações sociais, situacionais e culturais em que o processo comunicacional se desenvolve. Schulz frisa que os efeitos dizem respeito a destinatários atomizados, isolados (Wolf, 2006:30). Na perspectiva de Katz, a audiência era percebida como um conjunto de classes de ordem diversa na qual as relações que lhe estavam implícitas e as ligações informais eram pouco privilegiadas (Wolf, 2006:30). Pese embora, os estudos de comunicação não ignorassem que os indivíduos que constituíam o público possuíam família e grupo de amigos, consideravam que tais aspectos não detinham qualquer influência sobre o resultado de uma campanha propagandística, afigurando-se como irrelevantes para as instituições da sociedade moderna (Wolf, 2006:30). Face a este panorama, Denis McQuail e Sven Windahl consideraram que modelos como o de Lasswell contribuíram certamente para a tendência de exagerar os efeitos da comunicação de massas (1986:11). Além disso, a própria compartimentação e dissecação a que os vários elementos que compõem o acto de comunicação haviam sido sujeitos, concorria para a criação de divisões artificiais num processo cuja compreensão passa pela sua abordagem enquanto fenómeno global.

Em 1948, a publicação da obra “1984” da autoria de George Orwell assumiu-se como um manifesto de uma classe intelectual alarmada com os efeitos persuasivos dos meios de comunicação de massas. Tendo em mente as experiências totalitárias de Hitler e Estaline, as modernas sociedades dominadas pela tecnologia passaram a ser encaradas como o produto de uma grande conspiração, à qual não era alheia uma comunicação social tida como detentora de um grande poder, imagem corporizada pelo modelo de Lasswell. Anteriormente, as eleições presidenciais norte-americanas ocorridas em 1940 haviam oferecido a Paul Lazarsfeld, Bernard Berelson e Hazel Gaudet a oportunidade de analisar o mecanismo no qual se baseavam as decisões de voto dos eleitores, procurando descortinar os motivos que levam os indivíduos a votar de uma determinada forma (De Fleur e Lowery, 1983:89). A investigação foi organizada a partir de problemáticas como o papel da função socioeconómica, da religião, do grupo etário e de outros factores sociológicos na predisposição das orientações de voto, ou a partir da correlação entre o grau de interesse, de motivação e de participação na campanha eleitoral e o grau de exposição a essa mesma campanha (Wolf, 2006:51). Como local de análise, a tríade de investigadores seleccionou uma pequena comunidade do estado de Ohio – Erie County – cujo sentido de voto se assemelhava notavelmente aos resultados

nacionais em todos os escrutínios do século vinte. Julgando, numa primeira instância, que os resultados espelhariam a influência dos media no processo de formação da intenção de voto dos eleitores, de acordo com os pressupostos da teoria das balas mágicas, Lazarsfeld, Berelson e Gaudet viram-se confrontados com o facto de as pessoas receberem muita informação e influência, directamente, de outras pessoas, ao passo que os efeitos produzidos pela comunicação social se revelavam, manifestamente, de menor proporção. No âmago do mecanismo investigado, encontrava-se a figura do “líder de opinião”, uma figura que estabelecia uma ponte entre os meios de comunicação e o eleitorado.

Segundo Mauro Wolf, estes líderes representam a parcela de opinião pública que procura influenciar o resto do eleitorado e que demonstra uma capacidade de reacção e de resposta mais atentas aos acontecimentos da campanha eleitoral (2006:52). Tratava-se, igualmente, do sector da população mais activo em termos de participação política e mais decidido no que ao processo de formação das atitudes de voto respeitava. As conclusões obtidas apontavam para a circulação de um fluxo de ideias da rádio e dos jornais para os líderes de opinião, e destes para sectores menos activos da população (De Fleur e Lowery, 1983:109). Deste modo, a informação passava a ser propagada a dois tempos, gerando o modelo teórico do *two-step flow of communication*. Os indivíduos deixaram de ser encarados como elementos isolados e começaram a ser considerados enquanto membros constituintes de grupos sociais com capacidade de interacção. Wolf ressalta que é no seio das relações sociais que a tendência para gerar atitudes partilhadas pelos outros componentes do grupo vem realçar a existência dos líderes de opinião e a sua função de medianeiros entre os *mass media* e os outros indivíduos menos interessados e menos participativos na campanha presidencial (2006:53). Em termos mais genéricos, Shils e Janowitz realçam que a eficácia dos *mass media* só é susceptível de ser analisada no contexto social em que funcionam. Mais ainda do que o conteúdo que difundem, revestem-se de especial importância as características do sistema social que os rodeiam e no qual pretendem exercer a sua influência (Wolf, 2006:51).

Esta concepção baseada na crença que a comunicação de massas não era onnipotente e que as relações sociais detinham uma função considerável na formação de opinião, enfermava de uma conceito de sociedade, firmemente, assente num binómio composto por líderes e seguidores. Wilbur Schramm destaca o facto de os líderes de opinião não receberem necessariamente informações directamente provenientes dos

meios de comunicação mas igualmente com origem em outros líderes de opinião. Na mesma linha, a troca recíproca de papéis entre indivíduos influentes e influenciados tornava-se agora admissível. Num prisma diverso, contrariamente ao que se supunha, os líderes de opinião não se encontravam concentrados no topo da pirâmide social, antes patenteavam uma transversalidade no que concerne à estratificação socioeconómica (Wolf, 2006:52). O factor que os agregava não dizia respeito ao estrato social mas sim ao superior interesse demonstrado pelo acto eleitoral e pela cobertura levada a cabo pelos media. De facto, embora o líder de opinião pareça ser mais activo e interessado na área temática em que se revela mais influente, é altamente improvável que os indivíduos influenciados estejam muito distantes do líder quanto ao seu nível de interesse (Wolf, 2006:57). Além disso, a invocação de âmbitos temáticos distintos, possibilitaria a troca de papéis entre líderes e seguidores afluída anteriormente. Em síntese, a particularidade de os líderes de opinião procurarem informações junto de outros líderes altera a concepção original de um processo comunicacional executado a dois tempos para uma comunicação que se desenrola a vários tempos, ou seja, um modelo consentâneo com um *multi-step flow of communication*. Assiste-se, deste modo, a uma selectividade inerente à dinâmica comunicativa fortemente associada à rede de relações sociais que constituem o ambiente em que cada indivíduo vive e que enformam os grupos de que faz parte (Wolf, 2006:58).

A análise de cariz sociológico sobre a consistência e o alcance dos efeitos que as comunicações de massa detêm viu surgir, paralelamente, uma nova linha de investigação, desta feita, com génese na Psicologia. Partindo da constatação que as pessoas não obedeciam maquinalmente às informações veiculadas pelos meios de comunicação, decidindo por si próprias se deviam ou não se expor às mensagens, o modelo psicológico-experimental destacava a possibilidade de se obter efeitos de persuasão desde que as mensagens fossem estruturas de uma forma adequada às características psicológicas dos destinatários (Wolf, 2006:58). De facto, tal como Bauer havia notado, no âmbito da teoria hipodérmica, os efeitos, até então, eram dados como certos (Wolf, 2006:27). Na tentativa de compreender a melhor maneira de formular uma mensagem com vista a uma persuasão eficaz, foram levadas a cabo diversas investigações com painéis representativos do público em geral que permitissem identificar os factores passíveis de serem relevantes para o próprio processo de persuasão.

Carl Hovland aventou a hipótese de a credibilidade da fonte de informação se

encontrar directamente relacionada com potenciais mudanças de opinião. Neste sentido, uma mensagem construída com o mesmo tipo de argumentos mas atribuída a fontes diversas instigaria, mais facilmente, um câmbio de opinião caso o comunicador fosse considerado credível. No que respeita à disposição de argumentos numa dada mensagem, verificou-se que os indivíduos com um grau de instrução mais elevado dispunham-se mais prontamente a ser convencidos se a mesma incluísse os pólos opostos de uma questão, aspecto que dotaria a comunicação de uma credibilidade superior. Inversamente, as classes mais desfavorecidas seriam mais eficazmente atingidas caso somente um dos argumentos fosse exposto. Os resultados apurados nas experiências laboratoriais operadas por Hovland indicavam uma mudança de opinião na ordem dos trinta e cinquenta por cento da amostra, Todavia, tal cifra constituía-se extremamente díspar comparativamente às obtidas por Lazarsfeld, Berelson e Gaudet no seminal estudo de campo realizado em Erie County, no qual apenas cinco por cento dos indivíduos que responderam ao inquérito haviam alterado o sentido de voto, uma vez expostos aos *mass media*. Hovland considerou que o cerne da discrepância verificada residia nas próprias experiências de laboratório, uma vez que, nesse ambiente eram testadas pessoas cuja exposição à comunicação era, habitualmente, nula e que evidenciavam um défice de opiniões firmes sobre qualquer tipo de temática. Enquanto, em circunstâncias experimentais, os indivíduos que constituem a amostra se encontram todos igualmente expostos à comunicação, num contexto de pesquisa de campo a audiência limita-se àqueles que, voluntariamente, se expõem à comunicação (Wolf, 2006:59).

Assim sendo, Hovland ressalta que um dos motivos que explicam a discordância dos resultados é o facto de a experimentação descrever os efeitos da exposição sobre todas as pessoas estudadas, enquanto as pesquisas de campo descrevem, pelo contrário, sobretudo os efeitos produzidos sobre aqueles que são favoráveis ao ponto de vista defendido na comunicação (Wolf, 2006:59). Ainda segundo Hovland, em ambos os casos, a exposição à mensagem denotava um cariz distinto, no qual a importância da mudança assumia uma dimensão reduzida nas pesquisas de campo em virtude da incidência da exposição selectiva (Wolf, 2006:59). Um outro aspecto de monta no que às disposições do indivíduo e receptor no processo da comunicação prende-se com a designada “atenção selectiva”. De acordo com Jean Cazeneuve, foi possível estabelecer que as pessoas interessadas tem tendência a expor-se apenas às mensagens supostamente conformes às suas opiniões ou ver emissões, abstendo-se, por exemplo,

de ouvir ou ver emissões que vão em sentido contrário (1978:72). Além disso, mesmo que este obstáculo seja transposto, a atenção tende a centrar-se nas palavras e imagens que se acolham de modo favorável. Jean Cazeneuve reforça a ideia de criação de um “efeito *boomerang*” nos processos comunicacionais casos estes não tenham em consideração as disposições particulares do receptor, arriscando-se a não atingir os seus objectivos (1978:72). Uma outra constatação o facto de a maioria das pessoas reter mais facilmente as mensagens que confirmam as suas opiniões do que aquelas que as contradizem, num evidente processo de memorização selectiva. Por estes motivos, admite-se, geralmente, que os efeitos das comunicações de massa tendem quase sempre a confirmar e a consolidar as opiniões existentes. Os efeitos de conversão, não se perfilando inexistentes, configuram-se raros, ocorrendo preferencialmente quando se trata da adopção de opiniões apresentadas como novas e inéditas, ao passo que se torna extremamente árduo convencer quando estas se opõem abertamente a ideias já preexistentes (Cazeneuve, 1978:72).

Em determinadas situações, contudo, a eficácia persuasiva de uma mensagem demonstrava ser praticamente inexistente no momento da exposição, antes aumentando gradativamente ao longo do tempo, no que se convencionou denominar de “efeito latente”, facto que robustecia a complexidade do processo persuasivo. Nesta vertente, Leon Festinger defendeu a existência do fenómeno de “dissonância cognitiva”, na busca de uma explicação para o processo que assistia a mudança de opinião. Pese embora, os indivíduos procurem estabelecer uma correspondência racional entre as suas formas de pensar e agir, nem sempre tal é exequível, acabando os mesmos por adoptar discursos que, de algum modo, justifiquem os comportamentos exibidos ou a alterar as suas acções, crenças ou opiniões como meio de anular as dissonâncias de que padecem. O perfil psicológico e o nível de educação dos indivíduos reflectem-se na sua resistência à persuasão. Desta forma, Joseph Klapper manifestou-se assertivo ao afirmar que o público não se apresenta perante a rádio, a televisão ou a imprensa num estado de nudez psicológica, encontrando-se protegido por predisposições existentes e pelos processos selectivos, bem como pela experiência conferida pelas relações sociais.

Apesar do franco desenvolvimento das teorias condizentes com a limitada amplitude dos efeitos dos meios de comunicação de massas, determinadas correntes da comunidade científica, designadamente, de orientação marxista, mantiveram-se desconfiadas face às conclusões alcançadas, persistindo na atribuição aos media de uma vincada acção manipuladora. Tendo como fundamento a convicção de que as ideias

dominantes, em qualquer época, germinam na classe dominante, subordinando toda a restante sociedade aos seus interesses, advogavam que um panorama análogo ocorreria com os *mass media*, vistos como meros transmissores de uma visão do mundo condizente com a ideologia dominante. Na abordagem efectuada aos meios de comunicação de massas no sistema capitalista, a corrente marxista reconheceu a perpetuação da lógica de mercado enquanto função primordial dos media, igualmente encarando-os como parte integrante do sistema económico. Segundo esta óptica, os meios de comunicação encontram-se subordinados aos interesses económicos dos respectivos proprietários, interesses susceptíveis de abarcar não só a obtenção de lucro na empresa de comunicação como também em outras empresas ou grupos económicos que possam beneficiar da acção da comunicação social. As consequências apontam para o desaparecimento de uma comunicação social independente, ausência alicerçada na concentração de propriedade, a rejeição dos riscos e a omissão das minorias, uma vez que não possuem um poder de compra significativo. Os *mass media* passam a privilegiar, deste modo, as mensagens dos grupos mais influentes na sociedade em detrimento dos demais.

Numa vertente idêntica, Nicolas Will considerou existir uma estreita relação entre a imprensa e o capital na figura do modo de produção capitalista. A necessidade premente de assegurar o constante movimento do capital obriga a que a informação emerja a um ritmo progressivamente mais veloz como meio de permitir a contínua valorização do capital por intermédio do investimento. Will sublinha que as informações surgem a partir do momento em que se torna necessário, no ciclo do capital, suprir o tempo morto do processo de circulação, no qual o capital se realiza. A rentabilização do capital passa pelo acto de estar bem informado, declarando Will que a informação opera como um lubrificante do capital (1976:32). A aceleração do movimento do capital remete para uma perspectiva de funcionamento social em torno de um objectivo socioeconómico global, assumindo-se os media elemento relevante da mecânica económica e social.

Karl Marx definia a ideologia como uma falsa consciência, no sentido em que se assumia como um conceito útil que permitia explicitar os motivos pelos quais os indivíduos das sociedades capitalistas aceitavam um sistema económico que só lhes trazia desvantagens. A realidade económica vigente, contudo, era tida como a condição decisiva para o surgimento de uma revolução que derrubaria a burguesia e colocaria um fim ao capitalismo. Com o avançar dos anos, foi-se tornando cada vez mais claro que

esse movimento revolucionário não estava a ocorrer. Os intelectuais marxistas decidiram então proceder a uma revisão teórica privilegiando a vertente ideológica nas análises dos meios de comunicação de massas, simultaneamente, afastando-se da componente económica. Esta “teoria da hegemonia”, de acordo com a designação empregue por Gramsci, reportava-se ao jugo que a ideologia dominante exercia sobre a sociedade através de diversos meios, entre os quais, os *mass media*. O modelo apoia-se nas formas de expressão, sistemas de significação e nos mecanismos por intermédio dos quais a ideologia se consolida e expande com a cumplicidade transversal da sociedade. Mais do que actuar com vista à prossecução de objectivos de índole económica, a ideologia pretende modelar a consciência das várias classes sociais, sem excepção. Ao contrário do marxismo mais ortodoxo, os teóricos da hegemonia apontavam para uma separação entre a infra-estrutura ideológica e a económica. Esta proposição aclarava a ausência de reacção do proletariado face às difíceis condições económicas que suportava, levando-o a sublevar-se contra o capitalismo. Daí que Louis Althusser assevere que nenhuma classe possa, duravelmente, deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos aparelhos ideológicos de Estado (1974:49). Neste quadrante, a comunicação social é encarada como elemento integrante de um sistema muito vasto que a ultrapassa, mas para o qual contribui. De facto, a teoria da hegemonia considerava que a função dos meios de comunicação na conspiração da qual era apologista revestia-se de um carácter inconsciente. A ideologia não seria imposta através de qualquer acto violento mas pela acção de uma influência de cariz cultural omnipresente que filtraria a realidade, interpretando-a de um modo coerente, porém deceptivo.

A contribuição e impacto da Escola de Frankfurt

Na década de vinte do século passado, a cidade alemã de Frankfurt foi palco do surgimento de um instituto de estudo sociais que se converteria no principal núcleo da crítica marxista às teorias experimentais e empíricas norte-americanas, responsável pelo desenvolvimento de uma teoria crítica que ficaria conhecida por “escola de Frankfurt”. Com o advento do Nazismo, os principais teóricos do instituto refugiaram-se, primeiramente, em Paris, acabando por se fixar nos Estados Unidos da América, país ao qual encetaram a aplicação das suas teorias. À semelhança do que havia ocorrido com Gramsci e Althusser, este grupo de cientistas debruçava-se sobre a problemática

concernente ao falhanço das previsões de Marx no que respeitava à revolta das classes proletárias face aos grupos dominantes. Os teóricos da escola de Frankfurt estabeleciam uma relação entre esse insucesso e à acção de diversos agentes, entre eles, os meios de comunicação social, aos quais atribuíam a alteração do normal curso da História. Essa modificação havia ocorrido uma vez que a classe dominante teria conseguido modelar e condicionar a classe operária por intermédio da cultura de massas, fenómeno basilar para a compreensão de toda a ideologia veiculada pela escola de Frankfurt.

Theodore Adorno e Max Horkheimer, na procura de escarpelizar o sistema da cultura de massas, avançaram com o que denominaram “indústria cultural”, perspectivando a cultura de massas enquanto uma indústria cuja meta passa por uma integração ideológica da sociedade. Horkheimer e Adorno consideravam que filmes, rádio e semanários constituíam um mesmo sistema no qual cada sector se harmonizava entre si e todos se harmonizavam reciprocamente (Wolf, 2006:85). A indústria cultural obedecia a uma pura lógica de mercado, preferindo a eficácia dos seus produtos e rechaçando a inovação, encarada como um risco inútil (Wolf, 2006:86). Desta forma, a cultura sujeitava-se à estandardização e organização imposta pelo mercado de massas, no qual os gostos do público e as suas necessidades impõem estereótipos de baixa qualidade (Wolf, 2006:85). Adorno explicita que aquilo que a indústria cultural oferece de continuamente novo não é mais do que a representação, sob formas sempre diferentes, de algo que é sempre igual. A mutação oculta um esqueleto, no qual muda tão pouco como no próprio conceito de lucro, desde que este adquiriu o domínio sobre a cultura (Wolf, 2006:85). Este sistema acaba por condicionar, de uma forma total, o tipo, a função e a qualidade do processo de consumo, bem como a autonomia do consumidor (Wolf, 2006:85). Este último, subjugado à opressão da indústria cultural, perde o poder de decisão, aderindo de modo acrítico aos valores que lhe são impostos, transformando-se em objecto desse sistema (Wolf, 2006:86). A indústria cultural configura-se, então, como guia, disciplinadora e gestora das necessidades de cada indivíduo. Mesmo nos seus tempos livres, embora as pessoas julguem subtrair-se aos rígidos mecanismos produtivos, na realidade, a mecanização determina tão integralmente o fabrico de produtos de divertimento que aquilo que se consome são, tão somente, cópias e reproduções do próprio processo de trabalho (Wolf, 2006:86). A disseminação das indústrias culturais apoiou-se no cultivo de alguns mitos, entre os quais, o da individualidade, fazendo crer que cada pessoa é verdadeiramente livre e autónoma, quando, na realidade, a realidade se afigurava diametralmente oposta.

A corrente marxista afirmava a indústria cultural enquanto um poderoso meio de controlo psicológico e social. De facto, a força da estrutura social seria de uma magnitude marcadamente superior à de cada indivíduo a tal ponto que, ao ser incessantemente fustigado pela indústria cultural, este acabaria por ceder, alterando a sua própria individualidade. Na óptica de Mauro Wolf, esta é substituída por uma pseudo-individualidade, encontrando-se o sujeito vinculado a uma identidade sem reservas com a sociedade (2006:87). A indústria cultural assume-se como uma estrutura social cada vez mais hierarquizada e autoritária que transforma a mensagem de uma obediência irreflexiva num valor dominante e avassalador (Wolf, 2006:87). O carácter dominador da indústria cultural emana da sua própria estrutura, na qual os produtos culturais são apresentados a um ritmo elevado e com uma constituição tão objectiva que impede qualquer espécie de exercício intelectual, dificultando a reflexão e entorpecendo o consumidor. Nesta mesma linha, as mensagens emitidas seriam construídas de uma forma atractiva, no sentido do encorajamento de comportamentos convenientes e da dissuasão de estratégias de resistência. Assim sendo, mensagens com uma acentuada carga manipuladora produziram os efeitos desejados com maior facilidade. Em suma, os produtos da indústria cultural reflectiam o modelo do mecanismo económico que domina, tanto o tempo do trabalho com o tempo do lazer (Wolf, 2006:88). Conquanto parcialmente, a escola de Frankfurt retomava alguns dos postulados da teoria da balas mágicas, acentuando a existência de uma conspiração generalizada, embora inconsciente em determinados níveis, com o intuito de perpetuar a sociedade capitalista no poder por intermédio da imposição da cultura de massas divulgada pelos *mass media*.

Enquanto nos Estados Unidos da América se assistia a um embate entre a teoria marxista, de contornos mais especulativos, e as metodologias experimentalistas preconizadas por Lazarsfeld e Schramm, no continente europeu, alguns teóricos britânicos reuniam-se em torno do Centro para os Estudos Culturais da Universidade de Birmingham com a intenção de contribuir com uma nova corrente crítica, influenciada pelo marxismo. Os intitulados *cultural studies* surgiram numa época de florescimento de uma nova esquerda europeia, em cuja censura ao capitalismo a nova teoria se apoiou. Com uma génese fundada na escola de Frankfurt, aliada às influências das teorias estruturalistas francesas, notavelmente Edgar Morin, e às interpretações marxistas da autoria de Althusser e Gramsci, os *cultural studies* posicionaram-se no espectro oposto aos das metodologias empíricas americanas que, entretanto, vinham conquistando uma crescente adesão no continente europeu. Esta mais recente teoria, defendia um regresso

à análise ideológica, tão cara às teorias marxistas. Stuart Hall procurou ressaltar o peso da ideologia na compreensão do monopólio do poder social, descrevendo os meios de comunicação como produtores e reprodutores de ideologia, dissimulados sob uma pretensa aura de independência face aos interesses comerciais e de Estado. Por seu turno, Raymond Williams considerava as comunicações um elemento crucial no que ao estudo da cultura concerne, uma vez que a linguagem constituía-se a base da definição dos seres humanos. A organização de uma teoria das comunicações configurar-se-ia como primordial para a compreensão das relações entre os indivíduos e a sociedade.

O interesse dos *cultural studies* centra-se, fundamentalmente, na análise de uma forma específica de processo social, relativa à atribuição de sentido à realidade, à evolução de uma cultura, de práticas sociais partilhadas, de uma área comum de significados. Neste sentido, Hall defende que a cultura não é uma prática, nem é simplesmente a descrição da soma dos hábitos e costumes de uma sociedade, antes passando por todas as práticas sociais e redundando no somatório das suas inter-relações (Wolf, 2006:108). Os *cultural studies* defendem a análise das estruturas e dos processos pelos quais as instituições de comunicações de massas mantêm e reproduzem a estabilidade social e cultural, realçando que tal não ocorre de uma forma estática, adaptando-se continuamente às pressões, às contradições que emergem da sociedade e englobando-se e integrando-as no próprio sistema cultural (Wolf, 2006:108). Mauro Wolf explicita que o efeito ideológico global da reprodução do sistema cultural operada através dos media, sobressai pela análise das diversas determinações internas e externas ao sistema das comunicações de massa e que vinculam ou libertam as mensagens no seio das práticas produtivas ou através delas (Wolf, 2006:109).

Tal como notado anteriormente, essas práticas adoptam contornos estandardizados e redutores que favorecem a ordem vigente, não obstante se revelem, igualmente, contraditórias e variáveis dada a complexidade da reprodução cultural, tornando manifesta a ligação entre o sistema cultural e as atitudes dos sujeitos (Wolf, 2006:109). De facto, o comportamento do público é orientado por factores estruturais e culturais que influem no conteúdo dos meios de comunicação, precisamente pela capacidade de adaptação e de englobamento destes últimos. São, precisamente, os factores estruturais a favorecer a institucionalização dos modelos “aprovados” de utilização dos media e de consumo dos produtos culturais (Wolf, 2006:109). Os *cultural studies*, ao reafirmar a centralidade das criações culturais colectivas como agentes de continuidade social, não deixam de destacar a sua natureza complexa, flexível, dinâmica

e activa. Além disso, o facto de as estruturas sociais exteriores ao quadrante da comunicação social e as condições históricas específicas perfilarem-se como elementos essenciais para a compreensão das práticas dos *mass media*, esta corrente não deixa de relevar uma contínua dialéctica entre sistema cultural, conflito e controlo social (Wolf, 2006:110).

Tecnologia e Comunicação: Innis e McLuhan

Ao longo das décadas, as diversas pesquisas levadas a cabo no âmbito das comunicações de massas convergiram, em larguíssima medida, no sentido da análise dos efeitos das mensagens. Todavia, a partir dos anos 50, assiste-se à aparição das primeiras teorias fundadas na perspectiva dos efeitos dos meios de comunicação enquanto elementos tecnológicos. Anunciada por uma escola de investigadores canadianos, a presente corrente propunha uma aceção do impacto dos media diametralmente oposta ao que até então era defendido pelas teorias existentes. Neste sentido, a comunicação social era, não só dotada de uma influência assinalável na evolução História da humanidade como a mesma assumia um carácter extremamente positivo, afastando qualquer género de temor face à sua actuação.

Robert Ezra Park, por intermédio do conceito de determinismo tecnológico, referia que os dispositivos tecnológicos eram responsáveis pela mutação da estrutura e funções da sociedade. Por seu turno, Harold Innis, no contexto de um artigo sobre o impacto da imprensa e da publicidade no crescimento económico, propunha contribuir no sentido de uma alteração no conceito da dimensão do tempo, adendo que este não podia ser encarado como uma linha recta, mas como uma série de curvas dependente em parte dos avanços tecnológicos (Czitrom, 1986:154). Innis defendia, deste modo, uma concepção relativa e elástica de tempo e espaço, de acordo com as necessidades progressivamente mais prementes de uma difusão veloz da informação, factor que alteraria essas mesmas concepções. O contínuo aprofundamento da tese levou Innis a delegar no fenómeno da comunicação o desempenho da função de motor da própria História. Neste sentido, o autor procurava estabelecer uma relação entre a ascensão e declínio das civilizações e os meios de comunicação predominantes nas respectivas épocas. Os media actuava enquanto extensões tecnológicas da mente e da consciência, neles residindo a reposta para a descodificação dos valores e da organização do conhecimento, bem como das fontes de poder civilizacionais. Na óptica de Harold Innis,

a História desencadeia-se e explica-se segundo as revoluções tecnológicas da comunicação, manifestação espelhada na faculdade de cada mass media privilegiar o tempo ou o espaço na difusão de conhecimentos. Um dado meio de comunicação, considerando as suas características intrínsecas, poderá ser mais ajustado à disseminação do conhecimento pelo tempo em detrimento do espaço, particularmente se esse meio for pesado, duradouro e inadequado para o transporte ou, inversamente, para a propagação do conhecimento pelo espaço em vez do tempo, caso o meio seja leve e fácil de transportar (Innis, 1984:33).

Esta característica que permitia aos meios de comunicação privilegiar, quer o tempo, quer o espaço recebeu a designação de *bias of communication*. Como exemplo de uma tecnologia que privilegiava o tempo, Innis apontou a inscrição na pedra, uma vez que, não obstante perdure no tempo graças à sua estrutura resistente, ignorava o espaço na medida em que não era passível de multiplicação, constituindo-se excessivamente pesada para ser alvo de transporte. Em oposição, o papel, dado proliferar rapidamente em resultado da sua leveza preferiria o espaço, ignorando o tempo, uma vez que é de fácil destruição. Harold Innis destacava que cada distinção implicaria uma organização diferenciada da sociedade. Num prisma diverso, a História encerraria, em si própria, um conflito entre media orais e visuais. Enquanto as primeiras civilizações comunicavam através da palavra oral, reforçando os contactos pessoais e as relações humanas, exigindo o emprego de outros sentidos como o tacto e a visão, o surgimento da escrita veio transformar a comunicação num acto solitário e unidimensional, dispensando a presença humana e a participação de outros sentidos, impondo a predominância do olho. Para Innis, a emergência e democratização do papel e da impressora, reforçou o panorama traçado. Não só esta última introduziu e consolidou um processo eminentemente mecânico baseado na repetição, em concomitância com a produção massificada e a standardização de produtos e conhecimentos, como intensificou o carácter espacial do papel.

A sequência lógica da linha de pensamento fomentada por Innis implicava que a evolução tecnológica acarretaria a aniquilação da civilização, uma vez que impunha liminarmente o fim do tempo. O êxito absoluto do espaço sobre o tempo emanaria do desenvolvimento da rádio e da televisão, já que a sua comunicação, ao alastrar-se no espaço atingindo todos sem excepção, apresentava contornos efémeros cuja permanência no tempo era impossível. A leitura de Innis, todavia, apresentava-se diversa, antes salientando que o efeito desastroso do monopólio da comunicação assente

no sentido da visão levaria ou desenvolvimento de um tipo de comunicação baseada na audição, através da rádio e da introdução do som no cinema e na televisão (1984:81).

Pese embora algo descuradas no período em que foram produzidas, as investigações encetadas por Innis encontram-se no cerne das pesquisas que haveriam de projectar Marshall McLuhan. Começando por abordar as comunicações de massas e a cultura popular, McLuhan cedo estabeleceu como um dos aspectos centrais da sua investigação a noção de um novo tipo de cultura, capaz de produzir objectos de elevado valor estético. Nesse sentido, apostou em reflexões sobre o universo da publicidade, espectáculos radiofónicos e mesmo banda desenhada, no fundo, todas as manifestações que enformassem o que apelidava de folclore do homem industrial. Os produtos oriundos dos *mass media* eram tratados enquanto fontes de informação para diagnosticar o “estado onírico” no qual a sociedade industrial se encontrava. McLuhan encarava a cultura industrial como parte integrante de um certo inconsciente colectivo, o qual urgia interpretar. Os principais impulsos e necessidades da sociedade encontravam-se reflectidos na cultura popular, agregando esta os elementos psicanalíticos individuais e colectivos que regiam o já mencionado “estado onírico” do homem industrial. Segundo o autor, a cultura de massas expunha vários tipos de mitos condizentes com a natureza da sociedade social como o sexo, a morte e o progresso tecnológico, cuja presença dominava os media e a publicidade.

Com base neste pressuposto, McLuhan identificava a verdadeira cultura, não como aquela restrita às elites intelectuais e mantida viva de um modo artificial, mas a produzida espontaneamente pela sociedade e veiculada pelos meios de comunicação de massas. À semelhança de Innis, a revolução electrónica a que, à época, se assistia no campo das comunicações serviu de mote para o estabelecimento de dicotomias entre culturas norteadas pela visão, rotuladas de sociedades letradas e culturas conduzidas pela audição, apontadas como pré-letradas. A expansão dos *mass media* electrónicos fomentaria o regresso à cultura do ouvido e da fala, regressando o Homem às suas origens ao ultrapassar a escrita. Nesta linha, Marshall McLuhan defendia que o estudo da História da humanidade deveria concentrar-se no impacto das tecnologias de comunicação na percepção humana, interferindo na organização social.

Segundo Jean Cazeneuve, McLuhan distingue três etapas na evolução passada e previsível das grandes sociedades humanas, sendo a transição de um tipo de civilização para outro determinada por uma mudança no sistema global dos meios de comunicação (1978:168). Numa primeira fase, que compreende um período que se estende desde os

primórdios da humanidade até à invenção da escrita, a palavra constituía o veículo privilegiado das mensagens e o homem servia-se de todos os seus sentidos para se integrar, simultaneamente, no ambiente natural e na sociedade. O tribalismo, as crenças mágicas, o sentido de concreto, caracterizavam este modo de existência colectiva que corresponderia à civilização neolítica (Cazeneuve, 1978:168). O aparecimento e crescente difusão da escrita veio alterar este panorama, de forma mais notável, aquando da transferência da escrita manuscrita para a escrita impressa com Gutenberg. A faculdade de reproduzir a mesma mensagem em larga escala dá origem à intitulada “galáxia de Gutenberg”, conceito que Jean Cazeneuve define como a constelação de características ligadas a este meio de comunicação e difusão que moldou a civilização ocidental desde o Renascimento até ao século vinte (1978:168). Neste particular, McLuhan salienta que o facto de a leitura do texto escrito ou impresso solicitar a visão, apresenta-se como explanação fundamental das características específicas da “galáxia de Gutenberg”, uma vez que redundava na redução da nossa abertura ao mundo por via do emprego de um único sentido. A distinção estabelecida entre as civilizações primitivas e a civilização da escrita resulta, deste modo, do carácter abstracto desta última ao colocar signos arbitrários no lugar das palavras. Desta abordagem, emanam os traços civilizacionais que McLuhan correlaciona com a escrita e mais ainda com a imprensa, especificadamente, o racionalismo, o individualismo, o nacionalismo e o recurso aos estereótipos (Cazeneuve, 1978:169). O advento da terceira fase tem lugar com a gradual perda de privilégio da escrita, deixando de se assumir enquanto veículo exclusivo da cultura, sendo substituída pelos meios de comunicação electrónicos, tais como o cinema, a rádio e a televisão. A “galáxia de Marconi” toma o lugar da “galáxia de Gutenberg”, caracterizando-se por diversas mudanças culturais que McLuhan atribui ao fim da proeminência da vista sobre os outros sentidos.

Conquanto Cazeneuve revele discordâncias neste aspecto, ao encarar o triunfo da televisão e do cinema como uma espécie de civilização da imagem, não deixa de relevar a análise das consequências culturais da “galáxia de Marconi”. Neste particular, os media electrónicos desempenham um papel primordial, contribuindo para a reaproximação entre o Homem e o concreto, de forma que prevaleça a preocupação de intervir na acção colectiva sobre o individualismo calculista (Cazeneuve, 1978:169). Deste modo, a vida social regressaria a um sentido da vida tribal que, pese embora não comparável ao da idade neolítica, se estenderia, além fronteiras, a toda a humanidade. Esta “tribo planetária”, segundo a designação de McLuhan, revestir-se-ia de uma

solidariedade sem limites, transformando-se no ponto de chegada das transformações originadas pela difusão dos novos media (Cazeneuve, 1978:169).

A principal contribuição do autor para o estudo da comunicação, contudo, estaria reservada para a análise dos meios de comunicação enquanto extensões do corpo humano. Os novos media electrónicos não se assumiriam extensões dos sentidos do Homem mas sim do próprio sistema nervoso. McLuhan chamava a atenção para o facto de, ao longo das eras mecânicas, o Homem ter vindo a estender ou prolongar o seu corpo no espaço. Após mais de um século de tecnologia eléctrica, seria o nosso próprio sistema nervoso central a prolongar-se de modo a abarcar todo o globo, num processo em que tanto o espaço como o tempo são abolidos (2008:11). De acordo com esta perspectiva, avançar-se-ia rapidamente para uma derradeira etapa no processo de extensão do Homem, ou seja, a simulação tecnológica da consciência, na qual o processo criativo do conhecimento será estendido, colectiva e corporativamente, ao conjunto da sociedade humana, à semelhança do que ocorrera com os sentidos e os nervos através dos diversos meios (McLuhan, 2008:11). Assim sendo, contraído pela tecnologia eléctrica, o globo já não seria mais do que uma aldeia (2008:12).

Para lá destes conceitos, McLuhan introduziu um terceiro enunciado cujo impacto permaneceria até à actualidade. Segundo o autor, o meio seria a mensagem, no sentido em que as consequências pessoais e sociais de qualquer meio, ou seja, de qualquer extensão de nós próprios, resultariam da nova escala introduzida nos assuntos humanos por cada extensão de nós próprios, por qualquer nova tecnologia (2008:21). Deste modo, o conteúdo da escrita é a fala, tal como a palavra escrita é o conteúdo da tipografia e a palavra impressa o conteúdo do telégrafo (2008:22). No caso dos meios de comunicação, a tónica passa a residir na existência desses mesmos media, accionando a transmutação da sociedade, e não na informação que veiculam. Jean Cazeneuve resume a proposição de McLuhan explicitando que cada meio de difusão apresenta as suas características próprias, logo, produzindo efeitos próprios (1978:166). Em termos mais gerais, uma civilização não pode definir-se independentemente do seu sistema de difusão já que não existe uma cultura em si que possa ser transmitida por qualquer canal de comunicação. Existem culturas que são moldadas pelos media, adaptadas a eles, e das quais os meios de comunicação constituem o elemento determinante (Cazeneuve, 1978:167).

De acordo com esta perspectiva, McLuhan procurou estudar as características específicas dos *mass media*, de forma a compreender as respectivas qualidades e

obstáculos a que submetem os seus conteúdos, identificando os métodos mais eficazes de utilização. Os meios de comunicação foram demarcados em duas categorias: quentes e frios. Os primeiros são aqueles que estendem ou prolongam um único sentido em alta definição, configurando-se esta como o modo de ser plenamente saturado de informação (McLuhan, 2008:35). Tratam-se de meios que difundem uma mensagem clara e precisa, tal como a imprensa e a escrita, impondo-se a qualquer mecanismo de decodificação do leitor. A frase escrita é apenas o que ela é e nada mais. Embora podendo sugerir interpretações variadas, as palavras que contem são as mesmas para qualquer pessoa que as saiba ler (Cazeneuve, 1978:167). Por seu turno, os media frios, como a televisão, transmitem uma mensagem mais subtil, convidando à participação, por meio de uma espécie de contacto no qual o indivíduo se busca a si próprio e se entrega inteiramente à sua percepção (Cazeneuve, 1978:167). De forma mais explícita, a televisão afigura-se um meio frio, projectando no pequeno ecrã uma imagem de textura mais frouxa e de fraca definição, obrigando o telespectador a proceder a uma selecção entre os pontos luminosos que, insuficientes para a composição de uma imagem completa, permitem dar forma à imagem enquanto este a apreende. Inversamente, a imagem cinematográfica, provida de uma textura mais apertada, impõe uma imagem completa e já formada (Cazeneuve, 1978:167-168).

Esta destriça entre meios quentes e frios provocou reacções no seio da comunidade científica pelo aparente défice de critério científico de que enfermava. Jean Cazeneuve aponta como grande inconveniente da classificação dos media em categorias quente e fria, a questão de não se harmonizar muito rigorosamente com o que constitui o papel determinante que McLuhan atribui aos meios de comunicação na evolução das civilizações (1978:168). Paralelamente, a afirmação do meio enquanto mensagem foi, analogamente, contestada por diversos investigadores, de acordo com os quais mensagem e meio representavam elementos diferentes. Face às críticas, McLuhan retorquiu que a verdadeira dimensão da acção dos *mass media* electrónicos não havia sido apreendida, reforçando que estes poriam um termo á fragmentação a que a sociedade se encontrava votada, resgatando a solidariedade e comunhão que perpassaria a concepção já abordada de “tribo planetária”. Na leitura de Jean Cazeneuve, a mensagem deveria, realmente, ser o meio uma vez que, à escala das civilizações significaria que as culturas das sociedades humanas adaptar-se ao que delas exigem os meios de difusão, os media que condicionam o nosso universo (1978:170).

Gatekeeping, newsmaking e agenda-setting

Tal como reiterado anteriormente, o estudo dos efeitos da comunicação de massas com o intento de compreender até que ponto os indivíduos estariam a ser alvo de manipulação, marcou, de forma bastante acentuada, as investigações no âmbito dos *mass media*. A partir da década de cinquenta, surgem, entre novos focos de pesquisa, algumas investigações debruçando-se sobre o modo de selecção das mensagens a serem veiculadas. Estes estudos pretendiam analisar a lógica dos processos pelos quais a comunicação de massa é produzida e o tipo de organização do trabalho dentro da qual a construção das mensagens é efectuada. Estas determinações, de cariz bastante complexo, aparentavam desempenhar uma função decisiva quanto ao produto acabado, quer se trate de um noticiário ou uma série de telefilme (Wolf, 2006:179-180).

Em 1947, Kurt Lewin produziu um estudo sociológico sobre as decisões domésticas para a aquisição de alimentos para a casa, integrado numa pesquisa mais abrangente relativa à dinâmica dos grupos sociais. Identificando a existência de canais através dos quais flui a sequência de comportamentos relativos a um determinado tema ou produto, Lewin ressalta que existem neles zonas que podem funcionar como cancela ou porteiro, sendo que o conjunto das forças, antes e depois das zonas de filtro, é decididamente diferente, de tal forma que a passagem ou o bloqueio da unidade através de todo o canal, depende, em larga medida, do que acontece na zona de filtro (Wolf, 2006:180). Transpondo esta constatação para o campo da comunicação de massas, Lewin afirmava que uma situação similar ocorria com o percurso de uma informação ao longo de determinados canais de comunicação (Shoemaker, 1991:9). Deste modo, na lógica produtiva da comunicação social, as zonas de filtro seriam controladas por sistemas objectivos de regras ou por *gatekeepers*, aos quais caberia a um indivíduo ou grupo de indivíduos decidir sobre a retenção ou passagem de uma mensagem (Wolf, 2006:180). Com base nestes estudos, David White procurou explorar o conceito de *gatekeeper* no plano da informação, vertendo as suas conclusões num artigo que descrevia a actividade de Mr. Gates, um jornalista com uma carreira de vinte e cinco anos num jornal norte-americano de pequena dimensão. White pediu a Gates que, no decorrer de uma semana de Fevereiro de 1949, guardasse todos os despachos de agências recebidos, anotando os motivos pelos quais havia rejeitado as notícias não aproveitadas. Através deste estudo, o autor procurava descortinar o desenvolvimento do fluxo de notícias dentro dos canais organizativos dos órgãos de informação e,

sobretudo, para individualizar os pontos que funcionariam como cancelas e que estabeleceriam que a informação passasse ou fosse rejeitada (Wolf, 2006:180).

A primeira constatação reportava-se à particularidade de nove em dez despachos de agências serem eliminados, sendo somente os restantes, alvo de publicação. White, porém, não foi capaz de detectar um critério preciso que assistisse este processo de selecção aparentemente subjectivo, antes notando que o tipo de histórias remetidas pelas agências e as escolhidas pelo jornalista eram praticamente idênticas, com um ligeiro desvio percentual em três categorias (Wolf, 2006:181). Por outro lado, das 1333 justificações apresentadas por Gates para a recusa de publicação de uma notícia, oito centenas respeitavam à ausência de espaço, enquanto trezentas constituíam-se histórias repetidas, de interesse limitado ao mal redigidas. Em setenta e seis ocasiões, o motivo da rejeição prendia-se com o relato de um acontecimento geograficamente longínquo, aspecto que minaria o seu impacto junto dos leitores. Segundo Hirsch, em termos estatísticos, no que respeita às explicações fornecidas pelo jornalista e relatadas por White, as normas profissionais superavam as distorções subjectivas (Wolf, 2006:181). De facto, na selecção e filtragem das notícias, as normas ocupacionais, profissionais e organizativas pareciam ser mais fortes do que as preferências pessoais. Na perspectiva de Mauro Wolf, o mérito destes primeiros estudos foi o de individualizarem onde e em que ponto do aparelho, a acção de filtro é exercida explícita e institucionalmente, revestindo-se a actividade de *gatekeeping* de um sentido específico de selecção (2006:181).

Todavia, para muitos investigadores este modelo pecava por transmitir a noção da existência de um único *gatekeeper* e ignorar o facto de existir toda uma estrutura organizacional na qual o *gatekeeping* opera. O surgimento de pesquisas posteriores, desta feita, centradas na função do aparelho como instituição social e privilegiando uma abordagem sistemática, possibilitou a ultrapassagem do carácter individual da actividade do *gatekeeper*, acentuando-se, em particular, a ideia da selecção como processo hierarquicamente ordenado e ligado a uma rede complexa de *feed-back* (Wolf, 2006:181). Neste prisma, Robinson destaca que as decisões do *gatekeeper* passam a ser tomadas a partir de uma óptica que contemplam um conjunto de valores que incluem critérios profissionais e organizativos, tais como a eficiência, a produção de notícias ou a rapidez (Wolf, 2006:181). As lógicas organizacionais e produtivas nas quais o *gatekeeping* se integrava desembocaram, igualmente, na conclusão da existência de não um mas diversos *gatekeepers*, dispostos sequencialmente e cuja acção se processaria em

vários momentos ao longo da cadeia de selecção noticiosa, desde a construção da mensagem até à sua publicação. Para Donahue, Tichenor e Olien, o *gatekeeping* nos *mass media* passa, assim, a incluir todas as formas de controlo da informação, que podem estabelecer-se nas decisões acerca da codificação das mensagens, da selecção, da formação da mensagem, da difusão, da programação, da exclusão de toda a mensagem ou das suas componentes (Wolf, 2006:181-182).

A preocupação manifestada por Golding e Elliott relativamente à imagem do mundo que os noticiários televisivos projectariam e o modo através do qual se associaria essa imagem às exigências quotidianas da produção de notícias nos organismos televisivos definem o âmbito e expõe os problemas de que se ocupa a abordagem do intitulado *newsmaking* (Wolf, 2006:188). Esta teorização apoia-se numa dupla vertente, por um lado, na cultura profissional dos jornalistas, entendida como uma série de paradigmas e de práticas profissionais adoptadas como naturais e, por outro, a organização do trabalho e dos processos produtivos, no seio da qual se estabelecem um conjunto de critérios relevantes que definem a noticiabilidade de cada acontecimento, ou seja, a sua aptidão para ser transformado em notícia (Wolf, 2006:189). Em consequência, o processo de *gatekeeping* assume-se firmemente como um processo lógico e não de contornos arbitrários. Os esforços mais produtivos, neste aspecto específico, deveram-se a Galtung e Runge, criadores do conceito de *gatekeeping* selectivo, assente na existência de uma triagem sistemática com resultados previsíveis na qual radica o *newsmaking*.

Na procura de estabelecer os principais factores que um acontecimento deveria patentear de forma que se tornasse noticiável, Galtung e Runge propuseram a aplicação de nove grandes critérios, os quais apelidaram de valor/notícia. Estes critérios operariam em estreita complementaridade uma vez que, na selecção dos acontecimentos a transformar em notícias, os critérios de relevância funcionariam conjuntamente, dado que seriam as várias relações e combinações que se estabeleceriam entre diferentes valores/notícia a recomendar a selecção de um facto (Wolf, 2006:195-196). O momento no tempo em que um determinado acontecimento ocorre seria um dos critérios. Neste caso, a noticiabilidade aumenta à medida que as suas características temporais sirvam o meio de comunicação a que se destinam, facto que privilegia acontecimentos de última hora. Um outro critério prender-se-ia com a magnitude de um acontecimento, um grau de impacto elevado garantindo, com maior probabilidade, a sua difusão. A clareza da mensagem constituir-se-ia como outro dos factores de noticiabilidade, uma vez que um

acontecimento cujo significado suscite menor grau de dúvidas terá mais possibilidades de ser noticiado. À semelhança do que havia sido apontado anteriormente, a proximidade de um acontecimento face à potencial audiência aumenta as suas hipóteses de difusão. Numa vertente diversa, um acontecimento cujos contornos obedecem às expectativas, valores e preconceitos vigentes será mais noticiável do que uma mensagem que veicule ideias antagónicas. Não obstante este critério, a existência de acontecimentos inesperados e surpreendentes é, simultaneamente, tida como potencialmente seleccionável. A veiculação de um determinado assunto pela primeira vez aumenta as hipóteses de qualquer evolução do mesmo ser posteriormente difundida. Outro aspecto a considerar prende-se com a tentativa de promover um panorama noticioso equilibrado. Neste sentido, alguns acontecimentos podem ser eleitos por funcionarem como elementos contrastantes face aos demais. Finalmente, os profissionais da informação devem contemplar os valores que orientam a sociedade e cultura no âmbito das quais exercem a sua actividade. Assuntos correntemente noticiados numa determinada sociedade são passíveis de serem abordados com comedimento e reserva em outras. Em suma, os critérios valor/notícia enquadram-se numa tentativa de reposta das organizações noticiosas às necessidades de produção diária de informação. Uma vez que se tornaria impraticável a definição diária de novos critérios de selecção, os valores/notícias funcionam enquanto agentes viabilizadores de uma rotinização do trabalho, facilitando uma rápida escolha e a produção informativa.

Na concepção de Mauro Wolf, o rigor dos critérios valor/notícia reveste-se de uma lógica de tipificação que tem por objectivo atingir fins práticos de uma forma programada e que se destina, acima de tudo, a tornar possível a repetitividade de certos procedimentos (2006:197). Com base nesta nova metodologia na pesquisa da comunicação, diversos estudos foram realizados tendo como alvo as redacções das empresas de comunicação no sentido de avaliar o modo como o processo de decisão jornalística se desenrola. Entre as conclusões apuradas, Herbert Gans concluiu que, embora fossem, em geral, livres no seu trabalho, os jornalistas não detinham liberdade total na selecção e produção de notícias. Como meio de impedir o caos, as decisões requerem consenso entre os jornalistas, e talvez mais ainda, uma organização hierárquica na qual os que detêm mais poder podem impor a sua opinião sobre os critérios que pensam serem relevantes para uma dada história (Gans, 1980:83). Deste modo, os jornalistas debatem-se com restrições no seu trabalho originadas por diversas considerações que sobrepõem aos critérios dos valores/notícias, designadamente,

pressões políticas, comerciais, bem como as que provêm do público. Durante a Guerra do Vietname, os políticos esforçaram-se no sentido de tornar claro que o excesso de informação não beneficiava o esforço de guerra. Por seu turno, o público exigia demonstrações patrióticas por parte dos profissionais da informação, ao passo que o mercado reagia temendo a rejeição do público e o conseqüente declínio das audiências. Este panorama gerou uma postura de auto-censura e cedência na imprensa com o intuito de evitar as pressões que surgiam dos mais variados quadrantes. Gans apontou para o facto de a divulgação, por parte da imprensa norte-americana, de actividades ilegais praticadas pela CIA e pelo FBI, bem como do escândalo Watergate não encontrar eco, tanto no público como na própria classe jornalística, adoptando esta últimas uma postura incrédula independentemente das provas obtidas. Quando, finalmente, se rendiam às evidências, uma fatia considerável do público continuava a achar que as histórias não apresentavam suficiente credibilidade, insurgindo-se contra a dúbia competência e honestidades dos jornalistas (1980:275).

Confrontado com este cenário, Edward Epstein sugeriu que a televisão não espelhava a realidade, antes defendendo que as notícias veiculadas contribuíam para a distorção, voluntária ou inconsciente, dos acontecimentos, sujeitas a montagens e a constrangimentos económicos. Assim sendo, os jornalistas não exerceriam livremente a sua actividade, encontrando-se submetidos à lógica da máquina produtiva dos media. Numa situação de conflito entre estes dois agentes, o profissional da informação seria sempre obrigado a modificar a sua reportagem em conformidade com as políticas e valores professados pela organização (Epstein, 1973:69). Partindo destas constatações, Epstein procurou analisar o processo inerente à selecção de notícias no campo dos noticiários televisivos, considerando que os critérios definidos por Galtung e Ruge não se modelavam integralmente à realidade específica da televisão, na qual imperavam constrangimentos de ordem diversa. O processo de *gatekeeping*, na óptica do autor, privilegiava acontecimentos com valor noticioso, ou seja, nos quais tomassem parte figuras de relevo ou fossem abordados assuntos monta que exigissem uma cobertura *in loco*. Tendo em consideração que o trabalho em televisão clama por uma organização colectiva, limitando a sua operacionalidade, um acontecimento previsível que permita um planeamento eficaz terá mais hipóteses de ser coberto. O valor das imagens é outro dos factores reconhecidos por Epstein. Acontecimentos que produzem imagens dramáticas e impactantes têm prioridade sobre os demais, numa clara deferência da televisão ao poder condicionador da imagem, na medida em que a ausência da mesma

pode invalidar uma notícia. Encarada como um negócio, os custos potenciais que a veiculação de um dado acontecimento por intermédio da televisão podem determinar a sua selecção ou rejeição. Uma história que tenha lugar num espaço geográfico que obrigue à deslocação de equipas de reportagem, dilatando os custos envolvidos na produção da respectiva reportagem, corre o risco de ser descartada. Realizado num período em que o vídeo ainda não era empregue pelas cadeias de televisão, Epstein chamava a atenção para o número reduzido de equipas de reportagem ao serviço dos espaços noticiosos, de cuja disponibilidade dependeria a cobertura de um determinado acontecimento. A soma de todos estes constrangimentos constituía prova suficiente que a descrição da informação em televisão como sendo um espelho dos acontecimentos implicaria, necessariamente, um grave negligenciar da importância da cadeia de decisões efectuada antes e após o facto por executivos e jornalistas, no fundo, por processos organizativos (Epstein, 1973:25).

De um modo geral, a questão levantada por Epstein havia sido já tratada por Walter Lippmann, ainda nos anos vinte. Teorizando sobre a relação entre os cidadãos, o poder político e a informação, o autor aventava a hipótese de os meios de comunicação de massas estarem a reproduzir, não a realidade em si, mas representações dessa mesma realidade. Esses simulacros constituir-se-iam como pseudo-ambientes que se interpunham entre o Homem e o ambiente e que provocariam reacções cujos efeitos ocorreriam na verdadeira realidade e não no pseudo-ambiente, no qual se havia dado a estimulação. No fundo, o objectivo de Lippmann passava por perceber até que ponto a representação do real poderia afectar o próprio real, assinalando que, da mesma forma que os factos estariam sujeitos a cortes e distorções de diversa ordem, essas mesmas deformações projectar-se-iam na mente humana. Desta forma, cria-se a consciência da existência de efeitos muito importantes relativos à aquisição de conhecimentos e de representação do próprio real (Wolf, 2006:141-142). A perspectiva preconizada por Lippmann encara, assim, os *mass media* enquanto detentores de um poder considerável, embora não intencional, entre os quais, a faculdade de agendar temas.

A problemática ora exposta conheceria um franco desenvolvimento, na década de setenta, por intermédio dos estudos desenvolvidos, entre outros, por Donald Shaw. A teoria do *agenda-setting* colocava em evidência o facto de os meios de comunicação, ao cobrirem certos acontecimentos em detrimento de outros, produzirem efeitos sobre os indivíduos que os consomem, determinando quais os temas mais relevantes da actualidade. Shaw explicitava que as pessoas revelam uma tendência para incluir ou

excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo (Wolf, 2006:144). O autor entende que os meios de comunicação, ao descrever e precisar a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião e discutir, baseando-se, deste modo, o *agenda-setting* no pressuposto que a compreensão que as pessoas tem de grande parte da realidade social que lhes é fornecida, por empréstimo, pelos próprios media (Wolf, 2006:145). O impacto das pesquisas respeitantes ao agendamento de temas fez-se sentir, com especial relevância, na abordagem das campanhas políticas, uma vez que tornava claro que a acção determinante dos meios de comunicação de massas na definição das agendas de campanha, obrigando a que cada candidato construísse o respectivo discurso ancorado em temas aptos a suscitar o interesse da imprensa.

Não obstante o poder reconhecido aos media na definição dos assuntos que dominam a actualidade, McClure e Patterson ressaltam que, embora no que concerne a alguns temas, os níveis de exposição aos meios de comunicação comprovem uma influência directa por *agenda-setting*, esse efeito associa-se, sobretudo, ao consumo de jornais e não aos noticiários televisivos (Wolf, 2006:148). Mauro Wolf destaca que os dois meios de comunicação são dotados de um poder de influência diferente: as notícias televisivas são demasiado breves, rápidas e heterogéneas, acumulando-se numa dimensão temporal limitada e resultando demasiadamente fragmentárias para terem um efeito de agenda significativo, ou seja, uma eficácia cognitiva duradoura (2006:148). Inversamente, a informação escrita reveste-se de uma capacidade de assinalar a diferente importância dos problemas apresentados, fornecendo aos leitores uma indicação dessa mesma importância de cariz sólido, constante e visível. Ainda no quadrante das campanhas políticas, McLure e Patterson reconheceram, no âmbito da análise do impacto televisivo nos conhecimentos dos eleitores, que os temas tidos como essenciais do confronto político eram sistematicamente preteridos em favor dos elementos de competição, do “folclore” político e do andamento da campanha dos candidatos em luta (Wolf, 2006:149). As cadeias de televisão eram consideradas responsáveis pela subvalorização e minimização dos temas eleitorais, ao ponto de ignorarem as opiniões dos candidatos acerca dos principais temas, redundando numa cobertura dos temas tão superficial e desprovida de significado (Wolf, 2006:149).

Subjacente aos diversos aspectos abordados, a problemática relativa à representação do real mantinha-se na essência do *agenda-setting*. O grande público

deixava de ter contacto com a realidade no seu conjunto, ficando na dependência das informações veiculados pelos meios de comunicação de massas, num quadro no qual funcionaria como extensão cognitiva do Homem. Todavia, ao se deterem excessivamente na representação do real, as pesquisas referentes ao *agenda-setting* negligenciavam, em certa medida, a importância do próprio real. No estudo que produziram, McClure e Patterson haviam já afirmado que o *agenda-setting* é, verosimilmente, um efeito indirecto condicionado pelas anteriores disposições dos eleitores que são os destinatários das mensagens. Uma constatação reforçada por Donald Shaw ao reconhecer que os atributos psicológicos e sociais dos eleitores determinavam a utilização política que eles faziam dos *mass media* (Wolf, 2006:152). A este respeito, um estudo de Siune e Borre sobre as eleições dinamarquesas de 1971 procurou explorar a questão das relações entre os efeitos cognitivos e as estruturais valoriais. As conclusões obtidas apontavam, em determinadas circunstâncias, para a discrepância entre a agenda estabelecida pela comunicação social e a agenda definida pelo público. De facto, temáticas ignoradas pelos media durante a campanha eleitoral, revelaram-se prioritárias na óptica do eleitorado. Mauro Wolf entende verificar-se uma persuasão temperada pela persistência, no sentido em que as atitudes pessoais dos destinatários parecem agir no sentido de integrar a agenda subjectiva na que é proposta pelos *mass media* (2006:154).

Numa vertente diversa, foi possível reconhecer que a capacidade de influência dos meios de comunicação sobre o conhecimento daquilo que é importante e relevante, varia segundo o tipo de temas tratados. Neste sentido, Zucker aponta como factor distintivo entre as *issues* influenciáveis das que o são menos, a sua centralidade. Quanto menor é a experiência directa que as pessoas têm de uma determinada área temática, mais essa experiência dependerá dos *mass media* para se possuir informações e os quadros interpretativos referente a essa área (Wolf, 2006:155). De um modo inverso, a experiência directa, imediata e pessoal de uma problemática, torna-a suficientemente evidente e significativa para fazer com que a influência cognitiva dos media se esbata (Wolf, 2006:155). Em termos genéricos, a coincidência entre os temas abordados pela comunicação social e aqueles que o público identifica como prioritários poderá ser encarada como o produto de uma relação dinâmica entre a capacidade dos media em agendar certos temas e a faculdade dos mesmos de perceber as questões que interessam ao seu público. Desta forma, o *agenda-setting* acentuava a considerável capacidade e poder de influência dos meios de comunicação de massas sobre as populações, pese

embora alertasse para o seu carácter imprevisível e não imediato.

Com o propósito de mensurar a previsibilidade dos efeitos a longo prazo dos *mass media*, Melvin De Fleur e Sandra Ball-Rokeach elaboraram um modelo de dependência dos meios de comunicação, perspectivando o *agenda-setting* enquanto um entre vários factores a contemplar. As condições estruturais da sociedade e a relação que com elas os media estabelecem estariam na origem dos efeitos que estes últimos produziram. A derradeira base de influência mediática radica na natureza das interdependências entre os meios de comunicação e outros sistemas sociais, e na forma como essas interdependências modelam as relações da audiência com os meios de comunicação (De Fleur e Ball-Rokeach, 1982:240). O modelo da dependência defende que, nas sociedades modernas, as populações necessitam da comunicação social para se manterem informadas sobre o que acontece. No caso da sociedade apresentar contornos de instabilidade e conflito, o grau de dependência aumenta consideravelmente, designadamente, se os media foram a única fonte de informação acessível.

De Fleur e Ball-Rokeach definem a existência de três diferentes tipos de efeitos, cuja acção se inter-relaciona. Por um lado, os efeitos cognitivos correspondem à percepção de uma dada mensagem, operando a diversos níveis. Neste particular, inclui-se o fenómeno da ambiguidade, que ocorre aquando da existência de informações insuficientes ou dispares sobre um acontecimento, colocando as populações num plano de elevada dependência face aos *mass media*. Histórias de cariz dramático e repentino são, igualmente, passíveis de suscitar o mesmo tipo de reacção, à qual acresce a ansiedade em obter dados adicionais. Um outro efeito prende-se com a formação de atitudes, na medida em que os meios de comunicação social exercem uma considerável influência relativamente aos juízos que as pessoas fazem de uma dada temática. Não obstante tratarem-se de crenças bastante enraizadas numa sociedade, os media, agindo no seio da própria estrutura social, detêm a capacidade de promover câmbios posturas das populações, especialmente quando introduzem valores que chocam os estabelecidos. A dimensão afectiva é um outro factor que o modelo da dependência contempla, ao abordar os sentimentos e emoções produzidas pelos media no público. A este respeito, o efeito de neutralização, estreitamente ligado à exibição de carácter violento, salienta que a exposição prolongada a mensagens deste cariz pode, simultaneamente, fomentar a sua insensibilidade, reduzindo sentimentos de compaixão. Ainda nesta linha, situam-se os efeitos de medo suscitados pela exposição a mensagens de conteúdo alarmante, passíveis de infundir ansiedade nos indivíduos, sobretudo nas franjas de população que

não possuem experiência da realidade relatada.

O modelo chama a atenção para o facto de a dependência das pessoas face aos meios de comunicação configurar um processo de integração e identificação dos indivíduos com a sociedade da qual se inserem. Deste modo, os efeitos de integração procedentes de uma informação que abarcasse um espectro alargado de grupos sociais e étnicos dissuadiriam manifestações de alienação. Não obstante a generalidade dos efeitos suscitados pelas informações veiculadas pelos *mass media* sejam de carácter passivo, influenciando na percepção do real, outros são, em antítese, de natureza comportamental. O efeito de activação tem lugar quando os sujeitos são impelidos a agir após contactarem com uma determinada mensagem emitida por meios de comunicação de massas, dado que, ao produzirem efeitos cognitivos e afectivos relevantes, acarretam modificações comportamentais. Assim sendo, a premência de resolução de uma problemática tem como último estágio estas alterações ao nível emocional e cognitivo. Num plano diametralmente inverso, os efeitos de desactivação sucedem sempre que os conteúdos veiculados pelos media actuam enquanto elementos desencorajadores da acção dos indivíduos. As campanhas eleitorais constituem-se um exemplo deste último efeito, dado que a profusão de informações nesta conjuntura pode levar muitos eleitores a não exercer o seu direito de voto, convencido que o mesmo será irrelevante tendo em conta as previsões das sondagens. O modelo da dependência de De Fleur e Ball-Rokeach procura afastar de variáveis individuais o foco dos efeitos exercidos pelos meios de comunicação, antes dando preferência às estruturas sociais e respectivas mutações. Segundo esta perspectiva, os efeitos são abordados, observando o contexto em que as circunstâncias que os originam ocorrem e inseridos numa lógica mais global, na qual assume especial relevância a faculdade que os mesmos detêm de produzir transformações, tanto no sistema social como nos meios de comunicação de massas.

A teoria dos usos e gratificações

De entre os distintos métodos de investigação que, ao longo das décadas, foram sendo exercitados no estudo do fenómeno comunicativo, uma certa corrente adepta de uma abordagem de cariz empírico insistiu na procura de metodologias que analisassem a realidade com vista à produção de resultados mensuráveis e objectivos. Neste particular, propunha um recentramento das pesquisas em torno dos efeitos da

comunicação de massas. Nos anos quarenta, Herta Herzog debruçou-se sobre a enorme popularidade que as radionovelas granjeavam junto do público feminino norte-americano. Tendo por base entrevistas realizadas a uma amostra constituída por 2600 ouvintes, a autora concluiu que grande parte das mulheres que seguiam devocionalmente este género de programa procurava um meio de escape emocional, que lhes oferecesse amplas oportunidades para extravasar sentimentos. Uma outra fracção da amostra buscava compensar os problemas pessoais, investindo nos momentos felizes que as radionovelas continham como se de um lenitivo se tratasse. Herzog identificou um terceiro grupo que afirmava encarar os mencionados programas como uma fonte de conselhos, nomeadamente, factos da vida, ensinando-os a agir caso situações análogas sucedessem na vida real.

Em 1949, Berelson aproveitou a oportunidade concedida por uma greve em larga escala na imprensa nova-iorquina de forma a perceber se o comportamento dos leitores era diferente face à ausência de jornais, assinalando o aspecto cuja falta era mais notada. Enquanto, somente um pequeno número de indivíduos confessou ressentir-se do plano informativo da imprensa, a maior parte das pessoas entrevistadas, designadamente aquelas pertencentes a uma faixa etária mais elevada, sentia falta da necrologia, através da qual se informavam do falecimento de amigos e conhecidos. Mais do que se sentirem privadas de determinadas notícias, as pessoas ressentiam-se do que descreviam como um alheamento do Mundo. Mauro Wolf sistematiza as funções desempenhadas pela imprensa e tidas pelos leitores como de maior importância como a de informar e fornecer interpretações sobre os acontecimentos, constituir um instrumento essencial na vida contemporânea, ser uma fonte de descontração, conferir prestígio social, ser um instrumento de contacto social, constituir uma parte importante dos rituais da vida quotidiana (2006:72). Sempre com a problemática dos efeitos em pano de fundo, esta metodologia tinha como alvo a análise, não da influência dos *mass media* sobre as pessoas mas a utilização que estas davam aos meios de comunicação. Merton entende o efeito da comunicação de massa como a consequência das satisfações às necessidades experimentadas pelo receptor, ou seja, os media são eficazes se e na medida em que o receptor lhes atribui tal eficácia, baseando-se precisamente na satisfação das necessidades (Wolf, 2006:71). Desta forma, à luz das pesquisas levadas a cabo por Herzog e Berelson, havia-se inaugurado uma nova corrente de investigação, assente nas noções de usos e gratificações.

Este modelo conheceria novos estágios de desenvolvimento, a partir da década

de sessenta, com particular realce para a análise dos efeitos da televisão sobre as crianças realizada por Schramm, Lyle e Parker. Na senda dos postulados anteriores, o estudo apontava para o facto de serem as crianças a deter o papel mais activo na relação que estabeleciam com a televisão e não o oposto. Partindo desta constatação, procurou-se, em pesquisas sequentes, determinar as necessidades existentes, localizando as suas raízes psicológicas e sociais. A este propósito, Katz, Gurevich e Haas distinguem cinco classes de necessidades satisfeitas pelos *mass media*: cognitivas, relacionando-se com a aquisição e reforço de conhecimentos e de compreensão; afectivas e estéticas, no sentido do reforço da experiência estética e emotiva; de integração a nível da personalidade, segurança, estabilidade emotiva e incremento da credibilidade e posição sociais; de integração a nível social por intermédio do reforço dos contactos interpessoais com a família e os amigos, entre outros; necessidades de evasão, materializadas no abrandamento das tensões e dos conflitos (Wolf, 2006:72-73).

Na óptica de Katz, Blumer e Gurevitch, a relação entre as categorias de necessidades e os imperativos funcionais do sistema social, articula os usos e satisfações em cinco pontos fundamentais: a audiência é concebida como activa, pressupondo que uma parte importante da utilização dos media tem um objectivo; no processo de comunicação de massa, grande parte da iniciativa de relacionar a satisfação das necessidades com a escolha dos *mass media*, depende do destinatário. Por outro lado, os meios de comunicação competem com outras fontes de satisfação de necessidades, representando as que são satisfeitas pela comunicação de massa somente um segmento do amplo espectro de necessidades humanas e variando no grau em que podem convenientemente satisfazer essas mesmas necessidades. Do ponto de vista metodológico, muitos dos objectivos da utilização dos media podem conhecer-se através de dados fornecidos pelos destinatários, dado que estes sabem o suficiente para, em casos específicos, poderem expor os seus próprios interesses emotivos ou, pelo menos, para poderem reconhecê-los, se esses interesses lhes forem expostos verbalmente e de um forma que lhes seja familiar e compreensível. Finalmente, os autores salientavam que os juízos de valor acerca do significado cultural das comunicações de massa deveriam ser suspensos até as tendências da audiência serem analisadas nos seus próprios termos (Wolf, 2006:73-74).

Uma pesquisa levada a cabo por Katz, Gurevitch e Haas com o objectivo de efectuar um levantamento das necessidades satisfeitas pelas comunicações de massas, estabeleceu que estes são utilizados pelos indivíduos num processo destinado a reforçar

ou enfraquecer uma relação com um referente que pode ser o próprio indivíduo, a família, o grupo de amigos ou as instituições. Neste processo, evidenciam-se certas regularidades nas preferências de determinados *mass media* relativamente a certos tipos de associações. Para Mauro Wolf, dado que cada meio de comunicação apresenta uma combinação específica entre conteúdos característicos, atributos expressivos e técnicos, situações e contextos de consumo, tal combinação de factores pode tornar os vários meios de comunicação mais ou menos adequados à satisfação de diferentes tipos de necessidades (2006:75). Enquanto os livros e o cinema propiciam a satisfação de necessidades de auto-realização e de auto-satisfação, ajudando o indivíduo a relacionar-se consigo próprio; os jornais, a rádio e a televisão servem, pelo contrário, para reforçar o vínculo existente entre o indivíduo e a sociedade (Wolf, 2006:75). Além disso, à medida que aumenta a distância entre o indivíduo de um determinado termo de referência, as fontes de satisfação respeitantes à comunicação de massa vão assumindo maior preponderância e significado.

De entre desenvolvimentos teóricos que foram pontuando o modelo dos usos e gratificações, a abordagem proposta por Rosengren procurara contemplar uma dupla vertente da análise dos efeitos, considerando a sua acção no sistema social e no próprio sistema dos *mass media*. O autor considera a existência de necessidades humanas fundamentais a nível biológico e psicológico, bem como de diversas combinações de características intra-individuais e extra-individuais, em interacção com a estrutura social, incluindo os meios de comunicação. A acção conjunta destes três elementos gera diferentes combinações de problemas, dos quais o indivíduo se vai apercebendo com maior ou menor intensidade, suscitando, igualmente, possíveis soluções para esses problemas. Por seu turno, a combinação dos problemas e das respectivas soluções provoca motivos para colocar em prática comportamentos de satisfação das necessidades ou de solução dos problemas. Esta circunstância origina modelos diferenciados de consumo dos *mass media* e modelos diferenciados de outros tipos de comportamento social, ambas fornecendo modelos diversos de satisfação ou não-satisfação que influem na combinação específica de características intra-individuais e extra-individuais. Numa derradeira instância, esses mesmos modelos são passíveis de influenciar a estrutura do sistema dos meios de comunicação e as demais estruturas, nomeadamente, a cultural, a económica e a política, da sociedade (Wolf, 2006:80-81). Pese embora, tal descrição, aparente revestir a pesquisa de um cariz, marcadamente, mecanicista, a hipótese dos usos e satisfações aventada por Rosengren constitui-se uma

contribuição válida, deixando em aberto as reais possibilidades de proceder a observações empíricas em torno de uma esquema assim articulado (Wolf, 2006:81). De facto, a realidade vem demonstrar que as discrepâncias ao nível das necessidades, problemas e motivos são uma constante de indivíduo para indivíduo, produzindo diferentes padrões de comportamento que, frequentemente, afrontam a lógica na qual processos como o presente se fundam.

Há algumas décadas atrás, o teórico francês Louis Armand fez notar o papel do crescimento da comunicação no que apelidou de “engarrafamento” da sociedade moderna. Nos dias de hoje, os conteúdos veiculados, diariamente, por meios de comunicação como os jornais, as rádios, as televisões e, mais recentemente, a Internet, atingem proporções inimagináveis. Ao acrescentar-se a informação contida em livros, fitas magnéticas, discos compactos (CD) ou discos digitais de vídeo (DVD), entre uma disparidade de suportes, criam-se as condições para o que Jean Cazeneuve considerou a distensão da informação no tempo, podendo repetir-se quase até ao infinito (1978:73). De facto, mais do que nunca, o Homem encontra-se em permanente comunicação com o planeta, exposto a uma torrente esmagadora de mensagens difundidas por uma imensa panaceia de meios de comunicação. Na relação que os indivíduos estabelecem com os media, o objectivo imediato, tal como Jean Cazeneuve havia alertado, passava e continua a passar pela capacidade dos primeiros operarem uma selecção, expondo-se às mensagens úteis e protegendo-se das demais. Nesta perspectiva, o fenómeno da comunicação tende, em suma, a transformar-se na arte do Homem se isolar para se compreender a si próprio (1978:73).

A política

Para uma correcta e aturada definição do que, comumente, se entende por política torna-se necessário considerar todo um conjunto de termos e aspectos. A análise do fenómeno político obriga à abordagem de conceitos como o de Estado, poder, sistema político, escolha racional, bem como ao estudo das instituições. Para tal empresa, importa, primeiramente, adoptar a perspectiva conferida pela ciência política. Como ponto de partida, reveste-se de particular importância a enunciação dos propósitos desta mesma ciência. Nas palavras de Morlino, a ciência política ocupa-se do estudo ou pesquisa, com a metodologia das ciências empíricas, de diversos aspectos da realidade política, a fim de a explicar o mais completamente possível (Della Porta, 2003:14). No fundo, trata-se de analisar o fenómeno político em situações reais que o permitam descortinar de um modo transparente e incisivo.

Contemplando os pressupostos anteriormente descritos, torna-se, assim, possível a significação, devidamente contextualizada, do que se constitui política. De facto, ao longo do tempo e espaço, a definição de política foi sofrendo diversas mutações, tendo em conta as diferentes abordagens teóricas a que a mesma foi sendo submetida. Nos dias de hoje, Beligni nota que a resposta ao quesito canónico “o que é a política” apresenta-se problemática e incerta, pois nenhum âmbito da vida associada parece subtrair-se à politização e essa tendência parece ser um dos caracteres da contemporaneidade (Della Porta, 2003:14-15). Esta constatação radica, no fundo, no entendimento de Aristóteles que toda a Cidade pertence à natureza e que o homem é naturalmente feito para a sociedade política, afirmando-se enquanto animal político (2000:8). As discussões em torno do conceito de política remontam à Grécia Antiga por intermédio proximidade etimológica da palavra com *polis*. Para a cultura grega, a experiência da *polis* representava a potenciação do raciocínio e do emprego da linguagem humanas. Pese embora tais raízes não se coadunem com a aplicação actual do termo política, permitem reconstruir todo um percurso que permite compreender a acepção contemporânea do termo, elaborada com base da gradual autonomização da própria política em função a outras áreas do conhecimento. A este propósito, Giovanni Sartori salienta que, na *polis* grega, a política não se diferenciava da sociedade, uma vez que se configurava enquanto unidade constitutiva e dimensão completa da existência (Della Porta, 2003:16). Não obstante o fomento dos ideais de boa governação

exercitados pela filosofia grega, foi com o surgimento da *civitas* romana que despontou o ordenamento jurídico, ou seja, a lei, na qual esta se fundava. Contudo, segundo Sartori, a noção vertical de política enquanto poder, comando e, em última análise, Estado extraordinário para a sociedade, tal como é encarada na actualidade, só emergiu no século quinze com Maquiavel, clarificando as disparidades entre moral e política, no sentido em que a preservação do Estado passa a legitimar a adopção de posturas e comportamentos que atentem contra a fé e a Humanidade (Della Porta, 2003:16). Por outro lado, com o aparecimento da ciência económica, designadamente, através de Adam Smith, procede-se à gradual distinção entre a política e a sociedade, mais particularmente o mercado. Cria-se a noção da existência de um perímetro de acção humana cujo óptimo funcionamento e desenvolvimento se encontra dependente da ausência de intervenção do Estado, privilegiando a auto-regulação. Sartori ressalva que, neste particular, as leis da economia são, única e exclusivamente, as leis do mercado e não as de cariz jurídico (Della Porta, 2003:16). O reconhecimento da uma determinada transfiguração e flexibilidade no que concerne às fronteiras de mercado e Estado estende-se ao nível comportamental. Neste sentido, a caracterização do comportamento político acaba por bifurcar na utilidade de que se reveste a postura económica e o dever moral no qual radica o comportamento religioso. Na tentativa de alcançar uma maior especificidade, importa identificar os núcleos fulcrais do fenómeno político, procurando aferir da maior ou menor abrangência do mesmo, as motivações que o assistem e os instrumentos de que se serve.

As diversas metodologias de investigação sobre a realidade política influem, tendencialmente, na natureza das concepções elaboradas. De entre toda uma série de elementos que povoam as pesquisas políticas, os conceitos de Estado e Poder merecem especial consideração. Tal como sublinhado por Norberto Bobbio, durante séculos, o termo (política) foi, sobretudo, empregue para indicar obras dedicadas ao estudo da esfera de actividade humana referente ao Estado, embora tenha sido, simultaneamente, entendido como uma forma de actividade relacionada com o exercício de poder. Actualmente, os estudos no âmbito da ciência política oscilam entre uma abordagem racional da política, com particular incidência nos actos em defesa de interesses individuais, e uma corrente neo-institucional que privilegia a individualização de um papel específico da política na construção de normas e identidades colectivas (Della Porta, 2003:18).

Durante um largo período, a ciência política ocupou-se da análise das

instituições do Estado, contemplando a divisão dos poderes institucionais e as características da administração, entre múltiplos aspectos. Nesta linha, assistiu-se a uma clara sobreposição entre os planos político e estatal. Posteriormente, o Estado deixa de ser encarado, somente, enquanto objecto de estudo e respectivo fim da ciência política, para ser suplantado pelos conceitos de sistema político e governo, incluindo-se na plêiade de agentes do universo político. Não obstante a multiplicidade de definições existentes, o conceito de Estado refere-se a um ordenamento político específico, que surgiu na Europa no século treze e que, na leitura de Pierangelo Schiera apresenta-se como uma fórmula de organização do poder determinada historicamente, caracterizada por conotações que a tornam peculiar e diferente de outras formas, mesmo determinadas historicamente e, no seu interior, homogêneas de organização do poder (Della Porta, 2003:18-19). Os elementos nucleares nos quais assenta esta diferenciação são a territorialidade do comando, levada a cabo por um processo de centralização territorial; a obrigação política, respeitante ao reconhecimento ao Estado do monopólio da força legítima; o desenvolvimento de uma burocracia pública, vinculada ao respeito do Estado de direito (Della Porta, 2003:19).

A formação do Estado

No que concerne ao primeiro factor, interessa reter que o processo de constituição de um Estado coaduna-se com a incorporação territorial. Segundo Poggi, as transformações socioeconómicas aliadas à rotura da unidade político-religiosa lançaram as bases para a emergência de um novo sujeito que na realidade se afirmaria com a perda dos poderes temporais da Igreja e a aparição de um poder soberano (Della Porta, 2003:19). O processo de criação dos Estado implica, deste modo, a concentração do poder numa área específica, desenvolvendo a noção moderna de limite territorial, demarcando dois territórios distintos. Esta concentração do poder obriga a que a uma dada instância seja atribuída a faculdade de exercer a força com o intuito de defender a comunidade de ataques exteriores e prover a manutenção da ordem a nível interno. A este propósito, Max Weber invoca a noção de monopólio de força legítima enquanto elemento fundamental caracterizador do Estado, considerando que há um Estado quando um sujeito político de carácter institucional é capaz de reivindicar com êxito, pela sua direcção administrativa, o monopólio da força legítima. Reinhold Zippelius ressalta que a tarefa de garantir a paz e a segurança jurídicas requer que os titulares de

cargos estatais afirmem enérgica e eficazmente (no quadro das suas competências) o monopólio da coacção física contra actos de violência (1997:69). Assim sendo, a obediência ao Estado está ligada, em última análise, ao controlo da força necessária para sancionar as violações (Della Porta, 2003:20). Por outro lado, no Estado moderno, a obediência ao domínio político não se reveste tanto de temor face a uma acção punitiva mas antes de um sentido de obrigação moral, verificando-se, neste particular, um reconhecimento oriundo de quem é submetido ao comando da legitimidade do poder exercido. O domínio em todo o Estado apenas tem hipóteses de subsistência se for apoiado, pelo menos em boa parte, pela obediência voluntária (Zippelius, 1997:70-71).

Max Weber destaca alguns mecanismos e razões importantes desta aceitação do domínio, assente na teoria sociológica da legitimação: a aceitação consuetudinária de uma forma tradicional de domínio, a fascinação exercida por um detentor do poder e a crença na sua missão, a docilidade face a um estatuto emanado em termos formalmente correctos através de um procedimento ordenado (Zippelius, 1997:71). No fundo, os motivos racionais para a aceitação de um poder de Estado residem na compreensão de que uma ordem de domínio é indispensável para poder satisfazer a necessidade elementar de ordem, segurança jurídica e paz social (Zippelius, 1997:71). Uma dimensão diversa no que à análise do Estado respeita prende-se com o assinalável crescimento de funções que, em função de um complexo desenvolvimento histórico, se podem atribuir a um conjunto de variáveis políticas e socioeconómicas. A implantação de uma economia monetária propiciou o surgimento da burocracia pública, facto atestado pela possibilidade remuneradora do Estado por intermédio de um salário. Numa vertente complementar, a economia monetária torna-se necessária de forma que o Estado obtenha, através da cobrança de impostos, os recursos necessários para suportar a burocracia pública (Della Porta, 2003:21). Segundo Kriesi, o gradual crescimento do Estado pode, igualmente, ser constatado pela progressiva especialização dos órgãos a que se encontra atribuída a execução de funções específicas. Assim sendo, cria-se uma necessidade crescente de coordenação viabilizada pelas tarefas exercidas por funcionários. Deste modo, a divisão do trabalho levada a cabo no interior do Estado, sobretudo ao nível da separação dos órgãos legislativos dos puramente administrativos, estimula a formação de um extenso sector administrativo composto por subsistemas políticos administrativos funcionalmente especializados, que caracterizará as sociedades modernas (Della Porta, 2003:21).

A intervenção de factores políticos internacionais, nomeadamente, a existência

de conflitos militares perfila-se como um outro elemento contributivo para o crescimento do Estado. Pese embora, primariamente, este último se funde como instrumento de defesa de todo um sistema face ao exterior e de preservação da ordem interna, o cumprimento de tais funções só é tornado praticável pela obtenção de recursos através da cobrança fiscal. A afirmação dos Estados-nação modernos, agregando no seu território uma comunidade que compartilhe uma mesma História e etnia depende, em relativa medida, da guerra. Neste sentido, tal como afirmado por Tilly, a civilização no interior procede paralelamente às exigências da guerra: a administração estatal aumenta na sequência dos esforços de militares; as actividades públicas introduzidas em tempo de guerra mantêm-se em tempo de paz; mesmo após o término do conflito, são reivindicados pelas populações, os direitos que lhes tinham sido prometidos em tempo de guerra; as dívidas de Estado, acumuladas durante as guerras, levam a aumentar a intervenção do Estado na economia (Della Porta, 2003:22). Da mesma forma que as guerras ampliam a carência de recursos materiais, também a necessidade de legitimação para o Estado se torna mais premente à medida que o papel por este desempenhado assume maiores proporções. A afirmação do Estado moderno conduz à consolidação de um elemento de cariz cultural, designadamente, a ideia de nação.

De facto, o processo de construção dos Estados foi transformando os outrora súbditos em cidadãos. A procura de legitimar um poder central de marcada abrangência compelia ao desenvolvimento de um sentimento de identificação política e cultural com um determinado território que, em última instância, radicasse na constituição do Estado-nação. Com este propósito, o Estado passa a contemplar um conjunto de funcionalidades, entre as quais, a oferta de serviços, desenvolvendo, por este meio, a figura do Estado do bem-estar (Della Porta, 2003:23). Com a democracia, efectiva-se a capacidade reivindicativa dos cidadãos no sentido de auferir de maiores e melhores benefícios. Simultaneamente, as franjas mais desfavorecidas da população utilizam o seu peso eleitoral de modo a melhorarem as suas condições laborais e económicas. No plano oposto da pirâmide social, quer a burguesia nacional, apoiada e sustentada pelo Estado colonial, quer a burguesia de Estado, mantida pelo próprio Estado, reclamaram, compreensivelmente, a sua expansão.

As concepções de política enquanto poder

Após a Segunda Guerra Mundial, assiste-se a uma crescente influência das abordagens empíricas e quantitativas americanas no estudo da ciência política europeia, uma manifestação corporizada numa rotura com a abordagem legal, até agora abordada, e uma consequente focalização da atenção no real funcionamento da política. A alteração no rumo das pesquisas sobre política passou a debruçar-se sobre a concepção da política enquanto poder. Na tentativa de explicitar este conceito, Norberto Bobbio estabeleceu, numa primeira abordagem, o poder enquanto capacidade de um actor A de influenciar o comportamento de um actor B. Neste sentido, o primeiro tem poder sobre o segundo no sentido em que A é capaz de mandar fazer a B qualquer coisa que siga na direcção por ele pretendida e que B, de outro modo, não faria. Por seu turno, Max Weber sugere tratar-se da faculdade de encontrar obediência, junto de certas pessoas, a uma ordem com um determinado conteúdo (Della Porta, 2003:24). Já Georges Burdeau admite manifestações de poder em qualquer fenómeno onde se revele a capacidade de um indivíduo para obter de um outro um comportamento que este não teria adoptado espontaneamente (1981:24). Todavia, para que uma dada situação conforme um carácter político, torna-se necessário que a sua finalidade seja socializada. Burdeau recorda que, em qualquer sociedade, as relações entre os seus membros estabelecem-se segundo um objectivo que lhe é próprio, sendo a política que aí se desenrola somente uma técnica de realização de valores religiosos, económicos ou culturais, entre outros (1981:25). Do mesmo modo, o poder que aí se exerce apresenta um carácter instrumental porquanto não encontra a sua razão de ser senão no objectivo em vista no qual a sociedade se constituiu. (Burdeau, 1981:25). Esta última não se explica por um objectivo situado fora de si mesma, uma vez que basta-lhe ser para desempenhar o seu papel. A sociedade assume-se como a sua própria finalidade, já que é, intrinsecamente, o fundamento dos valores em referência aos quais as relações de poder se ordenam no seu seio e resulta da necessidade mesma de tais valores como condição de existência do ser colectivo (Burdeau, 1981:25). Desta forma, o poder encontra-se profundamente enraizado na própria sociedade, visto que é inerente à estrutura política sem a qual ela cessaria de ser (Burdeau, 1981:26).

Numa vertente diversa, importa, igualmente, considerar que o poder encerra um conjunto variado de recursos. Um primeiro recurso refere-se à força, dado que, em termos constitucionais os seres humanos encontram-se expostos à diminuição da sua

liberdade de movimentos e bem-estar físico, à violação da sua imunidade, ao sofrimento e mesmo à morte. Esta capacidade provém, não só da aptidão física de um indivíduo mas também da faculdade de controlar a produção de instrumentos e tecnologias que possibilitem o incremento dos recursos de violência física. A legitimação de um domínio baseado na força física pode ser alcançada, de igual modo, por intermédio de um poder de cariz ideológico que radique na necessidade de compreender o mundo, na definição de normas de comportamento, bem como na expressão de sentimentos. O reconhecimento da existência de diferentes tipologias de poder, exercidas de forma independente pelos respectivos detentores, bem como os conflitos e alianças assumidos por estes últimos, serviu de mote para a produção de um conjunto de estudos subordinados à caracterização do poder. Entre estes, assumem particular relevo as pesquisas efectuadas no âmbito da distribuição do poder na sociedade contemporânea, cuja finalidade passava, entre outros aspectos, por definir quem detém o poder, quais os recursos de que o poder se serve e quantos são os que têm poder (Della Porta, 2003:25).

A abordagem às problemáticas enunciadas denotou um conjunto diverso de tendências consoante as correntes de investigação que a ele se dedicaram. Na perspectiva defendida pela escola elitista, em função da própria designação, as hipóteses aventadas apontam no sentido de o poder ser detido por uma minoria restrita de pessoas, descrita como um grupo mais ou menos unitário e monolítico. Alguns estudos produzidos, anteriormente, por Mosca e Pareto, haviam ressaltado a capacidade das elites em exercer um poder real, facto a que se pode adendar a riqueza enquanto principal recurso de poder, resultando, deste modo, numa acumulação de poder ideológico e político (Della Porta, 2003:25-26). Nos anos cinquenta, Floyd Hunter reforça o conceito de um poder de vértice assente em recursos materiais. O poder dos líderes do mundo dos negócios exerce uma forte influência sobre as questões cívicas, a tal ponto que o autor considera que nenhuma outra instituição é tão dominante na vida de uma comunidade como a económica, ou seja, o mundo dos negócios domina a cidade (Della Porta, 2003:26). Com base nesta constatação, o recurso económico assume-se enquanto fonte primordial de poder, exercendo, os homens de negócios, a função de líderes da comunidade, através da riqueza, do prestígio social e dos aparelhos políticos. Com uma estrutura piramidal e coesa, a distribuição do poder na cidade contempla um selecto grupo de pessoas com uma relação estreita entre si, no qual se concentra a capacidade decisória.

Numa dimensão contrastante, a designada escola pluralista considera verificar-se

uma estrutura de poder pluralista caracterizada por uma disposição do poder entre uma multidão de elite, quer de cariz institucional como não-institucional. Robert Dahl identifica uma dispersão progressiva dos recursos económicos, políticos e de prestígio entre os diferentes segmentos da população. O autor defende que, conquanto no dealbar das cidades se verificasse uma identificação entre os recursos políticos, as riquezas materiais e a posição social, actualmente, os primeiros autonomizaram-se em relação aos demais, surgindo, sobretudo, associados à aptidão dos governantes em gerarem consensos no seio dos diversos grupos sociais. Por seu turno, estes últimos procuram maximizar as suas oportunidades de sucesso fazendo apelo aos recursos a que pode aceder com mais facilidade e utilizando os canais de comunicação e de pressão sobre o poder político que lhe são mais convenientes do ponto de vista técnico-organizativo e mais favoráveis do ponto de vista político e das atitudes da opinião pública (Pasquino, 2002:90). Neste particular, reveste-se de especial acutilância a acção exercida pelo poder relacional. Tal como observado, a faculdade de reunir um apoio de cunho transversal implica que o exercício do poder se processe segundo um modelo de reciprocidade de recursos entre quem governa e quem é governado, afastando-se da perspectiva de poder enquanto elementos inerente à ocupação de determinados cargos (Della Porta, 2003:28). Gianfranco Pasquino observa que um reconhecimento cuidadoso das actividades dos vários grupos de pressão conduz a uma identificação suficientemente precisa do *locus* efectivo do poder político e dos processos mediante os quais ele é concretamente exercido (2002:90). A análise da actividade dos grupos de pressão permite uma reconstituição dos processos de decisão, bem como a identificação de quem exerce maior poder sobre que políticas públicas (Pasquino, 2002:90).

A coabitação dos diversos meios de poder levanta questões relativamente ao grau de interligação entre os mesmos, designadamente, aquando da criação de um ambiente competitivo entre os respectivos detentores. A dimensão da influência e independência do poder político face ao económico é relativa, uma vez que este último exerce uma contínua pressão sobre o primeiro. Poggli sublinha o facto de existirem instituições complexas e sofisticadas como propriedade, contrato, sucessão hereditária, mercados, empresa, contratação colectiva, bancos, seguros, aquisições a prestações, profissões, sociedades por acções (Della Porta, 2003:28). Por um lado, o Estado deve procurar garantir a sobrevivência do mundo dos negócios através da aplicação de leis que financiam subsídios e serviços vantajosos para o mundo económico. Inversamente, cabe ao Estado a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, investindo em

políticas de assistência social e assegurando o direito à greve, circunstâncias que promovem o desenvolvimento de fricções na relação com o poder económico. O poder ideológico contribui, igualmente, para a consolidação do poder político, sobretudo no que concerne à elaboração do conceito de nação enquanto expressão da comunidade nacional, incutindo nas populações um espectro de sentimentos de pertença, solidariedade e identidade colectiva através do controlo dos símbolos e rituais, bem como da criação de uma língua comum (Della Porta, 2003:29).

A estrutura e funcionamento do sistema político

Na sua essência, a matriz da definição de poder radica na observação dos actores políticos e na sua capacidade de influenciar decisões em detrimento da análise das instituições estatais. Todavia, na tentativa de melhor apreender a abrangência do fenómeno político, considerando todos os elementos que o compõe, assistiu-se, na década de cinquenta, à aplicação de uma abordagem sistémica que incidia sobre o estudo do funcionamento daquilo que se convencionou apelar de sistema político. A definição deste último baseia-se em dois vértices elementares. Num pólo, encontra-se a noção de ambiente, no qual o sistema se integra e com o qual interage por intermédio de um fluxo contínuo de introduções e emissões. No plano oposto, encontram-se os limites que distinguem, em termos analíticos, o sistema do seu ambiente. A abordagem sistémica em ciência política assenta em dois pressupostos: por um lado, as condições apresentadas por qualquer objecto num dado momento provêm da troca de matéria e energia com o respectivo ambiente, por outro, as alterações registadas nas condições de uma parte afectam o objecto na sua totalidade.

Na óptica de David Easton, o sistema político constitui-se um sistema de acções recíprocas através das quais se realiza a atribuição autoritária de valores livres numa dada sociedade (Della Porta, 2003:31). Esta atribuição de valores desdobra-se em três dimensões, assinaladamente, a prática, enquanto conjunto de normas respeitadas tradicionalmente que norteiam as relações privadas; o intercâmbio, que se refere a uma acção recíproca de indivíduos que negociam entre si; e o comando político, assente em procedimentos colectivos capazes de solucionar os conflitos originados pela atribuição de valores. De entre o conjunto de sistemas que formam a sociedade, o sistema político tem como missão elementar a regulação dos conflitos na sociedade, interagindo, para tal, com esta através de um processo composto por estímulos e respostas que convertem

introduções em emissões, ou seja, em decisões imperativas (Della Porta, 2003:31-32). Pasquino explicita que, *grosso modo*, é estabelecida uma relação entre problemas sociais, económicos, políticos que adquiriram importância e a resposta a esses mesmos problemas, revestindo a forma de políticas públicas (2002:263). Embora tal nem sempre se verifique, a política pública representa uma tentativa de resposta segundo um esquema simples de *input-output* (Pasquino, 2002:262). De facto, a operacionalidade dos desígnios do sistema político encontra-se dependente da introdução de informações (*inputs*), discerníveis em exigência e apoio. As necessidades que surgem no interior da sociedade podem ser expressas por intermédio de exigências, dando origem a decisões públicas.

Contudo, convém sublinhar que o avolumar de exigências pode colocar em xeque o próprio sistema, ameaçando a sua continuidade, pelo que o mesmo contempla agentes reguladores (*gatekeepers*) que efectuam uma triagem das exigências que são admitidas na “caixa negra” onde as decisões são tomadas (Della Porta, 2003:32). Os *gatekeepers* podem assumir um cariz estrutural, tal como sucede com os partidos políticos e os grupos ou uma natureza cultural, atendo-se ao conjunto de regras e procedimentos que enformam a selecção das exigências. Assim sendo, a selecção processa-se através de um conjunto de estruturas políticas que definem a maneira de proceder para a conversão do pedido, mas igualmente por normas culturais que, interiorizadas por intermédio dos processos de socialização política, definem quais os pedidos que podem ter acesso às decisões públicas (Della Porta, 2003:32). Numa dimensão mais palpável, Pasquino explicita que este processo comporta problemas e conflitos potenciais. As autoridades políticas podem julgar útil proceder a uma avaliação das alternativas, não só do ponto de vista económico, mas fundada igualmente num cálculo de custos e benefícios e na previsão das possibilidades de sucesso de cada uma (2002:264). A politização dos pedidos dá-se segundo um processo de articulação, no qual as necessidades genéricas se mutam em exigências específicas, logo, politicamente relevantes e um processo de agregação, pelo qual as exigências se combinam entre si, convertendo-se em exigências, essencialmente, políticas, dotadas de maior complexidade.

A sobrevivência do sistema político assenta, igualmente, na existência de apoio, definido enquanto um conjunto de comportamentos e atitudes que exprima intenções positivas face ao sistema (Della Porta, 2003:33). Daí que, na opinião de Gianfranco Pasquino, a problemática relativa ao binómio custos-benefícios, exposta anteriormente,

não seja alheia aos consensos que poderiam ser adquiridos ou perdidos, num certo prazo, na sequência de uma determinada política pública (2002:264). O apoio é passível de ser sistematizado em três instâncias do sistema político, neste caso particular, a comunidade política, no que se refere à partilha de uma identidade nacional comum; o regime, enquanto conjunto de valores, normas e estruturas de autoridade que presidem às acções políticas recíprocas num determinado território; e às autoridades, que desempenham funções activas no sistema político. A capacidade do sistema em satisfazer, num plano imediato, os pedidos configura um apoio específico, ao passo que uma atitude mais generalizada face à comunidade ou ao regime designa-se por apoio difuso, no sentido em que contempla um processo de legitimação acumulada a longo prazo (Della Porta, 2003:33).

O processo de elaboração das decisões e políticas públicas tem lugar na anteriormente mencionada caixa negra. A este nível, uma primeira etapa respeita à transformação de pedidos, propostas e problemáticas em programas de acção estatais ou regulamentações jurídicas. Posteriormente, procede-se à implementação dessas mesmas políticas públicas por intermédio de actos executivos, da definição do financiamento e da disponibilização e destacamento de recursos humanos. Pese embora a fase de formulação se revista de uma carácter mais político, enquanto o estágio de implementação configure acções de tipologia burocrática, regista-se, entre os dois níveis, uma acção recíproca, na qual intervêm outros agentes que contribuem, de forma análoga, com os seus próprios recursos. Capano e Giuliani salientam que a execução de qualquer política pública é um processo complexo que revela a estruturação e o modo de funcionamento de um sistema político-institucional, a verdadeira repartição do poder político entre os diversos interessados na decisão ou envolvidos nela, bem como a medida do interesse e do envolvimento de cada um deles (Pasquino, 2002:265). Na perspectiva de Almond e Powell, a formulação e aplicação das políticas públicas contempla diferentes fases. Numa primeira instância, é possível identificar uma etapa de emissão, os designados *outputs* do sistema, a que se sucedem os êxitos das políticas (*policy outcomes*) e, num derradeiro nível, o *feedback*, ou seja, os processos retroactivos. A fronteira entre os *outputs*, ou produtos, e os *outcomes*, ou resultados, perfila-se, amiúde, assaz imprecisa (Pasquino, 2002:268). De facto, a avaliação de uma política pública pode ser perspectivada, quer a partir daquilo que verdadeiramente surgiu no final do processo que se iniciou com a formulação da política e culminou na sua execução (*outputs*), quer com base nos *outcomes*, ou seja, naquilo que realmente

resultou da execução daquela política (Pasquino, 2002:268). Esta duplicidade levanta questões referentes à própria natureza dos resultados da avaliação (*feedback*), mormente no que concerne à sua introdução no circuito da decisão com o intuito de influenciar uma eventual reformulação de decisões anteriores ou de outras políticas públicas (Pasquino, 2002:268). Numa derradeira instância, as emissões produzidas pela “caixa negra” redundam relevantes para a determinação do apoio, uma vez que os *outputs* e respectivos *outcomes* contribuem, através de um fluxo retroactivo, com o acumulo de apoio para o sistema, garantindo a sobrevivência deste último. (Della Porta, 2003:34).

A abordagem sistemática na qual o modelo de David Easton se insere foi acusada de se focalizar excessivamente na lógica de sobrevivência do sistema político, não conseguindo explicar a realidade e concentrando, preferencialmente, as suas atenções no que entra na “caixa negra” em detrimento do que sai. A superação desta abordagem, não obstante a deferência face à papel preponderante das “funcionalidades sistemáticas” no sentido de assegurar o funcionamento e manutenção dos sistemas políticos, transferiu o cerne da pesquisa para as motivações e dinâmicas de intervenção dos diferentes actores do processo político, procurando analisar os comportamentos concretos dos mesmos.

A abordagem económica da política

O interesse manifestado pelas motivações na origem dos comportamentos individuais conheceu um particular desenvolvimento com a aplicação de uma abordagem da escolha racional. Partindo de uma lógica de sistema para o estudo dos comportamentos individuais, esta corrente esforçou-se por identificar as motivações para a política. Joseph Schumpeter enunciou uma série de pressupostos para a análise da política, baseando-se em conceitos e hipóteses oriundas do campo económico. Segundo Sola, os postulados fundamentais da abordagem económica da política consideravam o indivíduo como actor fundamental da sociedade, notando que a interacção deste com os demais indivíduos fundava-se no seu interesse pessoal. Por outro lado, reconhecia no indivíduo uma predisposição para definir as suas preferências, escalonando-as em relação uma às outras. Neste sentido, o indivíduo actuaria de um modo consciente e racional, optando pelo comportamento que maximizasse as suas vantagens ou utilidades (Della Porta, 2003:35-36). A definição do indivíduo enquanto ser racional, porém, egoísta, levou à elaboração de modelos que possibilitassem a previsão de

comportamentos individuais em conjunturas diversas.

No âmbito da abordagem económica da política, Anthony Downs sugeriu uma interpretação do fenómeno eleitoral a partir do conceito de racionalidade, na qual os indivíduos seriam capazes de estabelecer uma ordem entre as várias alternativas disponíveis, optando por aquela que se situaria num patamar mais elevado na sua graduação de preferências (Della Porta, 2003:36). Estas preferências seriam, por seu turno, optimizadas pela faculdade de recepção de informações concernentes aos candidatos que contribuiriam para a escolha a ser realizada. Sob o prisma económico, a teoria política defende que os eleitores e os eleitos têm por meta a obtenção de bens distintos. Assumindo-se enquanto consumidores do mercado político, os primeiros exigem tomadas de decisão tendo em vista as suas necessidades e preferências. Num plano inverso, os candidatos, à semelhança das empresas cujo objectivo primário prende-se com a geração de lucro, tem como único propósito a sua eleição para cargos públicos, adoptando uma postura alheia a qualquer género de política pública (Della Porta, 2003:36). A perspectiva económica do consumidor como elemento soberano encontra correspondência no universo político, através da figura do eleitor, em virtude do qual os representantes políticos procuram realizar os correspondentes desejos e necessidades como meio de aumentarem as probabilidades de serem eleitos. Pese embora em termos díspares, este estudo do Homem enquanto ser económico é, igualmente, professado por uma corrente de pesquisa apologista da abordagem da escolha pública. Neste sentido, James Buchanan defende que a dependência dos políticos do apoio dos eleitores reveste-se de uma índole nefasta ao instigar a produção de débito público e inflação, ameaçando, deste modo, a democracia. Com o intuito de satisfazer o maior número de eleitores, visando uma reeleição a breve trecho, os governantes servem-se da possibilidade de distribuição de bens e serviços através da despesa pública. Numa vertente complementar, assiste-se a uma tendência para a gradual regulação das actividades económicas e sociais, facto que, não só enforma uma agregação de recursos de controlo sobre os cidadãos, como propicia a criação de rendimentos políticos, na forma de impostos (Della Porta, 2003:37).

A corrente da escolha pública, propulsora de reformas de cariz neoliberal, aponta a redução dos poderes de decisão dos órgãos eleitos como resposta mais eficaz à crise fiscal. Neste particular, a redução de situações em que a acção recíproca se caracteriza pela presença de um poder coercivo com o fito na extracção de rendimentos, daria lugar a um contexto de intercâmbio voluntário no qual a utilização das trocas seria

predominante, evitando perturbações no mercado. A proposta da escolha pública implica, neste caso uma redução do papel do Estado na economia materializada numa desregulamentação dos comportamentos económicos e na privatização de serviços e empresas (Della Porta, 2003:38). A lógica do funcionamento do Estado é observada segundo um prisma de crescimento continuado de dimensão em todos os seus sectores e funções insuflado pela tendência das burocracias públicas em intervir no processo decisório para afirmar, não o bem comum, mas interesses corporativos, sobretudo através de alianças com a sua própria clientela específica. Segundo Niskanen, tal prática visaria aumentar o *budget* de despesas do aparelho burocrático, reduzindo, simultaneamente, o controlo desempenhado pelos políticos em posições electivas (Della Porta, 2003:38). As transacções efectuadas entre indivíduos egoístas promovem o afastamento da reunião de bens colectivos, configurando-se urgente a criação de mecanismos que permitam a redução de custos referentes à qualidade de um produto ou protejam os direitos de propriedade como forma de melhorar as informações e prover a confiança entre os agentes envolvidos no processo em questão.

A perspectiva neo-institucionalista

As teorias veiculadas pela abordagem económica do fenómeno político suscitaram reacções críticas, designadamente, ao considerarem que os eleitores não possuíam informações e experiência num grau necessário para agir de um modo racional. Além disso, a analogia estabelecia com o conceito de mercado enfermava da ausência de um meio generalizado, à semelhança do dinheiro, que tornasse praticável a avaliação de custos e benefícios de trocas mútuas e multidimensionais dos recursos materiais, informações, símbolos e afectos. Por outro lado, a obediência dos políticos aos pedidos efectuados por eleitores caracterizados como sendo egoístas, inviabilizaria o alcance de um bem comum. A crítica à presente abordagem sublinhou, da mesma forma que, enquanto, sob o ponto de vista económico, a política gera preferências exógenas, a essência da política reside na formação das preferências através da elaboração de identidades colectivas (Della Porta, 2003:39).

Algumas destas observações encontraram eco nos estudos levados a cabo por uma corrente de investigação fundada numa abordagem neo-institucionalista. Dedicando-se com especial interesse à acção das instituições na determinação dos processos políticos, esta corrente entendia as mesmas, não como um organigrama de

função mas como um tecido de regras, processos e valores, passível de fornecer aos que a compõe um conjunto de significados que orientem as suas acções. March e Olsen explicitam que os indivíduos ao procurarem investir a sua própria história de sentido, facto que impele as instituições a reflectirem e responderem sobre estas necessidades oferecendo cachos de crenças e normas que enformam interpretações e preferências (Della Porta, 2003:40). Neste sentido, os comportamentos no interior das organizações não se regeriam por interesses individuais, antes por obrigações culturais e normas sociais. Tendo por base o pressuposto que a política ocupa-se da construção de normas e valores com os quais os indivíduos se identificam, o cálculo e reconhecimento das utilidades individuais, segundo Alessandro Pizzorno, radica na edificação de uma identidade colectiva (Della Porta, 2003:40). Por intermédio de um emprego sofisticado da ideologia, a política constrói essas mesmas identidades, definindo interesses colectivos de longo prazo a que se subordina o usufruto de vantagens individuais imediatas. A construção da identidade é, portanto, um pressuposto do cálculo racional baseado no interesse, sendo a função da política, ainda antes de responder aos interesses, a sua definição (Della Porta, 2003:41). Após o estabelecimento de uma identidade colectiva verifica-se um processo transaccional no qual os indivíduos oferecem a sua lealdade em troca da satisfação das suas necessidades, calculada pela primeira. Esta identidade permite transformar acções de solidariedade normalmente descritas como custos, segundo uma lógica utilitarista, em benefícios cuja essência residiria na emanção de sentimentos gratificadores de pertença a uma comunidade. A este propósito, Pizzorno sublinha que, no debate público e intelectual, na simbologia, nos modos de organizar o exercício do voto, o sufrágio apresenta-se não como um acto de escolha, mas como um ritual de pertença; não como uma expressão do cálculo dos interesses do singular, mas antes da consciência, para todos os cidadãos, de estar a cumprir, juntamente com todos os outros uma função que faz a colectividade viver politicamente (Della Porta, 2003:41). O fenómeno político, na acepção de Goodin e Klingemann, é passível de ser descrito enquanto uso vinculado do poder social. Deste modo, a ciência política, cujo objecto de estudo não mais é que as diversas formas assumidas pelo fenómeno político, ocupa-se da observação e análise da essência e fonte desses vínculos e dos mecanismos empregues no exercício do poder social no seio dos mesmos (Della Porta, 2003:42). O cerne da política e das suas instituições fundamenta-se, numa primeira instância, na inculca de vínculos ao poder.

Os diversos conceitos e perspectivas teóricas que a ciência política congrega são

sintomáticos de uma multiplicidade de perspectivas à qual não será alheia a amplitude do campo de investigação que a disciplina se propõe abarcar. Neste particular, a interdisciplinaridade consolida-se, paulatinamente, como uma realidade cada vez mais comum que, de certo modo, tem propiciado a divulgação de perspectivas potencialmente inovadoras e alternativas.

A comunicação política

Campo de investigação com um historial de actividade extremamente recente no universo académico e científico, a Comunicação Política constitui-se ainda uma disciplina envolta numa relativa penumbra no que à sua definição concerne. Os obstáculos que se tem colocado a uma rotulagem precisa e inequívoca remontam, em certa medida, ao fenómeno de desenvolvimento notável que os meios de comunicação patentearam durante o século vinte. De facto, os media lograram impor-se a tal ponto no seio das sociedades modernas, passando a ser encarados como verdadeiros agentes de poder cujo alcance ombreia, frequentemente, com aquele detido pelas instituições políticas. Neste sentido, expressões como agentes políticos, grupos de interesse, grupos de pressão ou membros da elite política tornaram-se formas de significação da capacidade de influência dos meios de comunicação de massas (Canel, 2008:17).

Tendo em mente as linhas gerais dispostas anteriormente, torna-se lícito designar a política enquanto uma actividade através da qual se adoptam e aplicam decisões na e para a comunidade. É precisamente sobre esta particular vertente que a comunicação incide. Por um lado, a comunicação desempenha uma função relevante na tomada de decisões, uma vez que a adopção de medidas necessita da recolha de informações, bem como beneficia de um intercâmbio de opiniões entre os agentes implicados no processo. A comunicação volta a assumir-se fundamental na dotação de um carácter vinculativo às medidas tomadas, numa primeira instância, legitimando a própria autoridade e, num estágio posterior, por intermédio da divulgação das medidas aplicadas pelas autoridades legítimas. Neste sentido, a legitimidade emanada dos actos eleitorais só se consolidará se houver capacidade para operar adequadamente a comunicação, ou seja, se quem se encontra no poder conseguir comunicar de um modo eficaz com aqueles que se encontram sob o seu governo, de forma que as suas medidas sejam entendidas e postas em prática. Num terceiro vector, a comunicação configura-se primordial na organização da sociedade, orientando a mesma por meio da identificação de objectivos e problemas, com o propósito de agregar consensos que facilitem a compreensão de posturas distintas e a percepção dos valores e tradições no sentido da resolução de conflitos, transposição de diferenças, bem como do reconhecimento de opções distintas que favoreçam um exercício racional de voto (Canel, 2008:18-19).

A perspectiva conceptual da comunicação enquanto elemento transversal ao

fenómeno político, na qual a Comunicação Política se funda, mereceu, por parte de académicos dos mais diversos quadrantes, um conjunto múltiplo de abordagens com o intuito de definir uma matriz comum para o estudo da disciplina. Segundo Maria José Canel, as pesquisas efectuadas são passíveis de serem agrupadas segundo três ópticas distintas. Uma das correntes, tributária das ciências jurídicas, considera que a comunicação em política se perfila à semelhança uma invasão de terreno alheio, defendendo que as abordagens académicas devem prover a mais estrita delimitação e controlo do campo de acção da Comunicação Política. Deste modo, a teoria política e jurídica dos meios de comunicação, estruturada segundo estes princípios, não concede à Comunicação Política um estatuto autónomo enquanto área de investigação. Num pólo diametralmente oposto, alguns autores entendem que a política compreende a comunicação sempre que a ordem social a que a primeira aspira somente poderá ser almejada através da transacção de símbolos entre os membros da comunidade. Esta teoria política da comunicação encara determinadas realidades como o poder, a influência, a autoridade, o controlo ou a negociação sob um prisma eminentemente comunicativo no qual o intercâmbio de mensagens reveste-se de notável importância. Da confluência das duas anteriores abordagens, emerge a teoria da comunicação política, de acordo com a qual nem sempre a política implica comunicação e vice-versa. Todavia, a corrente reconhece a existência áreas de intersecção entre ambas as actividades, dotadas de identidade própria e com um carácter independente (Canel, 2008:19-20).

A génese da Ciência Política

Entendida como campo de investigação diferenciado, as origens da Comunicação Política remontam à década de cinquenta do século vinte. Na obra *Political Behaviour*, Eulau, Eldersveld e Janowitz descrevem a Comunicação Política como um de entre três processos de intervenção, os restantes sendo a liderança política e as estruturas de grupo, por intermédio do qual se mobilizam e transmitem as influências políticas entre as instituições governamentais formais e o cidadão-eleitor (Canel, 2008:20). A partir deste primeiro esforço de atribuição à Comunicação Política de um campo de investigação próprio no âmbito das Ciências Sociais, surge uma plêiade de definições diversas, das quais se torna praticável a identificação e extracção de elementos e ideias comuns. Em primeiro lugar, a Comunicação Política revela um

carácter comunicativo que implica uma actividade que contempla o intercâmbio de mensagens e de símbolos entre aqueles que nela participam. O aspecto político da comunicação advém dos efeitos e consequências intencionais ou involuntárias que exerce no sistema político, designadamente, no funcionamento da política, na regulação da conduta humana, no estado político, nos jornalistas e nos próprios políticos. Finalmente, verifica-se um reconhecimento generalizado de duas dimensões distintas: por um lado, a actividade comunicacional e, por outro, a actividade política. A partir do momento em que a primeira influi nesta última estamos perante o que se designa comunicação política (Canel, 2008:21).

A perspectiva apresentada enferma, na leitura de Maria José Canel, de uma análise excessivamente concentrada em agentes que detém o poder ou aspiram a alcançá-lo, ignorando a participação de actores como organizações não-governamentais, associações profissionais, grupos empresariais ou mesmo o cidadão comum. Além disso, no que concerne à intencionalidade das mensagens, somente são consideradas aquelas que tenham sido elaboradas estrategicamente com a intenção de produzir efeitos no receptor, descartando formas de comunicação política como, por exemplo, uma carta de um leitor a um director de um jornal (Canel, 2008:21). Michael Schudson defende que, a esta concepção restritiva da Comunicação Política, subjaz uma noção errónea de mensagem como uma comunicação expressa, concreta, pontual e intencional que ignora o contexto em que as mesmas são elaboradas. O autor advoga uma noção mais ampla de mensagem que abarque, não só os conteúdos expressos, como também aqueles que se encontram explícitos e que se incluem nos elementos que integram o contexto cultural. Numa dimensão adicional, Schudson aponta para uma extensão da esfera pública a esquemas representativos maioritários, não se restringindo aos elementos susceptíveis de serem eleitos. A Comunicação Política deveria, em suma, abranger a dimensão comunicativa de qualquer acto das estruturas políticas, bem como o processo de emissão de mensagens por parte de todos os potenciais protagonistas (Canel, 2008:22).

Este cariz dilatado concedido ao campo de acção da Comunicação Política encontra eco em Federico Rey cuja proposta de definição assenta numa leitura alargada do fenómeno comunicacional que contempla a transmissão de signos, sinais ou símbolos de índole diversa entre pessoas físicas ou sociais num plano lato de intercâmbio de acções e opiniões entre os seres humanos. Por seu turno, a política é encarada como tudo aquilo que compõe um processo mediante o qual se levam a cabo transformações deliberadas nas normas que regulam as relações entre as pessoas (Canel,

2008:23).

O confronto de mensagens encontra-se no cerne da perspectiva avançada por Dominic Wolton, segundo o qual a Comunicação Política perfila-se como o espaço de intercâmbio de discursos contraditórios, provenientes dos três actores que possuem legitimidade para se expressar publicamente sobre política: os políticos, os jornalistas e as sondagens. A abordagem de Wolton encontra-se nos antípodas de uma visão redutora da Comunicação Política enquanto mera estratégia para fazer passar uma dada mensagem, antes sublinhando tratar-se de um local de confronto entre discursos com um desenlace incerto, expressos legitimamente numa democracia (Canel, 2008:23). A dimensão conflituosa da comunicação política que permeia a presente teoria é ilustrada por Denton e Woodward a partir de quatro factores: a premência que norteia a tomada de decisões conforma o que se designa “pressuposto”; o “controlo” manifesta-se através dos actos eleitorais, nos quais os cidadãos depositam a sua confiança em alguém para que controle o poder; a adopção de medidas, leis ou decretos implica uma “aprovação” dos sectores políticos; para além do exercício legislativo torna-se necessário dotar e dar a conhecer o “significado” das mesmas. No que respeita a este último aspecto, os autores salientam que a comunicação política compreende um processo no qual se pugna pela presença de determinados significados relativos aos nossos valores, bem como pelas soluções face aos problemas em jogo (Canel, 2008:23-24). A orientação a curto prazo é um dos traços definidores da comunicação política. A busca por resultados práticos e imediatos articula-se com a necessidade patenteada pelas realidades políticas em entrar no discurso público de acordo com uma calendarização que beneficie, de modo idêntico, quem comunica, os media e as audiências. Num prisma adicional, a comunicação política configura-se, eminentemente, estratégica, dado que um dos propósitos no qual o seu emprego se funda prende-se com o alcance de objectivos, de acordo com a delineação de um plano. Maria José Canel destaca que a comunicação política é persuasiva e intencional, encontrando-se estruturada de modo a inculcar crenças, atitudes, valores ou acções (2008:24). Neste sentido, reveste-se de um carácter mediado e orientado, no sentido em que não só percorre o filtro dos meios de comunicação como estrutura as suas mensagens de acordo com as especificidades de cada audiência.

A relação dinâmica que se estabelece entre os vários actores da comunicação política parte, numa primeira instância, da descrição proposta pelo modelo de Lasswell no que concerne à esquematização da relação entre os elementos que constituem o acto

comunicativo. Actualmente, a sua natureza excessivamente linear e unidireccional não corresponde à realidade e necessidades da comunicação política, de acordo com a qual todos agem, influenciam e interactivam do mesmo modo, redundando numa transferência de significados que radica no intercâmbio que se produz entre todos os implicados no processo (Canel, 2008:25). O fenómeno da interacção no campo da comunicação política parte das noções de Grunig e Hunt, aplicadas num âmbito organizacional, que conformam a existência de uma bidireccionalidade, quer assimétrica, sempre que o emissor recebe o *feedback* do público, empregando-o para uma melhor persuasão deste último, quer simétrica, quando se verifica um esforço de compreensão mútua entre as organizações e os públicos correspondentes. Numa dimensão mais alargada, designadamente, na interacção que se produz no seio da sociedade, Thompson acredita que a acção dos meios de comunicação promoveu o desenvolvimento de novas formas de interacção entre estes e as pessoas, algo que denomina de “quase-interacção mediada” e que difere na natureza das relações que tem lugar a nível pessoal (Canel, 2008:26). Através dos media, a difusão de informação passa a revestir-se de um alcance considerável, dirigindo-se a públicos distantes e com características díspares. Neste sentido, o conteúdo produzido pelos meios de comunicação rompe, literalmente, as coordenadas espaço-temporais, assumindo uma dimensão simbólica, uma vez que, face às dificuldades de adequação dos media, no tempo e espaço, com a realidade, condensam significados e evocam valores que não se encontram explícitos nas mensagens, contudo, são compartilhados por todos os actores, políticos, jornalistas e cidadãos (Canel, 2008:26). Esta interacção de essência simbólica encontra-se estreitamente relacionada, segundo Schudson, com a noção sociológica de notícia como construção social cuja elaboração é produto da acção repartida dos diferentes membros da sociedade. Teresa Sábada encara mesmo a relação entre políticos, jornalistas e cidadãos num plano interactivo simbólico, propondo a análise das fontes de informação não só a partir do conteúdo das mesmas mas também tendo em conta a rede de relações simbólicas nas quais os jornalistas se inserem. Além disso, sugere considerar os cabeçalhos dos órgãos de informação como autênticos símbolos da entidade com a qual a audiência está familiarizada e com base nas quais cabe desenvolver determinadas expectativas e melhor entender as informações veiculadas (Canel, 2008:27).

Tendo em consideração os diversos factores e respectivos cambiantes anteriormente aflorados, a Comunicação Política é, assim, passível de ser sistematizada

como a actividade de determinadas pessoas e instituições (políticos, comunicadores, jornalistas e cidadãos) na qual, fruto de um processo de interacção, se produz um intercâmbio de mensagens com as quais se articula a tomada de decisões políticas e a posterior aplicação destas na comunidade (Canel, 2008:27).

Limites e horizontes enquanto área de investigação

Para além dos óbices com que a Comunicação Política se depara no respeitante ao estabelecimento de uma definição que englobe, com total propriedade, as diversas vertentes nas quais a disciplina opera, colocam-se, do mesmo modo, problemáticas face ao reconhecimento e identificação das áreas e temas de investigação sobre a qual a mesma se debruça. Na opinião de José Luis Dader, as dificuldades inerentes a uma catalogação precisa emanam do facto de a Comunicação Política não poder ser totalmente identificada nem com o estudo da comunicação política das sociedades democráticas, nem com a análise da incidência política dos meios de comunicação de massas e muito menos com a delimitação da questão a um conjunto muito concreto de práticas estratégicas e táticas de campanha e marketing eleitoral (Canel, 2008:28). Não obstante, Maria José Canel avança com uma classificação organizada a partir das temáticas exploradas em vários estudos levados a cabo por um conjunto diversificado de autores.

Um primeiro grupo de estudos centra-se na análise de mensagens, procurando aferir dos temas e conteúdos das mesmas, assim como da linguagem, discursos e simbologia política. Por seu turno, as investigações dedicadas aos processos políticos assentam em questões como a gestão de imagem das realidades políticas, sejam elas o parlamento, a presidência ou o próprio regime. A análise dos actos eleitorais assume particular incidência nesta corrente de pesquisas, concentrando-se na observação das mensagens eleitorais, na gestão e organização de campanhas ou na influência da comunicação eleitoral no processo de decisão dos eleitores. As formas distintas que a mensagem em Comunicação Política pode adoptar são o alvo primordial dos estudos referentes às acções de comunicação, mormente, debates políticos, publicidade política, mensagens informativas em eventos como conferências de imprensa; organização de acontecimentos para a comunicação da política, entre os quais, homenagens ou inaugurações; mensagens provenientes da ficção, particularmente, aquelas de humor político ou as veiculadas em programas televisivos, sem olvidar as possibilidades de

realização de acções comunicativas proporcionas pelos novos media.

A mediação da mensagem política efectuada pelos meios de comunicação encontra-se no cerne de um outro conjunto de estudos que se debruçam sobre a relação entre políticos e jornalistas através da forma como o acesso à informação governamental é concedido, bem como sobre o controlo exercido pelas entidades governamentais sobre os media; a sociologia das redacções, geradora de uma cultura profissional própria que influi na concepção da notícia política; o fenómeno da personalização da política; a cobertura das instituições políticas; a criação de climas de opinião pública; as crises políticas geradas pelos media e a cobertura dos assuntos internacionais, envolvendo a acção da comunicação social no plano diplomático, o fluxo internacional de informação, a cobertura do designado Terceiro Mundo ou as questões respeitantes à globalização.

Um derradeiro grupo de análises privilegia os efeitos da mensagem da Comunicação Política, focando a procura e processamento de informação por parte dos cidadãos; a própria influência dos media nos cidadãos, relativa à formação da opinião pública; a influência da comunicação interpessoal nos juízos e comportamentos políticos dos cidadãos; a contribuição dos meios de comunicação na socialização política e educação cívica; as mudanças de atitude nos cidadãos e o impacto dos novos media, enquanto canais adicionais de comunicação e agentes contribuintes para um compromisso cívico (Canel, 2008:29-30).

A mediação da mensagem política através de enquadramentos

Da panóplia de temáticas mencionadas, procuraremos determo-nos sobre os múltiplos factores que subjazem à mediação da mensagem política levada a cabo pela comunicação social. As análises sobre os conteúdos noticiosos nos meios de comunicação encontram um elemento estrutural na noção de *framing*. No seu estudo charneira, Erving Goffman entendia que as definições de uma situação são agrupadas de acordo com os princípios de organização que regem os eventos e o envolvimento de cada um nos mesmos (1974:10f). Assim sendo, o autor aplica a palavra “moldura” (*frame*) a todos estes elementos básicos passíveis de serem identificados (Goffman, 1974:10f). O *framing* advém da necessidade constante do jornalista em tomar decisões que o levam a seleccionar certos conteúdos em detrimento de outros, conferindo um determinado ângulo ou enquadramento às informações difundidas. Deste modo, a aplicação de molduras pode ser concebida enquanto o modo por intermédio do qual os

jornalistas percebem os acontecimentos e as problemáticas e as explicam ao público (Canel, 2008:185). A este propósito, Tuchman associa a notícia a uma janela aberta ao mundo através da qual nos inteiramos do que ultrapassa o nosso alcance cognoscitivo. Para Reece, a utilidade do *framing* como método de investigação relaciona-se, em larga medida, com o amplo campo de análise que proporciona, compreendendo a construção dos temas, a estruturação dos discursos e os desenvolvimentos dos significados (Canel, 2008:185-186).

Uma das dimensões que o *framing* encerra prende-se com a ideia de selecção, uma vez que, segundo Robert Entman, o enquadramento pressupõe a escolha de alguns aspectos de uma realidade percebida, fazendo-os sobressair de tal forma que seja possível promover uma determinada definição de um problema, uma interpretação da sua causa, uma avaliação moral e uma recomendação para o seu solucionamento (Canel, 2003:186). Numa vertente complementar, Gamson e Modigliani ressaltam a capacidade do *framing* em organizar a realidade, estabelecendo um modo de organização mental dos factos que a compõe. Do mesmo modo, Todd Gitlin avança para uma definição das molduras enquanto princípios de selecção, ênfase e apresentação formados por pequenas teorias de natureza tácita acerca do que existe, do que acontece e do que importa (1980:6). Outros autores, entre os quais Ghanem, invocaram uma ideia central organizadora do conteúdo noticioso que fornece um contexto e sugere qual o assunto que a ser tratado por intermédio do uso da selecção, ênfase, exclusão e elaboração (Weaver, 2007:143). Para Scheufele e Tewksbury a análise de enquadramentos baseia-se no pressuposto que a forma como um tema é apresentado pelos *mass media* influencia a percepção que o público tem do mesmo.

Baseando-se nas origens psicológicas do *framing*, autores como Kahneman e Tversky observaram o modo como diferentes perspectivas de cenários de decisão idênticos influenciaram as escolhas dos cidadãos e a sua avaliação das várias opções apresentadas. Numa óptica sociológica, Goffman, entre outros, acreditavam que os indivíduos não tinham capacidade para apreender o Mundo na sua totalidade, lutando constantemente para interpretar as suas experiências de vida e decodificar o ambiente que os rodeia (Scheufele e Tewksbury, 2007:11). De forma a processar eficientemente novas informações, Goffman admitia que os indivíduos aplicavam esquemas interpretativos de forma a classificar informação e interpretá-la com sentido (Scheufele e Tewksbury, 2007:12). Através da aplicação de enquadramentos torna-se possível a contextualização dos temas, definindo os elementos relevantes no discurso público,

quais os problemas solucionáveis mediante uma política pública, as soluções possíveis e os actores com credibilidade para os resolverem. No processo de “construção” das notícias, a noção de enquadramento, no sentido de ângulo ou juízo noticioso, envolve, na opinião de Mendelson, a transmutação de um simples incidente num novo acontecimento que, por sua vez, dará origem a uma nova notícia. Entman destaca que, em consequência dos juízos noticiosos, as molduras constroem-se a partir de palavras-chave, metáforas, conceitos, símbolos e imagens visuais que se encontram enfatizadas num texto noticioso (Canel, 2003:186).

Entrelaçando as perspectivas psicológicas e sociológicas, Reese avança uma abordagem do *framing* como princípio organizador socialmente partilhado e permanente ao longo do tempo, que actua simbolicamente para estruturar o significado do mundo social (Canel, 2008:186). Esta definição supera um entendimento do *framing* enquanto mero processo de selecção de notícias, antes incidindo, com especial relevo, nas realidades que, pese embora ausentes, são evocadas através de conteúdos manifestos, revestindo-se de uma eficácia, por vezes, assaz superior. Ao afirmar que os conteúdos são partilhados socialmente, Reese refere-se a toda uma dimensão cultural que orienta a percepção que os indivíduos têm da realidade e que pode ser compartida e adoptada por outros. A este nível, os media investem em associações com a história e a identidade nacional de um país, empregando títulos de filmes, refrões populares e uma sorte de referências históricas que encerram determinadas conotações. (Canel, 2008:187). Inversamente a Reese, Canel e Sanders não reconhecem nos enquadramentos a faculdade de estruturar a realidade, mas antes a de resumir, condensar e representar que são mais amplos e se encontram ausentes. Nesta perspectiva, as molduras contribuem para tornar a realidade mais compreensível, implicando, simultaneamente, um juízo sobre a mesma (Canel, 2008:188). A teoria do *framing* inclui, para muitos autores, a possibilidade de efectuar análises mais realistas do processo noticioso, uma vez que tem em consideração as condicionantes que caracterizam as rotinas jornalísticas, tais como a capacidade de resumir, enfatizar ou seleccionar, acções que, no fundo, conformam enquadramentos. Tal realidade não concorre, necessariamente, para uma visão do *framing* como uma espécie de promotor do enviesamento de conteúdos. Na opinião de Tankard, as molduras implicam, sobretudo, a habilidade de definir uma situação, projectando a problemática em causa (Canel, 2008:188).

A teoria do *framing* compreende um conjunto de dimensões por intermédio das quais o processo de enquadramento decorre e se expressa. Ghanem identifica quatro

factores que enformam o *framing*, respectivamente, o tema da notícia, a sua dimensão e o lugar que ocupa no alinhamento, os atributos cognitivos que contém, bem como os atributos afectivos, ou seja, o tom predominante da notícia. Na abordagem de Tankard, assumem marcado realce elementos como os títulos, antetítulos, subtítulos, imagens e respectivas legendas, a selecção de fontes, citações, estatísticas ou gráficos. Fundando-se na noção de conteúdos manifestos e ausentes, Entman defende um foco específico no emprego de determinadas palavras-chave, metáforas, conceitos, símbolos ou imagens através das quais as molduras se materializam. O autor avança, de modo análogo, com quatro dimensões alternativas de *framing*: a importância que é conferida a um dado assunto, a atribuição de culpa ou responsabilidade (*agency*), a avaliação moral dos que actuam e as relações do tema em causa com outras questões e debates de dimensão mais ampla e generalizada (Canel, 2008:189).

A importância da aplicação de enquadramentos estende-se à aferição do peso e consideração que os meios de comunicação evidenciam por um tema específico, um actor político ou uma organização. Neste sentido, algumas pesquisas orientadas pela análise de conteúdo procurar constituir uma escala que permitisse medir os diversos graus de importância que os media atribuem a uma notícia. À semelhança do notado anteriormente, a extensão e posição de uma notícia podem funcionar como elementos indicativos da valoração atribuída pelo jornalista. Numa plano complementar, a análise de molduras permite a medição dos atributos com que um acontecimento é difundido na comunicação social. No que concerne ao fenómeno político, Shanto Iyengar distingue uma cobertura episódica, centrada eventos com protagonistas, histórias pessoais e uma certa tensão dramática, de uma cobertura temática, na qual as notícias incidem sobre os problemas, as respectivas causas, bem como as soluções e medidas a tomar. De modo similar, no domínio das campanhas eleitorais, predominam dois tipos de enquadramentos, que Altheide e Arterton denominam de *horse-race campaign* e *issue campaign*. No primeiro caso, partindo da expressão “corrida de cavalos”, estamos perante uma cobertura assente nos aspectos competitivos inerentes aos actos eleitorais, no acompanhamento da evolução das sondagens e do eleitorado indeciso. Em oposição, encontram-se as campanhas dominadas pelas questões políticas. (Canel, 2008:190). Nesta linha, Patterson avança com o que designa *game frame*, uma tipologia de enquadramentos de natureza estratégica e competitiva. Este tipo de cobertura centra-se nos elementos vencedores e derrotados, numa linguagem combativa e de competição, com um claro predomínio de referências aos protagonistas, às críticas e aos eleitores,

bem como à actuação e estilo adoptados pelos candidatos, dando acentuada importância às sondagens e à postura que os candidatos vão tomando ao longo da campanha (Canel, 2008:190).

Uma distinção adicional prende-se com o cariz específico de algumas molduras face ao carácter generalizado de outras. Vreese, Peter e Semetko identificam os *issue-specific frames* como estudos de enquadramentos referentes a um só acontecimento ou tema, ao passo que as análises cujo objecto de estudo engloba um conjunto diferenciado de questões, ao longo do tempo e em contextos culturais diversos são rotuladas de *generic news frames* (Canel, 2008:190). Num terceiro nível, o *framing* é passível de ser aplicado na medição e análise das características estratégicas do confronto representado nas questões políticas. As molduras funcionam, assim, como versões dissemelhantes produzidas por agentes distintos relativamente a um mesmo conflito. O carácter bélico da política emana de uma luta de enquadramentos, na qual um determinado actor tem por intento sobrepor a sua perspectiva de um dado evento à dos demais agentes. Tankard refere que a política fabrica fórmulas retóricas com as quais edifica um espaço semântico de relevância social, de forma que muitos se associem à causa (Canel, 2008:191). A este propósito, as siglas ou designações podem definir os problemas, as causas, as consequências e as soluções. Quando se pretende introduzir ou aplicar alguma medida, procuram-se expressões conotadas com algo positivo. Uma derradeira perspectiva das pesquisas de enquadramentos têm por objectivo o reconhecimento as dinâmicas e causas na fonte da preponderância de certos ângulos comparativamente a outros. Alguns autores, entre os quais Robert Entman, apontam para uma ressonância cultural, ou seja, a capacidade de uma moldura repercutir de modo favorável junto do público a que a mensagem se dirige, algo que implica a compreensão do próprio enquadramento proposto (Canel, 2008:191).

A cobertura de notícias de cariz político tem sido estudada, entre outras, através do emprego da metodologia do *framing*. De facto, Gulati, numa retrospectiva da cobertura mediática das eleições presidenciais norte-americana entre a década de quarenta e os finais do século vinte, constatou que a maior parte da mesma reporta-se a estratégias de campanha centradas nos candidatos com maiores probabilidades de serem eleitos e no modo como tal facto influi num determinado acto eleitoral no decorrer da carreira (Canel, 2008:192). O predomínio de enquadramentos competitivos do tipo *horse-race campaign* é instigado pela classe política através da promoção de discursos e eventos que propiciam a formação de um clima vitorioso em torno dos

candidatos. Maria José Canel admite que este panorama é, igualmente, alimentado por uma espécie de competição no seio da classe jornalística, com o intuito de acertar nos resultados eleitorais e divulgá-los em primeira mão, obtendo, por este meio, um exclusivo (2008:192). De uma forma similar, Berrocal, Abad, Cebrián e Pedreira, num estudo dedicado à cobertura da pré-campanha e campanha de 2000, em Espanha, nos três principais canais televisivos, verificaram uma tendência para a veiculação de uma imagem bastante mais positiva dos candidatos relativamente aos partidos. Paralelamente, as mensagens mais frequentes aludiam a propostas de futuro, seguidas de objectivos gerais, pese embora o tom dominante fosse de ataque aos adversários (Canel, 2008:192).

Com o surgimento e progressiva consolidação da Comunicação Política, abriu-se todo um leque de problemáticas e possibilidades de investigação cuja exploração prossegue, certamente, numa base quotidiana. Neste sentido, a análise dos processos de comunicação política obriga a uma reflexão, não só direccionada para as especificidades resultantes da formação de uma área comum aos campos político e comunicacional mas, principalmente, para o impacto desta novel disciplina e do seu objecto de estudo num âmbito social mais alargado.

A Eleição e os sistemas eleitorais

Um dos elementos fundamentais no qual o modelo democrático se edifica respeita à designação dos governantes através de eleições por sufrágio universal. A importância de uma prática como a eleição é certamente intemporal, verificando-se um pouco em todas as épocas e por toda a parte, nas mais diversas circunstâncias e ambientes. Jorge Miranda destaca que a mesma não está ausente das repúblicas aristocráticas e que as monarquias começam por ser electivas ou baseadas na cooptação para somente mais tarde, quando consolidadas, se tornarem hereditárias (1996:197). De facto, em grande parte dos Estados europeus, a extinção de uma dinastia obrigava à realização de uma eleição, embora esta nunca fosse considerada fonte de autoridade do novo rei. Por outro lado, ainda muito depois de terminado o período estamental ou da monarquia limitada pelas ordens subsistiram instituições municipais, de mesteres, de universidades ou de ordens religiosas, em que o modo normal de selecção dos dirigentes era a eleição (Miranda, 1996:198). Num regime democrático, a eleição constitui-se um processo de designação dos governantes oposto à hereditariedade, à supracitada cooptação ou à conquista violenta, meios de cariz autocrático. Não obstante, as próprias correntes liberais desconfiaram durante muito tempo da eleição, uma vez que esta concedia às massas populares um considerável poder de actuação: a burguesia, que se servira das eleições para tirar o poder à aristocracia, não queria que lho tirassem da mesma maneira (Duverger, 1985:58). Neste sentido, a teoria liberal da representação e da eleição apresenta-se assaz matizada e tende, por vezes, a restringir o sufrágio, pese embora, em termos práticos, o desenvolvimento da eleição processa-se de forma contínua, pela própria lógica do sistema (Duverger, 1985:58). Tais circunstâncias não podem, todavia, ser confrontadas com o actual papel nuclear da eleição no constitucionalismo moderno. Além disso, enquanto as práticas e normas eleitorais se revelavam bastante heterogêneas num passado distante, olhando para os dois últimos séculos, não custa divisar uma larga coincidência de regras e de técnicas, mesmo se nem sempre traduzem opções pluralistas e um autêntico alcance substantivo (Miranda, 1996:198).

A questão em torno dos sistemas eleitorais deve ser abordada tendo, primeiramente, em consideração a própria definição do conceito. Jorge Miranda, referindo Thomas Hare e outros autores, propõe que, em sentido amplo, sistema eleitoral descreve o conjunto de regras, procedimentos e práticas, com a sua coerência e

lógica interna, a que está sujeita a eleição em qualquer país e que, portanto, condiciona (juntamente com elementos de ordem cultural, económica e política) o exercício do direito de sufrágio (1996:203-204). Num sentido mais restrito, é a forma de expressão da vontade dos eleitores, o modo como a vontade destes de escolher determinados candidatos ou listas se traduz num resultado global final ou ainda a manifestação da vontade psicológica de cada eleitor ou do conjunto dos eleitores posta em prática por intermédio da interpretação ou transformação na vontade eleitoral (vontade jurídica que se traduz, nomeadamente, na distribuição dos mandatos ou lugares no Parlamento [Miranda, 1996:205]).

Neste particular, tomam forma decisiva, aspectos como a estrutura do colégio eleitoral, o regime de candidatura e o critério da eleição. Todavia, mais do que elementos de cariz técnico-jurídico ou organizatório, estas questões implicam necessariamente uma opção em matéria de representação política. Segundo Jorge Miranda, para qualquer tipo de eleição tem de ser definido o respectivo sistema eleitoral, mas esta definição tem-se tornado sobretudo o objecto de análise e discussão a respeito da eleição dos membros das assembleias políticas. De modo similar, Maurice Duverger identifica um conjunto de problemas técnicos inerentes à selecção de um sistema eleitoral, particularmente, as modalidades segundo as quais os lugares de deputado serão repartidos, tendo em conta os sufrágios expressos pelos eleitores (1985:98). Embora os deputados representem todo o povo, pode haver diferentes valorações jurídicas das correntes políticas que se manifestam através do sufrágio (1996:205). Torna-se primordial decidir, por exemplo, se os deputados devem ser eleitos por um colégio único nacional ou por uma pluralidade de colégios delimitados numa base territorial (círculos eleitorais). Na mesma linha, existe a possibilidade de cada colégio exercer um ou mais deputados. Também no que respeita às listas se impõe saber se o eleitor deve votar em listas propostas por partidos e comissões eleitorais ou apenas em candidatos. Por outro lado, às listas poderá ser conferido um carácter bloqueado ou, pelo contrário, ao eleitor será permitido estabelecer preferências entre os candidatos. Enfim, um sistema eleitoral cura do critério de eleição (Miranda, 1996:206). Num determinado colégio eleitoral, os mandatos tanto podem ser atribuídos integralmente à maioria como, inversamente, é possível prever alguma forma de representação das minorias ou ainda procurar a representação de cada partido em proporção do número de votos que tiver alcançado.

Dentro dos sistemas eleitorais encontram-se dois grandes tipos: uninominais e

plurinominais. No primeiro caso, ou seja, um deputado por colégio, o sistema será sempre de representação maioritária. Duverger salienta que os sistemas maioritários somente asseguram uma representação indirecta e aproximada das minorias. O candidato que ficar à cabeça é eleito, sendo vencidos os que se lhe seguirem. Os votos dos eleitores que incidirem nestes últimos não se encontrarão representados no parlamento (1985:99). Desta forma, considerar-se-á eleito o candidato com o maior número de votos, quer seja suficiente, desde logo, a maioria relativa (como no sistema britânico – *the first-past-the-post system*) quer se exija a maioria absoluta e, consequentemente se tenha de proceder a segunda volta ou segundo turno se ela não se verificar na primeira volta – é o sistema da III e V Repúblicas francesa (Miranda, 1996:207). Quando se trata de um sistema plurinominal há que eleger um dos sistemas fundamentais (representação maioritária, de minorias ou proporcional) ou optar por um modelo misto. Jorge Miranda adverte para o facto de a representação maioritária em escrutínios plurinominais conduzir a Câmaras monocolors ou em que se regista uma enorme desproporção entre maioria e minoria. São, assim, raríssimos os sistemas pluralistas que a consagram (1996:207).

A este propósito, Maurice Duverger entende ser necessária a distinção entre sistemas maioritários que operam com escrutínio de lista bloqueada e listas que prevejam a variação, ou seja, a possibilidade de cada eleitor compor a sua própria lista, seleccionando, caso deseje, candidatos de listas diferentes (1985:100). Quando esta última circunstância se verifica, os escrutínios de lista maioritários funcionam sem maiores dificuldades face ao escrutínio uninominal maioritário. Inversamente, o exercício de um sistema de listas bloqueadas, agrava terrivelmente os defeitos do regime maioritário, especialmente no que diz respeito às desigualdades de representação (Duverger, 1985:100). A representação de minorias abarca, por seu turno, três diferentes modalidades. Um dos sistemas é o intitulado voto limitado ou sistema de lista incompleta, caracterizado por o número de candidatos em cada lista ser inferior ao número de deputados a eleger. Este facto impede que a lista maioritária obtenha mais do que 2/3 ou 3/4 dos mandatos, cabendo os restantes à minoria. O voto único não transferível é outro dos modelos. Aqui cada eleitor vota num único candidato, sendo eleitos os candidatos que, no conjunto do colégio, obtiverem o maior número de votos. Já no voto cumulativo cada eleitor tem tantos votos quantos os mandatos correspondentes ao colégio, além de deter o poder de conferi-los a um mesmo candidato, se assim o entender. Deste modo, a minoria terá tendência a concentrar os

seus votos nos candidatos que calcula poder eleger. Estes sistemas eleitorais têm em comum a sua natureza empírica e probabilística (Miranda, 1996:208). Embora a modalidade de voto limitado atribua à minoria certa representação à partida, não indaga do seu exacto peso, possibilitando que uma maioria considerável se desdobre de forma a igualmente lograr a representação atribuída à minoria. No que respeita à funcionalidade dos restantes modelos, requerem a efectiva realização do comportamento dos eleitores que pressupõem. Tal panorama reflecte-se, hoje em dia, num quase completo abandono da representação das minorias.

No extremo oposto, a representação proporcional possui uma índole científica e orgânica, com base no princípio assaz simples da correspondência entre o número de sufrágios obtido por cada lista ou partido e o número de mandatos no Parlamento de que dispõe (Miranda, 1996:209). Existem várias interpretações e aplicações dos métodos matemáticos ao apuramento e à repartição dos mandatos. Segundo o critério do quociente eleitoral (corrigido ou não), o mais vulgarizado, divide-se o número total de votos expressos pelo número de mandatos. A cada lista pertencerão tantos candidatos eleitos quantas as vezes que o quociente apurado couber no número de votos por ela recebido. Nos casos em que a votação tiver lugar por listas inteiras, o número de sufrágios obtidos pela lista corresponderá ao número de boletins da mesma encontrados na urna. Sempre que for admitida a composição de listas, toma-se como base de cálculo a “média de lista”, obtida dividindo pelo número de membros da lista a soma dos votos obtidos por cada um deles (Duverger, 1985:101). Na eventualidade de restarem mandatos por atribuir, eles serão, entre outras hipóteses, para a lista ou listas com mais fortes restos ou para a que tiver mais forte média. De acordo com o critério do divisor comum, cuja melhor expressão é o método de média mais alta de Hondt (praticado em Portugal), as cifras de votos obtidos por cada lista são sucessivamente divididas por 1, 2, 3, etc., sendo os quocientes apurados dispostos por ordem decrescente. Os mandatos do círculo caberão então às listas a que pertencerem os quocientes mais elevados nas divisões assim efectuadas. Uma das principais vantagens deste cálculo prende-se com o facto de permitir encontrar, por intermédio de uma única operação, o número total de lugares correspondentes à lista, sejam de quociente ou de resto (Duverger, 1985:103-104).

Em alguns países tem-se também experimentado a chamada representação proporcional integral, quer em círculo único nacional (Israel) quer em círculos plurais com transferência dos restos para listas nacionais (Alemanha de Weimar e Holanda).

Outro tipo considerado sistema proporcional é o do voto único transferível ou de Hare, adoptado no estado australiano da Tasmânia e na Irlanda. Cada eleitor, em colégios plurinominais, vota em toda uma lista, indicando, contudo, uma ordem de preferência entre todos os candidatos. Será eleito o candidato que alcançar o quociente eleitoral e os votos a mais que tiver obtido serão repartidos, na proporção das segundas preferências, pelos restantes candidatos (Miranda, 1996:210). Maurice Duverger nota que o funcionamento do sistema depende da ausência de uma ordem de apresentação na própria lista de candidatos. Se tal ordem existir, podendo os eleitores modificá-la, a experiência e a razão ensinam que a ordem de apresentação nunca será modificada. Por um lado, muitos dos eleitores seguem as instruções dos partidos a este respeito, por outro, os que modificam a ordem não o fazem todos do mesmo modo, de maneira que a ordem proposta prevalece sempre sobre as alterações levadas a cabo (1985:105). Finalmente, embora tenha similitudes com um sistema misto, é ainda tido como um sistema proporcional, o modelo adoptado na Alemanha e, mais recentemente, na Nova Zelândia. Neste caso, cada eleitor tem dois votos e metade dos deputados é eleita por representação maioritária uninominal e a outra metade por representação proporcional. O princípio da proporcionalidade, contudo, persiste, uma vez que os mandatos obtidos nos círculos uninominais são imputados ao colégio eleitoral geral (Miranda, 1996:210). O carácter misto do sistema encontra-se patente no facto de o primeiro voto ser em proveito de uma personalidade mais do que um partido, tal como ocorre no sistema maioritário uninominal, a tal ponto que, por vezes, os dois votos recaem em partidos distintos (Duverger, 1985:106). Daí falar-se em representação proporcional personalizada.

Os diversos sistemas eleitorais e respectivos modelos aos quais aludimos nas páginas anteriores tem em comum, pese embora diferenças estruturais, o propósito e a preocupação de melhor traduzirem a expressão da vontade dos eleitores. Por outras palavras, procuram encontrar a forma mais fiel de representação do povo, esperando que a mesma reflecta as características sociais e políticas de um determinado Estado. Maurice Duverger realça que as eleições competitivas, nas quais os cidadãos escolhem entre vários candidatos, constituem a pedra angular das democracias liberais, derivando, directamente, dos princípios básicos do seu modelo. Se todos os homens são livres e iguais, nenhum pode dirigir os outros se tiver sido escolhido para o fazer (1985:58). Desse modo, podemos afirmar que a chave de qualquer sistema eleitoral reside na representação que permite traduzir. O conceito de representação assume, no entanto,

diversos significados que reflectem pelo menos três concepções diferentes: jurídica, sociológica e politológica. Giovanni Sartori apresenta o significado de representação como apresentar de novo e, por extensão, tornar presente alguma coisa ou alguém que não se encontra presente. A partir daí, a teoria da representação desenvolve-se em três direcções diferentes, consoante estiver associada à ideia de mandato ou de delegação, à ideia de representatividade, ou seja, de semelhança e similaridade ou à ideia de responsabilidade (Della Porta, 2003:198).

A nível jurídico, a representação configura um mandato ou delegação. Assim, o representando é como um delegado ou mandatário que actua com base num mandato preciso. O político eleito no parlamento actua, pelo menos numa certa medida, com base num mandato popular: o seu poder resulta da delegação que recebe dos eleitores. Com efeito, um aspecto central da democracia é a capacidade que os representados têm de retirar a delegação e não reeleger o representante (Della Porta, 2003:198). Por outro lado, a concepção em termos sociológicos compara a representação à representatividade, ou seja, à semelhança. Neste sentido, Giovanni Sartori afirma que alguém é “representativo de” para dizer que personifica alguma característica do grupo, da classe ou da profissão de que provém e à qual pertence (Della Porta, 2003:200). Em termos idênticos, Duverger nota que a palavra representação já não designa aqui uma relação de direito entre duas pessoas, mandante e mandatário, mas uma relação de facto entre a opinião pública, expressa nas eleições, e a composição do Parlamento que dela resulta: a semelhança entre as duas define então a participação (1985:63).

Muitos estudos concentraram-se na capacidade dos parlamentos de reflectir a estrutura social, étnica, de classe, geracional, entre outras, da população. Uma distribuição equânime dos membros da classe política numa série de características sociográficas foi considerada indicação de uma boa integração dos vários grupos. Pelo contrário, a sub-representação sistemática de alguns estratos da população como a classe operária ou as mulheres, foi encarada como sinal de mau funcionamento das instituições representativas. Ainda segundo Giovanni Sartori, na base desta concepção encontra-se o facto de que nos sentimos representados por quem pertence à nossa própria matriz de extracção, pelo que presumimos que essa pessoa nos personifica. É, pois, totalmente verosímil que uma pessoa se sinta mais bem representada quando o representante é um *alter ego*, alguém “como ela”, que procede como ela faria porque é (existencial ou profissionalmente) igual (Della Porta, 2003:200). A nação, enquanto amálgama de comunidades particulares, locais ou corporativas, suscita em cada cidadão um

sentimento de pertença simultânea ao todo nacional e a essas mesmas comunidades particulares. Deste modo, os cidadãos sentem a necessidade de uma representação global que exprima as suas opiniões e vontades como membros da comunidade nacional, bem como de representações particulares que assegurem, frente ao Governo, a defesa das suas opiniões e vontades como membros de comunidades locais ou categorias sociais (Duverger, 1985:65-66). Finalmente, a representação como responsabilidade remete para uma concepção puramente política do conceito. Os representantes devem, desta forma, ser responsáveis em relação aos representados, dando conta dos seus actos e ser capazes de governar. Na verdade, a expressão “governo responsável” cumula, para Giovanni Sartori, duas expectativas diferentes: que este seja receptivo ou sensível, obrigado a responder pelo que faz; que se comporte responsabilmente e actue com eficiência e competência (Della Porta, 2003:202). Deste ponto de vista, a essência da representação política está na possibilidade de controlar o poder político, atribuída a quem não o puder exercer pessoalmente. Com base nas finalidades, pode, pois, definir-se a representação como um “mecanismo” político particular para a realização de uma relação de comunicação e controlo (regular) entre governados e governantes.

A disposição do Poder Local segundo a Constituição Portuguesa

As eleições autárquicas encontram-se inseridas numa das formas de organização do poder político, neste caso, o designado Poder Local. Segundo a sétima revisão constitucional de 2005, os princípios gerais desse poder compreendem a existência das chamadas autarquias locais, encaradas como elemento integrante da organização democrática do Estado. As autarquias locais são vistas como pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas. Em termos administrativos, as autarquias locais são, no continente, as freguesias, os municípios e as regiões administrativas. No que respeita às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, compreendem somente freguesias e municípios. Todavia, em casos que envolvam grandes áreas urbanas ou nas próprias ilhas, a lei poderá estabelecer, de acordo com as características específicas das mesmas, outras formas de organização territorial autárquica. A este propósito convém referir que toda e qualquer divisão administrativa do território terá de ser sempre estabelecida por lei (Canotilho e Moreira, 2005:155). De acordo com o princípio da

descentralização administrativa, as atribuições e competências dos órgãos das autarquias locais, bem como a sua própria organização serão reguladas pela Lei em harmonia com esse mesmo princípio. O papel de exercer os poderes conferidos pela Lei é da competência da assembleia da autarquia local, incluindo a aprovação das opções do plano e orçamento. É do entendimento da Constituição da República Portuguesa que as políticas municipais devem cooperar na manutenção da tranquilidade pública e na protecção das comunidades locais. No que concerne ao património e finanças locais, é consagrado o direito das autarquias de deterem o seu património e finanças próprios. O regime das finanças locais será estabelecido por lei e terá como objectivo a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias, para além da necessária correcção de desigualdades entre estas do mesmo grau. As receitas geradas pelas próprias autarquias deverão incluir obrigatoriamente as provenientes da gestão do seu património e as cobradas pela utilização dos seus serviços. Ainda nos termos previstos na Lei, as autarquias podem dispor de poderes tributários (Canotilho e Moreira, 2005:156).

A forma de organização das autarquias locais compreende uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos e um órgão executivo colegial perante esta responsável. A assembleia é eleita por sufrágio universal, directo e secreto dos cidadãos recenseados na área da respectiva autarquia, segundo o sistema da representação proporcional, vigente em Portugal. O órgão executivo colegial é composto por um número considerado adequado de elementos, sendo designado presidente o primeiro candidato da lista mais votada para a assembleia ou para o executivo, de acordo com a resolução adoptada na lei, a qual regulará igualmente o processo eleitoral, os requisitos da sua constituição e destituição e o seu funcionamento. Relativamente às candidaturas para as eleições dos órgãos das autarquias locais, elas podem ser apresentadas por partidos políticos, isoladamente ou em coligação, ou por grupos de cidadãos eleitores, nos termos da Lei. Matérias incluídas nas competências dos órgãos das autarquias locais podem ser submetidas a referendo dos respectivos cidadãos eleitores. Contudo, tal prática deve ser aplicada nos casos, termos e com a eficácia que a lei estabelecer. Por outro lado, a própria lei tem o poder de atribuir a cidadãos eleitores o direito de iniciativa de referendo (Canotilho e Moreira, 2005:157). As autarquias dispõem de poder regulamentar próprio nos limites definidos na Constituição, nas leis, nos regulamentos emanados das autarquias de grau superior e ainda por parte das autoridades com poder tutelar. Relativamente à tutela administrativa, esta consiste, no

caso das autarquias locais, na verificação do cumprimento da lei por parte dos órgãos autárquicos e é exercida nos casos e segundo as formas previstas na lei. Quando se trata da aplicação de medidas tutelares restritivas da autonomia local, estas devem ser precedidas de parecer de um órgão autárquico, nos termos a definir por lei. Nesta mesma linha, a dissolução de órgãos autárquicos só pode ter por causa acções ou omissões ilegais de cariz grave. Nos termos previstos na Lei, as autarquias locais possuem quadros de pessoal próprio. A estes funcionários e agentes da administração local é aplicável o regime dos funcionários e agentes do Estado, com as adaptações necessárias, nos termos da lei. A mesma define as formas de apoio técnico e em meios humanos do Estado às autarquias locais, sem prejuízo da sua autonomia.

No que respeita às freguesias, são considerados órgãos representativos das mesmas, a assembleia de freguesia e a junta de freguesia (Canotilho e Moreira, 2005:158-159). A assembleia de freguesia é o órgão deliberativo da freguesia. Em freguesias com população reduzida, a lei pode determinar que a assembleia de freguesia seja substituída pelo plenário dos cidadãos eleitores. A junta de freguesia é considerada o órgão executivo colegial das freguesias. Estas últimas podem constituir, nos termos da lei, associações para administração de interesses comuns. A assembleia de freguesia pode delegar nas organizações de moradores tarefas administrativas que não envolvam o exercício de poderes de autoridade.

Por sua vez, em relação aos municípios temos que a sua criação ou extinção, bem como a alteração da respectiva área, é efectuada por lei, precedendo consulta dos órgãos das autarquias abrangidas. Obedecendo ao mesmo padrão encontrado nas freguesias, os órgãos representativos do município são a assembleia municipal e a câmara municipal. A assembleia municipal é o órgão deliberativo do município e é constituído por membros eleitos directamente em número superior ao dos presidentes de junta de freguesia, que a integram. No que concerne à câmara municipal, trata-se do órgão executivo colegial do município (Canotilho e Moreira, 2005:160). Os municípios podem constituir associações e federações para a administração de interesses comuns, às quais a lei pode conferir atribuições e competências próprias. Por outro lado, os municípios participam, por direito próprio e nos termos definidos pela lei, nas receitas provenientes dos impostos directos. Além disso, os municípios dispõem, nos termos da lei, de receitas tributárias próprias (Canotilho e Moreira, 2005:161).

As autarquias locais no âmbito Lei Eleitoral

A Lei Eleitoral dos órgãos das autarquias começa por definir que para efeitos da eleição destes mesmos órgãos, o território da respectiva autarquia constitui um único círculo eleitoral. Segundo Mendes e Miguéis, o objectivo passo por clarificar a ideia que a área do círculo eleitoral para a eleição da assembleia e câmara municipal é a área do concelho respectivo e a área do círculo para a eleição da assembleia de freguesia é a freguesia (2005:24). Cabe igualmente salientar que os círculos de freguesia encontram-se inseridos em círculos municipais, não se registando nenhum caso em que uma freguesia estenda a sua área geográfica por mais de um concelho.

No que respeita ao regime da eleição, os membros dos órgãos deliberativos das autarquias locais e do órgão executivo do município são eleitos por sufrágio universal, directo, secreto e periódico e por listas plurinominais apresentadas em relação a cada órgão, dispondo o eleitor de um voto singular de lista. Actualmente, os órgãos representativos das autarquias locais que são eleitos por sufrágio directo dos cidadãos eleitores são as assembleias de freguesia, as assembleias municipais e as câmaras municipais. Relativamente às assembleias municipais, registe-se que apenas uma parte dos membros desse órgão é directamente eleita, dado que os presidentes de junta de freguesia têm no mesmo assento por inerência, de acordo com a lei. Em Portugal, existem 4260 círculos eleitorais (freguesias) aos quais se sobrepõem 308 círculos eleitorais de maior dimensão (municípios), sendo todos eles plurinominais, ou seja, elegem mais do que um representante. As listas a apresentar ao sufrágio devem ser compostas quer por partidos políticos, quer por grupos de cidadãos. O eleitor dispõe de um voto que incidirá globalmente sobre toda a lista, e não sobre o nome de um determinado candidato. No sistema eleitoral português, o boletim de voto contém somente as denominações, siglas e símbolos das listas, omitindo-se assim o nome dos candidatos e impedindo, por este meio, o voto preferencial, que permitiria ao eleitor ordenar os candidatos na lista de acordo com o seu critério (Mendes e Miguéis, 2005:25).

Na mesma linha, as listas propostas à eleição devem conter a indicação dos candidatos em número igual ao dos mandatos a preencher no respectivo órgão e de suplentes nos termos definidos na lei. Para as eleições gerais, o número de mandatos de cada órgão autárquico será definido de acordo com os resultados do recenseamento eleitoral, obtidos através da base de dados central do recenseamento eleitoral e

publicados pelo Ministério da Administração Interna no Diário da República com a antecedência de 120 dias relativamente ao termo do mandato. Os candidatos de cada lista consideram-se ordenados segundo a sequência constante da respectiva declaração de candidatura. A prática aconselha que as listas apresentem sempre um número elevado de suplentes face ao grande número de vagas vão surgindo no seio dos órgãos autárquicos durante os quatro anos de mandato (Mendes e Miguéis, 2005:26). Os autores ressaltam a importância da indicação de um número de candidatos não inferior ao número de efectivos, sob pena de rejeição definitiva da lista (2005:26). Em relação à ordenação das listas de candidatos, tal facto deve-se à natureza rígida e fechada das mesmas, não podendo a sequência dos candidatos ser alterada pelos eleitores na votação ou pelos promotores da candidatura em momento posterior.

A conversão de votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional correspondente à chamada média mais alta de Hondt. Deste modo, no caso das eleições a nível autárquico, apura-se, em separado, o número de votos recebidos por cada lista no círculo eleitoral respectivo. O número de votos apurado por cada lista é dividido, sucessivamente, por 1, 2, 3, 4, 5, etc., sendo os quocientes alinhados pela ordem decrescente da sua grandeza numa série de tantos termos quantos os mandatos que estiverem em causa. Assim, os mandatos pertencem às listas a que correspondem os termos da série estabelecida pela regra anterior, recebendo cada uma das listas tantos mandatos quantos os seus termos na série. No caso de restar um só mandato para distribuir e de os termos seguintes da série serem iguais e de listas diferentes, o mandato cabe à lista que tiver obtido o menor número de votos. Contudo, Mendes e Miguéis advertem para o facto desta última regra constituir um desvio ao método de Hondt puro que, na situação em causa, mandaria atribuir o mandato à candidatura com maior número de votos (2005:27).

Na proposta de lei do Governo que está na génese da actual lei eleitoral, a opção por este afastamento relativamente ao método de Hondt é justificada pelo receio de um potencial prejuízo da proporcionalidade desejada na atribuição de mandatos e pela desprotecção das minorias, traço fundamental da adaptação portuguesa do método (2005:27). No entanto, é forçoso referir que esta regra só se aplica se os termos da série forem matematicamente iguais, caso contrário, releva a contagem das casas decimais, atribuindo-se o mandato em função das mesmas. O presente exemplo configura, na opinião de Mendes e Miguéis, o aproveitamento máximo do sistema e tem a certeza dos apuramentos matemáticos, constituindo a via mais objectiva que melhor traduz a

expressão quantitativa da vontade do eleitorado (2005:28). Em caso de empate absoluto, por exemplo, logo na atribuição do primeiro mandato, a votação terá de ser repetida, perfilando-se como uma situação sem resposta legal.

Após o apuramento dos resultados do sufrágio, a distribuição dos mandatos dentro das listas obedece a uma ordem de preferência indicada na declaração de candidatura. No caso de morte ou doença que determine impossibilidade física ou psíquica, de perda de mandato ou de opção por função incompatível, o mandato é conferido ao candidato imediatamente seguinte na referida ordem de precedência. Por outro lado, a existência de incompatibilidade entre as funções desempenhadas pelo candidato e o exercício do cargo para que foi eleito não impede a atribuição do mandato. Mendes e Miguéis chamam a atenção para o facto de a desistência de um ou mais candidatos em momento posterior à sua admissão definitiva não invalidar uma lista mesmo que esta não esteja completa. Desse modo, o mandato é conferido ao candidato imediatamente a seguir na já referida ordem de precedência (2005:28). No que concerne às incompatibilidades, estas não impedem a atribuição do mandato nem a sua subsistência, apenas proíbem o seu desempenho enquanto durar a situação de incompatibilidade. Neste período, o exercício do mandato deve ser suspenso, sendo o candidato substituído pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista (Mendes e Miguéis, 2005:29). Todavia, convém sublinhar as diferenças entre as figuras da incompatibilidade comparativamente às da inelegibilidade. Enquanto estas últimas determinam a impossibilidade de candidatura, as primeiras impedem que o cargo para que os candidatos foram eleitos seja exercido simultaneamente com determinadas funções ou ocupações (2005:29).

Após a dissecação, entre outros aspectos, da essência da prática eleitoral, abordando ainda questões de cariz legislativo e critérios de eleição referentes ao poder autárquico em Portugal, a questão primordial que permanece continua a ser, sem dúvida, a tradução da vontade do cidadão eleitor, independentemente da natureza diversa dos sistemas eleitorais e do tipo de órgão em eleição. É para ela que todos os modelos concorrem uma vez que, em democracia, a representação é um elemento fundamental e incontornável.

Hipóteses em investigação

O objectivo da presente dissertação incide sobre a percepção da forma através da qual os candidatos, partidos e respectivos programas eleitorais, concorrentes à Câmara Municipal da Póvoa de Varzim nas Eleições Autárquicas efectuadas a 11 de Outubro de 2009 foram perspectivados pelos órgãos de comunicação social impressos, a nível local.

Pretende-se compreender de que forma a actualidade que envolve a campanha política nos seus diferentes estágios (pré-campanha, campanha e “pós-eleição”) interferem no modo como a imprensa local enquadra os vários partidos políticos, respectivos membros, propostas apresentadas ou intenções manifestadas. Simultaneamente, propõe-se a análise do modo como a dimensão representativa de cada partido em termos eleitorais se reproduz ou não na cobertura noticiosa local e se a primeira é afectada pelos enquadramentos anteriormente mencionados.

Nesse sentido, a hipótese aventada sustenta que a força política detentora do poder aquando da realização do acto eleitoral, designadamente o Partido Social-Democrata (PSD) através do candidato José Macedo Vieira, será não só o mais favoravelmente enquadrado como será espectável que tenha direito, analogamente, a uma maior cobertura noticiosa por parte da comunicação social ao longo do espaço temporal em consideração. A validação desta hipótese geral processa-se numa tripla dimensão uma vez que, para além dos candidatos, serão avaliados os enquadramentos dos partidos e programas eleitorais. Para além dos propósitos anteriormente enunciados, esta opção permitirá avaliar do peso de cada um destes elementos da lógica da cobertura dos media em análise neste estudo. No que respeita a este particular, prevê-se uma acentuada incidência das molduras noticiosas na figura dos candidatos em detrimento das forças partidárias pelas quais se candidatam e correspondentes programas eleitorais.

Metodologia de análise

A investigação das hipóteses anteriormente levantadas assenta na análise comparativa dos três periódicos semanais que compõe o espectro da imprensa escrita do concelho da Póvoa de Varzim: Comércio da Póvoa de Varzim (CPV), A Voz da Póvoa (AVP) e Póvoa Semanário (PS). A opção tomada consubstancia-se no intento, não só de abarcar um espectro de audiência com a maior amplitude possível como proporcionar um retrato fidedigno da imprensa poveira.

O período de análise para o actual estudo compreende as semanas de 30 de Agosto a 6 de Setembro e de 8 a 15 de Novembro de 2009, correspondentes a quatro fases distintas. Um primeiro conjunto de quatro semanas (de 30 de Agosto a 27 de Setembro) insere-se na designada pré-campanha, ao qual sucede um espaço temporal englobando duas semanas (de 27 de Setembro a 11 de Outubro), que recaem sobre os doze dias anteriores à data estipulada para as eleições, período consignado por Lei para realização oficial da campanha eleitoral. A semana de 11 a 18 de Outubro constitui-se um ponto de charneira, uma vez que se reporta ao segmento imediatamente posterior ao escrutínio, dominado pela veiculação dos resultados do mesmo e reacções dos diversos intervenientes. Dado o carácter distintivo do espaço temporal supracitado, entendeu-se, com o intuito de privilegiar um processo de investigação, globalmente, equitativo e equilibrado, desdobrar o período de análise em quatro semanas adicionais (de 18 de Outubro a 15 de Novembro), cuja adenda viabiliza uma harmonização, em termos temporais, com o ciclo inicial.

No que concerne ao material de investigação, perfazendo um total de 33 edições, foram considerados apenas os textos jornalísticos, tendo sido excluídos artigos de opinião e suportes visuais, designadamente, imagens e gráficos.

O método de análise adoptado perfila-se como uma adaptação da análise de enquadramentos proposta por Robert Entman. O autor propõe a divisão em quatro grupos de molduras: definição do problema, atribuição causal, avaliação moral e tratamento. Com base na leitura prévia dos jornais seleccionados, foi gerado um mapeamento da cobertura noticiosa a estudar. Tendo em conta o esqueleto de análise constituído por Entman e as características e encadeamento das notícias encontradas, sobretudo contingentes ao quotidiano das campanhas e rescaldo do acto autárquico, optou-se por concentrar a análise na apreciação moral dos elementos centrais do

trabalho. Nesse sentido, a moldura “avaliação moral” foi aplicada a três agentes distintos: candidato, partido e programa eleitoral. Tendo como matéria-prima todas as notícias identificadas referentes às eleições autárquicas à Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, foram elaborados dois tipos de grelhas de análise, para cada órgão de informação, com vista à expressão dos resultados de cada uma das variáveis supracitadas.

Um primeiro grupo de tabelas adoptado exibiu, em termos arquitecturais, os três elementos em análise (candidato, partido, programa eleitoral) agregados à data da edição e número da respectiva notícia (atribuída em função da contabilização total de artigos por órgão), com o propósito de tornar praticável a identificação e acompanhamento de tendências e evoluções ao longo do período de análise. A quantificação dos dados, nesta estrutura, processou-se por intermédio de um simples sistema de codificação. Os graus seleccionados para aferição da avaliação moral distenderam-se em três níveis - positivo, negativo e neutro – que se aplicaram aos agentes em consideração no presente estudo.

Na procura de uma definição que norteara a aplicação de cada um destes graus, optou-se por seguir as recomendações emanadas do projecto “A Mídia nas Eleições” levado a cabo pela Federação Nacional dos Jornalistas brasileiros e pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação com o apoio da Comissão Europeia e a “Federación Internacional de Periodistas”. No sentido de analisar a produção noticiosa respeitante a processos eleitorais, o estudo entende o emprego de “critérios de tonalização” à semelhança dos enunciados por Robert Entman. Deste modo, uma avaliação negativa corresponderá a uma saliência de obstáculos na postura do elemento em causa como deficiências ou qualidades negativas do mesmo, inadequação de acções, de condutas ou de posturas, inviabilidade ou inconsistência de propostas e projectos, oposições ou reacções contrárias despertadas em terceiros, uma actuação expressa em declarações, manifestações ou atitudes que caracterizem inércia ou falta de iniciativa política ou ainda outros aspectos, explícitos ou manifestos, que venham a impedir ou dificultar que o elemento em foco seja bem sucedido no processo eleitoral (1999:6-7). Inversamente, as abordagens positivas serão consentâneas com o evidenciar de aptidões do mesmo, designadamente, vantagens ou qualidades positivas, adequação de acções, de condutas ou de posturas, o ressaltar da viabilidade ou consistência de propostas e projectos, apoios ou reacções favoráveis despertadas em terceiros, uma actuação atestada em declarações, manifestações ou acções que expressem iniciativa política e

igualmente aspectos, explícitos ou manifestos, que venham a viabilizar ou facilitar que o elemento em análise seja bem sucedido no processo eleitoral (1999:7). Por seu turno, as avaliações neutrais verificar-se-ão sempre que o conteúdo noticioso citar um elemento e não for possível caracterizar o atributo de conteúdo enquanto negativo ou positivo e ainda quando a ponderação dos mesmos graus se revelar equilibrada, em conformidade com os critérios fixados por esta metodologia (1999:7).

De uma forma articulada com o precedente, o segundo e derradeiro conjunto de tabelas apresentou os resultados totais dos dados apurados, dispostos por jornal. Deste modo, tornou-se possível aferir, não só o enquadramento que cada órgão de comunicação social privilegiou em relação aos diferentes candidatos, partidos e respectivos programas eleitorais como também o volume de conteúdo noticioso dedicado aos mesmos. Como meio complementar de análise, foram incluídos os índices, em percentagem, de cada grau de avaliação moral em função do número total de enquadramentos identificados nos diversos factores em estudo.

Análise dos resultados

O acto eleitoral autárquico de 2009 para a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim marcava a derradeira recandidatura, de acordo com as limitações impostas por Lei, de José Macedo Vieira, candidato pelo Partido Social-Democrata (PSD) e líder da autarquia desde 1993. Com o referido autarca, os social-democratas poveiros obtiveram algumas das mais expressivas votações, não somente do seu historial, como também da globalidade dos actos eleitorais autárquicos realizados após 1974 no concelho, alcançando maiorias absolutas de monta nas eleições de 1997 (62,4%) e 2001 (64,6%), pese embora, no escrutínio de 2005, se tenha verificado um decréscimo ligeiramente superior a dez por cento no número de votos conquistados (54,2%). Num plano inverso, o Partido Socialista (PS), apesar de ter colhido uma cifra mínima em 1993 (8,4%), veio, paulatinamente, a encetar uma recuperação em escrutínios subsequentes, registando, no acto eleitoral de 2005, um novo máximo de 28,5% dos votos com o candidato Silva Garcia. Todavia, a difícil convivência entre este e a maioria social-democrata, aliada a algumas polémicas que redundaram em processos judiciais, contribuíram para a ausência de uma recandidatura. Conquanto tenha suscitado algum desagrado em determinados sectores do partido a nível local, Renato Matos, líder da comissão política concelhia, foi o candidato escolhido para concorrer às eleições autárquicas.

Força partidária com vincada tradição no concelho da Póvoa de Varzim, o CDS-Partido Popular (CDS-PP), outrora grupo político dominante na autarquia, designadamente, no período temporal compreendido entre 1976 e 1989, findo o qual começou a patentear um acentuado esvaziamento que culminou nas eleições de 2005 com a obtenção de 7,5% dos votos expressos, facto que acarretou a perda do único representante que detinham no executivo camarário. Para o acto eleitoral a ter lugar em Outubro de 2009, o candidato seleccionado foi Jorge Quintas Serrano, um gestor que havia desempenhado funções deputado na Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim entre 1993 e 1997. Por seu turno, a Coligação Democrática Unitária (CDU), embora tendo atingido uma percentagem mínima de 3,9% em 2005, longe do máximo logrado em 1993 (12,9%), apresentava, pela terceira vez consecutiva, como candidato à presidência da câmara Jorge Machado, deputado pelo Partido Comunista Português (PCP) à Assembleia da República. Após ter-se estreado no escrutínio anterior, angariando 2,5% dos votos do eleitorado, o Bloco de Esquerda (BE) apresentou-se às

eleições autárquicas de 2009 com uma lista encabeçada por Andrea Peniche, uma editora natural do concelho vizinho de Vila do Conde que havia sido cabeça de lista às Eleições Legislativas de 2005 pelo círculo de Aveiro. A escolha da candidata supracitada emergiu de uma controvérsia originada por questão referentes à composição das próprias listas de candidatura, cujo desfecho que provocou a cisão de alguns membros da estrutura local do partido.

O primeiro período em análise no presente estudo, respeitante a um conjunto de quatro semanas distendidas entre 30 de Agosto e 27 de Setembro, coincidente com a comumente designada pré-campanha, foi marcado por um conjunto de visitas de algumas figuras de destaque dos partidos a nível nacional como Manuela Ferreira Leite (PSD), Paulo Portas (CDS-PP), bem como o deputado do PCP Honório Novo. Para além da realização de encontros de esclarecimento levados a cabo pelos candidatos, algumas propostas destes últimos foram noticiadas, tal como as intenções do candidato do CDS-PP, Jorge Quintas Serrano em desligar os parómetros da cidade e, a um nível diverso, retomar o projecto de um novo mercado municipal ou as propostas de Renato Matos (PS) relativas à deslocalização da marina, bem como à necessidade de um plano estratégico de Turismo para a Póvoa de Varzim. Numa outra dimensão, a imprensa local divulgou o incumprimento da Lei da Paridade verificado nas listas da CDU, enquanto a polémica que havia tomado conta da escolha de candidatos por parte da estrutura local do BE era recuperada. Ao longo deste espaço temporal, no jornal O Comércio da Póvoa de Varzim, foram identificados oito enquadramentos noticiosos ao candidato José Macedo Vieira, ao PSD e respectivo programa eleitoral (Apêndice 1.1). O candidato foi perspectivado positiva e negativamente em número semelhante de enquadramentos (dois), ao passo que a força política pela qual se candidata, não obstante um volume idêntico de molduras abonatórias, recolhe cinco incidências negativas. No que concerne ao programa eleitoral proposto pelos social-democratas, a cobertura noticiosa evidencia uma clara neutralidade, havendo somente a registar dois enquadramentos alheios ao padrão dominante – um de carácter positivo e outro de natureza desfavorável. Com uma quantidade de molduras ligeiramente inferior (sete), o socialista Renato Matos logra receber uma apreciação positiva, porém, é simultaneamente tributado com duas de contornos negativos. Inversamente, o PS é enquadrado de modo favorável em duas ocasiões, sendo perspectivado negativamente numa outra. Acentuando o panorama constatado relativamente às propostas dos social-democratas, constata-se uma total predominância de enquadramentos neutrais do que se reporta ao programa eleitoral do

PS. Em termos análogos, quer ao candidato Renato Matos, quer ao respectivo partido, Jorge Machado, representando a Coligação Democrática Unitária (CDU), é encarado de forma positiva numa ocorrência e de modo desfavorável em duas, pese embora o universo de enquadramentos descortinados seja, comparativamente, mais reduzido (cinco). Neste particular, assumem maior destaque as propostas programáticas da coligação, tendo sido registadas duas incidências positivas. No concernente ao candidato centrista Jorge Quintas Serrano sobressai uma equidade distributiva transversal no que aos diferentes graus de avaliação moral concerne, num total de seis enquadramentos reconhecidos. Numa dimensão diversa, o CDS-PP apesar de perspectivado negativamente numa ocasião, logra alcançar três enquadramentos abonatórios. Por outro lado, as propostas eleitorais difundidas pelo CDS-PP assumem um papel assaz saliente com um total de três molduras positivas, reforçando, deste modo, o cenário verificado na candidatura da CDU. Tendo em consideração um universo mais reduzido de enquadramentos (três), merece destaque a ausência de molduras neutras referentes à candidata do BE, Andrea Peniche, em conjugação com a identificação de dois enquadramentos negativos e um de cariz positivo. Por outro lado, o partido pelo qual se candidata granjeia uma incidência abonatória, enquanto o programa eleitoral reveste-se, na sua globalidade, de enquadramentos neutrais.

A execução de uma análise prévia ao semanário *A Voz da Póvoa* permite constatar um decréscimo generalizado no volume de enquadramentos identificados neste período inicial (Apêndice 1.2). Num conjunto de somente três enquadramentos assinalados, o candidato Macedo Vieira é apreciado de modo positivo numa circunstância, enquanto o PSD torna a registar uma dimensão superior de perspectivas pouco abonatórias (duas) em relação às demais. O programa eleitoral volta a ser encarado de modo neutro pelo meio de comunicação em análise. Por seu turno, o socialista Renato Matos é percepcionado de modo inteiramente neutral num total de quatro enquadramentos, conquanto o PS recolha dois enquadramentos abonatórios e um desfavorável e as propostas programáticas sejam perspectivadas de forma positiva em duas ocasiões. Comparativamente, em idêntica quantidade de enquadramentos, o candidato Jorge Quintas Serrano recebe uma dupla apreciação favorável. De forma mais notável, o CSP-PP logra alcançar três molduras positivas, enquanto o correspondente programa eleitoral é merecedor de uma incidência abonatória. Por intermédio uma ténue presença neste período inaugural de estudo, espelhada numa ausência quase integral de enquadramentos assinalados, o BE, respectiva candidata e propostas eleitorais são

abordados de modo neutral, ao passo que, tanto a CDU como o programa eleitoral da coligação são tributados com uma moldura de contornos favoráveis.

A cobertura noticiosa do jornal Póvoa Semanário denota um volume superior de enquadramentos face à dimensão registada em A Voz da Póvoa, pese embora ainda distante dos níveis alcançados pelo semanário O Comércio da Póvoa de Varzim. O candidato social-democrata, José Macedo Vieira, num total de três enquadramentos, regista uma menção positiva, cifra em harmonia com a obtida pelo PSD, pese embora sobreposta por dois enquadramentos desfavoráveis (Apêndice 1.3). De acordo com a tendência habitual registada na presente análise, o programa eleitoral dos social-democratas é caracterizado de forma neutra. Com um número de molduras relativamente superior (quatro), Renato Matos é encarado de modo abonatório numa ocasião. Simultaneamente, o PS recolhe uma moldura, quer positiva, quer negativa, enquanto as propostas enunciadas pelo partido são perspectivadas negativamente, por intermédio de uma menção deste género. A CDU é visada com uma soma de enquadramentos análoga ao PSD, sendo o candidato Jorge Machado abordado nos mesmos termos que o concorrente social-democrata, conquanto, não só se divise um absoluto equilíbrio na disposição de molduras no que à coligação pela qual se candidata se reporta como o correspondente programa eleitoral é merecedor de um enquadramento favorável. Assumindo um maior destaque face aos demais em dimensão de molduras (cinco), o candidato Jorge Quintas Serrano logra obter um enquadramento abonatório, o dobro do qual é recolhido pelo CDS-PP. Num prisma diverso, as propostas programáticas são abordadas de uma forma predominantemente neutral, marcando, assim, uma involução na tendência assinalada nos restantes meios de comunicação em estudo. Finalmente, o BE resume a sua presença, neste etapa inicial de análise, a um universo de dois enquadramentos, sendo importante notar a identificação de duas incidências negativas, quer face à candidata Andrea Peniche como à própria força partidária.

A baliza temporal compreendida entre os dias 27 de Setembro e 11 de Outubro, correlativa a duas semanas nas quais se encontram inseridos os doze dias estipulados por Lei para a efectuação oficial na campanha eleitoral, respeita a um período intermédio de análise. De entre os factos noticiados, destacam-se a divulgação dos custos das diversas campanhas e a multiplicação de acções de rua. Todavia, a antecâmara do escrutínio autárquico foi sobretudo marcada por dois momentos. Por um lado, assistiu-se a uma acção de campanha realizada no mercado municipal para a qual

convergiram os diferentes partidos e na qual a estrutura do PS chegou a improvisar um pequeno comício. Por outro, uma das rádios locais promoveu um debate entre todos os candidatos à presidência da câmara no qual foram abordados diversos temas de cariz social, económico e ambiental. No jornal O Comércio da Póvoa, Macedo Vieira e o PSD mereceram uma incidência positiva cada, num conjunto de quatro enquadramentos, volume comum a todos os restantes candidatos, partidos e propostas. No concernente ao programa eleitoral dos social-democratas, a abordagem do semanário revestiu-se de uma absoluta neutralidade. De modo similar, o candidato socialista Renato Matos é repositório de uma apreciação favorável, embora, não só o PS seja encarado positiva e negativamente um igual número de circunstâncias (uma) como o programa eleitoral é avaliado com uma menção pouco abonatória. Em relativo contraste, o popular Jorge Quintas Serrano, apesar de enquadrado de forma neutral, assiste à atribuição de duas molduras favoráveis ao respectivo partido e uma outra de contornos idênticos às propostas eleitorais. No decorrer destas duas semanas, quer o PCP como o BE foram apresentados com uma feição neutra.

Tendo por base, uma vez mais, um universo de enquadramentos comparativamente inferior, o semanário A Voz da Póvoa atribui a José Macedo Vieira duas molduras favoráveis, num total de três enquadramentos. O PSD é perspectivado com uma moldura referente a cada grau de avaliação moral, enquanto o programa eleitoral volta a ser encarado sob uma prisma neutro. Relativamente ao candidato Renato Matos e ao PS, o panorama é análogo, pese embora o conjunto de enquadramentos considerados seja em número mais elevado (quatro). Num prisma diverso, o programa eleitoral dos socialistas regista uma incidência negativa. Em igual volume de enquadramentos, o centrista Jorge Quintas Serrano logra obter dois enquadramentos favoráveis, cifra semelhante à atribuída pelo jornal ao CDS-PP, se bem que contrabalançada com a acção atenuante de uma moldura negativa. As propostas eleitorais do partido são abordadas numa óptica neutra. O PCP e o BE voltam e registar uma dimensão mais reduzida em termos de enquadramentos. Convém, todavia, destacar a obtenção de um enquadramento abonatório, quer para a CDU como para o programa eleitoral, ao passo que a candidata Andrea Peniche e o BE recolhem uma menção desfavorável.

Na cobertura efectuada pelo jornal Póvoa Semanário, no período em questão, salienta-se, sobremaneira, num universo total de nove enquadramentos reconhecidos, o facto de, tanto o PSD como José Macedo Vieira serem retratados de um modo assaz

negativo, principalmente o primeiro. De facto, os social-democratas são perspectivados desfavoravelmente em cinco ocasiões, enquanto o respectivo candidato é abordado em termos negativos por quatro vezes. Numa conjuntura de natureza díspar, Renato Matos regista um enquadramento positivo e um outro desfavorável, enquanto o PS é tributado com duas menções pouco abonatórias, não obstante recolha uma de perfil positivo. Jorge Quintas Serrano, num total de quatro molduras, é perspectivado positivamente em duas ocasiões, tantas quantas o CDS-PP, embora a força partidária seja assinalada com uma moldura desfavorável. O programa eleitoral dos centristas foi apresentado de um modo neutral. Subornados à mesma lógica distributiva constatada em A Voz da Póvoa, CDU e BE tornam a merecer um menor volume de enquadramentos, com este último partido a registar um predomínio de molduras neutras, enquanto a coligação recolhe uma menção positiva.

A derradeira etapa em análise, correspondente ao período temporal de 11 de Outubro a 15 de Novembro, incide, numa primeira instância, sobre a divulgação dos resultados do escrutínio, bem como sobre rescaldo do acto eleitoral, momento pontuado pela aferição das reacções dos diversos protagonistas e, numa fase posterior, pela tomada de posse do novo executivo. Nas eleições em estudo, o eleitorado poveiro reconduziu, para um último mandato, o social-democrata José Macedo Vieira com um total de 46,3% dos votos, percentagem que vem confirmar um progressivo declínio do partido iniciado em 2005. No pólo diametralmente oposto, Renato Matos guindou o PS à votação mais robusta alguma vez alcançada no concelho (34,2%). O CDS-PP, por intermédio de Jorge Quintas Serrano, logrou subir no número de votos, atingindo a cifra de 10%, número que permitiu ao partido recuperar o representante no executivo municipal perdido nas eleições precedentes. A CDU reforçou ligeiramente a votação (4,2%) enquanto o BE manteve a sua expressão em termos eleitorais (2,5%). Em O Comércio da Póvoa de Varzim, não obstante os três enquadramentos positivos tributados ao candidato Macedo Vieira, num total de sete molduras, o PSD, é perspectivado de modo negativo em igual número de incidências. Por outro lado, o programa eleitoral dos social-democratas é alvo de enquadramentos neutrais em toda a linha. Já Renato Matos é encarado de modo pouco abonatório numa ocasião, enquanto o PS recolhe uma menção cada de carácter positivo e desfavorável. Tal como sucede com o PSD, as propostas programáticas dos socialistas são abordadas neutralmente na sua globalidade, neste caso particular, num conjunto de seis enquadramentos. Em termos comparativos, Jorge Quintas Serrano e o CDS-PP, num universo similar de

enquadramentos, são duplamente perspectivados de forma abonatória. O programa eleitoral dos populares segue a mesma lógica distributiva de molduras das forças partidárias imediatamente antecedentes. A candidata Andrea Peniche e o BE são ambos tributados com uma menção negativa, num total de dois enquadramentos verificados. Numa dimensão similar de molduras, Jorge Machado, a CDU e o respectivo programa eleitoral são encarados de forma neutra.

O semanário A Voz da Póvoa concede quatro enquadramentos a José Macedo Vieira, dois dos quais de cariz abonatório. No que concerne ao PSD, sublinha-se a existência de uma incidência desfavorável, enquanto as propostas eleitorais são perspectivadas positivamente numa ocasião. Renato Matos e o PS são retratados de modo favorável, com uma menção registada desta tipologia de avaliação moral. A cobertura noticiosa efectuada a Jorge Quintas Serrano apresenta-se neutral em toda a linha, conquanto o CDS-PP suceda em obter um enquadramento favorável. As demais forças partidárias, nomeadamente, a CDU e o BE voltam a ser merecedoras de uma volume mínimo de enquadramentos (um), neste caso particular, de natureza neutra. Na mesma linha, exceptuando as medidas programáticas dos social-democratas, as restantes foram abordadas sob um prisma neutral.

A candidatura vencedora à Câmara Municipal da Póvoa de Varzim recebe, por parte do jornal Póvoa Semanário, um total de cinco molduras, na qual quer Macedo Vieira, como o PSD e o devido programa eleitoral são alvo de uma menção positiva. Por seu turno, merece destaque o enquadramento abonatório conferido ao PS num cenário de absoluta neutralidade que abrange quer Renato Matos como as propostas do partido. Este panorama replica-se integralmente no que ao candidato Jorge Quintas Serrano e ao CDS-PP concerne. Por sua vez, num conjunto de quatro enquadramentos o BE recolhe uma menção abonatória e outra desfavorável, ao passo que Andrea Peniche é perspectivada negativamente. Finalmente, num universo total de dois enquadramentos, marcadamente neutrais, salienta-se uma menção abonatória no respeitante à CDU.

A leitura dos resultados gerais permite, no que à dimensão de cobertura noticiosa traduzida em número de enquadramentos dos diferentes agentes em análise concerne (candidatos, partidos políticos, programas eleitorais), constatar a existência de uma distribuição de natureza relativamente equitativa. Tal é o cenário que caracteriza a cobertura de O Comércio da Póvoa de Varzim (Apêndice 2.1), pese embora as ligeiras diferenças verificadas entre as várias candidaturas permitam efectuar um escalonamento

que, longe de se perfilar proporcional à dimensão eleitoral das mesmas, as níveis de acordo com o critério de expressão representativa. Neste particular, a excepção advém da candidatura centrista, cuja dimensão de enquadramentos não só se equipara à registada pelos socialistas (23,3%), como, igualmente, se encontra próxima da cifra obtida pela candidatura do PSD, da qual dista cerca de 2,7%. Em suma, torna-se praticável defender uma ausência efectiva de assimetrias de contornos pronunciados, tanto mais que a repartição não só se apresenta equilibrada como a maior diferença verificada, neste caso entre os social-democratas e os bloquistas (força partidária com menor quantidade de molduras), avulta em pouco mais de 13%. Conquanto a distribuição de molduras retenha um carácter semelhante ao anteriormente descrito, assiste-se, no semanário *A Voz da Póvoa*, a uma acentuação de diferenças entre dois conjuntos de partidos (Apêndice 2.2). Por um lado, não só o CDS-PP reúne a maior percentagem de enquadramentos (29,3%), distanciando-se em cerca de dois e cinco por cento, respectivamente, de PS e PSD, como marca uma distância de índole mais robusta face à CDU e ao BE, cuja presença não excede os 9,8% do total de molduras registadas. A lógica distributiva adoptada pelo jornal *Póvoa Semanário* denota uma aproximação ao semanário *A Voz da Póvoa*, embora sem replicação integral (Apêndice 2.3). A candidatura social-democrata volta a deter um volume superior de enquadramentos face às demais (28,8%), percentagem que para além de distar em quase 17% comparativamente às candidaturas de menor expressão (CDU e BE, ambas com 11,9% da globalidade de enquadramentos), manifesta um acréscimo de mais de 5% face às que se encontram mais próximas. A este propósito, importa frisar o volume de molduras recolhida pelo CDS-PP, cuja tradução em percentagem (23,7%) volta a equivaler-se à apurada relativamente ao PS, simultaneamente, sobrepondo-se à dimensão representativa detida pelo partido a nível local, facto comum aos restantes títulos informativos.

De entre os três agentes sobre os quais recaem os diferentes graus de avaliação moral que estruturam o presente estudo, começar-se-á por escarpelizar os dados referentes aos candidatos. Em *O Comércio da Póvoa de Varzim*, José Macedo Vieira obtém não só a percentagem mais elevada de enquadramentos positivos (31,6%) como se constitui o candidato com menor dimensão de menções com um cariz negativo (10,5%). Contrariamente à respectiva representatividade dos partidos pelos quais se candidatam, o popular Jorge Quintas Serrano logra ser a figura retratada sob um prisma mais abonatório após Macedo Vieira (23,5%), superiorizando-se a Renato Matos cujo

balanço entre enquadramentos resulta desfavorável em cerca de 6%. Num prisma diverso, embora Andrea Peniche seja perspectivada de forma mais abonatória em confronto com Jorge Machado (11,1% face a 9,1%), é igualmente tributada com uma percentagem superior de incidências negativas. Não obstante o panorama exposto, torna-se forçoso esclarecer que um número assaz significativo dos enquadramentos recolhidos configura uma índole neutral. De facto, mais de metade dos mesmos reportam-se a este grau de avaliação moral, com cifras oscilando entre os 55,6 de Andrea Peniche (apesar de, nesta circunstância particular, possa ser advogada uma transferência de enquadramentos entre as tipologias “neutro” e “negativo”) e os 72,7% de Jorge Machado (sendo, aparentemente, permissível aventar uma concentração de molduras neutras em partidos com expressão eleitoral mais reduzida). Em linha com o constatado anteriormente, Macedo Vieira e Jorge Quintas Serrano voltam a suplantar Renato Matos em termos de enquadramentos positivos em A Voz da Póvoa. O social-democrata logra alcançar 50% de menção favoráveis, seguido por Jorge Quintas Serrano com 33,3%, só posteriormente surgindo o candidato socialista com 27,3%. Jorge Machado, por seu turno, é encarado numa óptica plenamente neutra, embora seja necessário ressaltar a presença de um limitado contexto de enquadramentos, circunstância extensiva a Andrea Peniche, conquanto a candidata recolha uma soma de 25% de molduras pouco abonatórias. Em termos gerais, constata-se um reforço de enquadramentos neutrais na cobertura realizada pelo jornal com um incremento de valores superiores a 70% em alguns candidatos, encimados pelo supracitado Jorge Machado (100%). Macedo Vieira, até ao presente momento, encarado sob um prisma globalmente abonatório, merece, por parte do jornal Póvoa Semanário, uma abordagem similar em termos positivos e negativos (23,5%, em ambos os casos), pese embora mais de metade das molduras referentes ao candidato se revistam de um carácter neutral. Desta forma, o social-democrata dá a precedência a Jorge Quintas Serrano cuja cifra de 21,4% perfila-o como o mais favoravelmente enquadrado dos candidatos. Por outro lado, Renato Matos posiciona-se ao nível de Jorge Machado em percentagem de menções abonatórias (14,3%), se bem que registe, de igual modo, 7,1% de enquadramentos negativos. Contudo, o universo relativo a Jorge Machado perfaz somente metade do total de molduras respeitantes ao candidato socialista. Uma vez mais a bloquista Andrea Peniche é figura perspectivada sob um prisma menos favorável (28,6%), soma passível de relativização, analogamente, pelo conjunto exíguo de enquadramentos. Em consonância com as constatações precedentes, a tónica dominante

incide sobre a neutralidade de molduras com uma extensão compreendida entre os 52,9% de Macedo Vieira e os 85,7% logrados pelo candidato da CDU, Jorge Machado.

Deslocando o foco de análise dos candidatos para os respectivos partidos, ressalta, numa primeira instância, a abordagem claramente desfavorável que O Comércio da Póvoa de Varzim confere ao PSD. Neste caso, a percentagem de enquadramentos negativos atinge níveis idênticos aos de tipologia neutra (42,1%), as molduras positivas não superando os 15,8%. Em contraste, o CDS-PP reforça francamente a imagem positiva do seu candidato, recolhendo mais de 40% de incidências abonatórias face a somente 6% de molduras desfavoráveis. Numa proporção mais discreta, o PS logra registar uma percentagem ligeiramente mais elevada de enquadramentos positivos (23,5%) em confronto com aqueles de essência menos abonatória (17,6%). A CDU, com uma dimensão de molduras favoráveis não muito distante da aferida no PS (18,2%), regista, comparativamente, metade de menções negativas (9,1%). Por seu turno, O BE é o partido com uma percentagem mais reduzida de enquadramentos positivos, uma cifra cuja dimensão se revela idêntica aos de carácter negativo (11,1%). Esta tendência distributiva divisada concorre para uma ligeira inflexão no que ao predomínio de enquadramentos neutrais concerne com valores a oscilar entre os 42,1% e os 77,8%. O semanário A Voz da Póvoa reproduz, de modo assaz fiel a lógica identificada em O Comércio da Póvoa de Varzim no que respeita ao PSD, não obstante esta força partidária receba uma percentagem superior de enquadramentos favoráveis (20%) e assista a uma diminuição marginal de molduras negativas (40%). O CDS-PP reforça-se em termos de incidências abonatórias (50%), perfilando-se como o partido mais favoravelmente noticiado pelo jornal, pese embora se assinale um crescimento de menções negativas (8,3%), porém, pouco relevante. Face aos valores obtidos em O Comércio da Póvoa de Varzim o PS recolhe mais de 15% de enquadramentos abonatórios, paralelamente a um incremento praticamente irrisório de incidências de cariz negativo (de 17,6% para 18,2%). Relativamente à CDU e ao BE destaca-se a obtenção de 50% de enquadramentos positivos e 25% de molduras pouco abonatórias, correspondentemente, pese embora estes números se encontrem sujeitos a alguma reserva, emanada do reduzido volume de enquadramentos identificados em ambos os casos. A expressão dos enquadramentos neutros configura um carácter acentuadamente mais reduzido no semanário em análise, com a maioria das percentagens situadas entre os 40 e os 50%, conquanto o BE se posicione declaradamente em contra-ciclo (75%). No jornal Póvoa Semanário, o PSD volta a ser

perspectivado em moldes similares aos averiguados quer em O Comércio da Póvoa de Varzim como no Póvoa Semanário, atingindo uma cifra de 41,2% de molduras negativas face a 17,6% de essência abonatória. Do mesmo modo, o CDS-PP assume-se a força política com enquadramentos mais benéficos (28,6%), aglutinando menções negativas em muito menor número (7,1%). No caso do PS, constata-se uma total identificação entre enquadramentos abonatórios e desfavoráveis (21,4%). Apesar de um universo mais estreito de molduras, a CDU destaca-se com um total de quase 43% de enquadramentos positivos, contanto com um volume de incidências negativas na ordem dos 14,3%, cifra semelhante à colhida pelo BE, porém, em termos abonatórios, ao passo que as menções desfavoráveis avultam ao dobro (28,6%). A presença de enquadramentos neutrais processa-se em moldes, sensivelmente, idênticos aos registados no título informativo precedente, desta feita, com percentagens concentradas entre os 40 e os 65%.

Em termos gerais, o terceiro e último elemento em estudo – o programa eleitoral - é aquele sobre o qual recai, preferencialmente, percentagens médias particularmente elevadas de enquadramentos neutrais, sendo comum a ocorrência de valores próximos dos 100%. Neste sentido, merecem referência os 29,4% de molduras favoráveis conferidos às propostas do CDS-PP em O Comércio da Póvoa de Varzim, enquanto o programa divulgado pela CDU acolhe um total de 18,2% menções positivas. Finalmente, no semanário A Voz da Póvoa destaca-se a obtenção de 18,2% de enquadramentos, similamente, positivos face a 9,1% de menções de cariz pouco abonatório recolhidas pelo programa eleitoral do PS.

Conclusões

O propósito central do actual estudo funda-se na confirmação de um conjunto tríplice de hipóteses. Assim sendo, as conjecturas avançadas à partida eram consentâneas não só com a existência de enquadramentos mais abonatórios no sentido do candidato/partido no poder e do correspondente programa eleitoral mas igualmente com a constatação de um maior volume de cobertura noticiosa, traduzido em enquadramentos, associado aos mesmos, em detrimento das demais candidaturas.

De forma concreta, ao longo do período que circundou as Eleições Autárquicas de 2009 no concelho da Póvoa de Varzim, o autarca José Macedo Vieira foi o candidato perspectivado de forma mais positiva, recebendo, ao mesmo tempo, uma soma de enquadramentos negativos não muito expressivos, com o principal foco das mesmas a residir no jornal Póvoa Semanário, no qual a sua dimensão se equipara às de tipologia positiva. No plano oposto, o facto de o PSD permanecer a principal força política do concelho, não encontra, de todo, eco ao nível do total de enquadramentos identificados. Fenómeno transversal aos três jornais alvo de análise, os social-democratas perfilam-se como o partido mais penalizado em termos de cobertura noticiosa com uma incidência de molduras desfavoráveis superior a 40%. Neste particular, emerge a perspetivação dos media face ao CDS-PP que, não obstante os pergaminhos ostentados no cenário político local, permanece como terceira força política. Perfila-se como o partido que congrega maior número de incidências positivas, suplantando forças partidárias com representatividade superior na autarquia, designadamente, o PSD e o PS. No concernente ao programa eleitoral, o excesso de enquadramentos neutrais assinalado num parágrafo anterior inviabiliza uma leitura consistente e conclusiva dos dados.

A hipótese aventada de uma maior cobertura dos media face aos elementos detentores do poder confirma-se parcialmente. Tal como salientado num momento precedente, a lógica distributiva divisada nos diferentes jornais caracteriza-se por um grande equilíbrio, no qual as clivagens, mesmo entre os partidos situados em pólos opostos de representatividade, enfermam de óbvias limitações. No entanto, a candidatura social-democrata sucede em aglutinar uma quantidade superior de enquadramentos quer em O Comércio da Póvoa de Varzim como no jornal Póvoa Semanário, dando precedência à candidatura dos populares no jornal A Voz da Póvoa.

Na questão referente ao peso de cada elemento em análise (candidato, partido,

programa eleitoral) na lógica de cobertura dos media, a verificação da hipótese inicialmente sustentada não se processa em toda a linha. De facto, conquanto seja perceptível uma apreciável concentração de enquadramentos em torno da figura dos candidatos, esse cenário não só se replica como, por vezes, assume uma dimensão superior quando o foco noticioso recai sobre os partidos políticos. Assiste-se, assim, por parte dos media, a uma tendência para cobrir de forma mais intensa quer os candidatos como os partidos nos quais este se inserem em detrimento dos próprios programas eleitorais, marcadamente enquadrados de modo neutral.

Em termos potenciais, a relativa polarização de enquadramentos em torno dos dois extremos (positivo/negativo) é passível de conferir às acções do candidato maior visibilidade. Neste particular, Toshio Takeshita aponta para a relevância do conceito de saliência num plano duplo que engloba, não só a percepção que o público tem da importância de um facto enquadrado de um determinado modo, como também a acessibilidade de compreensão do mesmo (Weaver, 2007:146). Uma vez que a análise remete para um acto eleitoral de cariz local, considera-se natural que a figura do candidato, até por razões associadas a um grau mais elevado de proximidade com os eleitores, seja a mais invocada, assumindo o papel titular de uma campanha. Por outro lado, é curioso notar como os próprios programas eleitorais que à partida poderiam desempenhar um papel de relevo mais acentuado ou, pelo menos, assumir um carácter mais expressivo no confronto com os próprios candidatos são relegados para um plano assaz secundário. Resta saber até que ponto esta averiguação, mas igualmente as demais, reflecte a crença de David Weaver na importância do papel dos jornalistas na perspetivação de enquadramentos que chamem a atenção não só para determinados atributos dos objectos alvo de cobertura noticiosa como para os próprios objectos (2007:142).

Não obstante as problemáticas levantadas, torna-se possível, em termos gerais, considerar a existência de uma repartição de molduras que contribui para a definição de uma cobertura noticiosa que se desenrola numa dupla vertente, destacando com igual preponderância quer os candidatos como as respectivos forças partidárias nas quais os primeiros se inserem.

Para finalizar, sob o ponto de vista da investigação e tendo em consideração que o eleitorado poveiro, no escrutínio ora analisado, confirmou o autarca José Macedo Vieira para um quinto e derradeiro mandato, seria, no mínimo, interessante e pertinente retomar a actual pesquisa aquando da realização do próximo acto eleitoral autárquico

em 2013. Nesse momento, muito provavelmente sem aquele que é desde há quase duas décadas a principal figura política local num primeiro plano de acção, logo, abrindo caminho para a emergência de novos líderes seria possível e, inclusive, desejável constatar se as tendências aqui reveladas se acentuariam, confirmando-se, ou, pelo contrário, não encontrariam sequência.

Bibliografia

ALTHUSSER, Louis; “Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado”, Biblioteca de Ciências Humanas, Editorial Presença, Lisboa, 1974

ARISTÓTELES; “Tratado da Política”, Publicações Europa-América, 2ª edição, Mem Martins, 2000

BURDEAU, Georges; “O Estado”, Coleção Saber, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1981

CANEL, Maria José; “Comunicación Política – Un Guía para su Estudio y Práctica”, Editorial Tecnos, 2ª edição, Madrid, 2008

CANOTILHO, José Joaquim Gomes, e MOREIRA, Vital; “Constituição da República Portuguesa”, Coimbra Editora, Coimbra, 2005

CAZENEUVE, Jean; “Comunicação” in CAZENEUVE, Jean (ed.); “Guia Alfabético das Comunicações de Massas”, Edições 70, 1978

CAZENEUVE, Jean; “McLuhanismo” in CAZENEUVE, Jean (ed.); “Guia Alfabético das Comunicações de Massas”, Edições 70, 1978

CZITROM, Daniel; “Media and the American Mind”, The University of North Carolina Press, Chapel Hill, 1986

DE FLEUR, Melvin, e BALL-ROKEACH, Sandra; “Theories of Mass Communication”, Longman, 4ª edição, Nova Iorque, 1982

DE FLEUR, Melvin, e LOWERY, Shearon; “Milestones in Mass Communication Research”, Longman, Nova Iorque, 1983

DELLA PORTA, Donatella; “Introdução à Ciência Política”, Editorial Estampa, 1ª edição, Lisboa, 2003

EPSTEIN, Edward Jay; “News from Nowhere”, Ramdon House, 1ª edição, Nova Iorque, 1973

GANS, Herbert; “Deciding What’s News”, Constable, 2ª edição, Nova Iorque, 1980

GITLIN, Todd; “The Whole World Is Watching: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left”, University of California Press, 4ª Edição, Berkeley, 2003

GOFFMAN, Erving; “Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience”, Harper & Row, Nova Iorque, 1974

INNIS, Harold; “The Bias of Communication”, University of Toronto Press, 8ª edição, Toronto, 1984

MCLUHAN, Marshall; “Compreender os Meios de Comunicação – Extensões do Homem”, Relógio D’Água, Lisboa, 2008

MCQUAIL, Denis, e WINDAHL, Steve; “Communication Models”, Longman, 4ª edição, Londres, 1986

MENDES, Maria de Fátima Abrantes, e MIGUÉIS, Jorge; “Lei Eleitoral dos Órgão das Autarquias Locais”, Edição dos Autores, Torres Novas, 2005

MIRANDA, Jorge; “Ciência Política: Formas de Governo”, Edições Pedro Ferreira, Lisboa, 1996

PASQUINO, Gianfranco; “Curso de Ciência Política”, Principia, 1ª edição, Cascais, 2002

SCHEUFELE, Dietram, e TEWKSBURY, David; “Framing, Agenda Setting and Priming: The Evolution of Three Media Effects Models”, *Journal of Communication* 57, 2007

SHOEMAKER, Pamela; “Gatekeeping”, Sage, 1ª edição, Londres, 1991

WEAVER, David H.; “Thoughts on Agenda Setting, Framing and Priming”, *Journal of Communication* 57, 2007

WILL, Nicolas; “Essai sur la presse et le capital”, Union Générale d’Editions, 1ª edição, Paris, 1976

WOLF, Mauro; “Teorias da Comunicação”, Editorial Presença, 9ª edição, Lisboa, 2006

ZIPPELIUS, Reinhold; “Teoria Geral do Estado”, Serviço de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª edição, Lisboa, 1997

Ligações electrónicas

Projecto “A Mídia nas Eleições” in <http://www.datamidia.fndc.org.br/metodologia.pdf>, Federação Nacional dos Jornalistas, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Versão 2.0, 14 de Março de 1999

Apêndice 1.1 – Cobertura das Eleições Autárquicas de 2009 à Câmara Municipal da Póvoa de Varzim por candidato, partido e programa eleitoral (PE) segundo o grau de avaliação moral (positivo, negativo, neutro) em O Comércio da Póvoa de Varzim

Edição	Nº Notícia	Macedo Vieira	PSD	PE	Renato Matos	PS	PE	Jorge Machado	CDU	PE	Jorge Q. Serrano	CDS/PP	PE	Andrea Peniche	BE	PE
3/09	1	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro	Negativo	Neutro	Positivo	Positivo	Positivo	Neutro	Negativo	Neutro			
	2	Neutro	Negativo	Negativo							Positivo	Positivo	Positivo			
	3	Positivo	Positivo	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro
10/09	1	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro									
	2										Positivo	Positivo	Positivo			
	3	Positivo	Positivo	Positivo	Negativo	Neutro	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro
	4													Positivo	Positivo	Neutro
	5				Neutro	Neutro	Neutro									
17/09	1	Negativo	Neutro	Neutro							Neutro	Positivo	Positivo			
	2	Negativo	Negativo	Neutro	Positivo	Positivo	Neutro									
	3							Neutro	Negativo	Neutro						
24/09	1							Neutro	Positivo	Positivo						
	2	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro	Positivo	Neutro									
	3										Neutro	Neutro	Positivo			
30/09	1	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Positivo	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro
	2	Positivo	Positivo	Neutro	Neutro	Positivo	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro
8/10	1	Neutro	Neutro	Neutro	Positivo	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Positivo	Positivo	Neutro	Neutro	Neutro
	2	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Negativo	Negativo	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro
13/10	1	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Positivo	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro
	2	Positivo	Negativo	Neutro	Neutro	Positivo	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Positivo	Positivo	Neutro	Negativo	Negativo	Neutro
22/10	1	Positivo	Negativo	Neutro	Negativo	Negativo	Neutro				Neutro	Positivo	Neutro			
	2	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro				Neutro	Neutro	Neutro			
29/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5/11	1	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro				Neutro	Neutro	Neutro			
	2	Positivo	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro				Neutro	Neutro	Neutro			
	3	Neutro	Neutro	Neutro												
12/11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Apêndice 1.2 – Cobertura das Eleições Autárquicas de 2009 à Câmara Municipal da Póvoa de Varzim por candidato, partido e programa eleitoral (PE) segundo o grau de avaliação moral (positivo, negativo, neutro) em A Voz da Póvoa

Edição	Nº Notícia	Macedo Vieira	PSD	PE	Renato Matos	PS	PE	Jorge Machado	CDU	PE	Jorge Q. Serrano	CDS/PP	PE	Andrea Peniche	BE	PE
3/09	1	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro	Positivo	Positivo						
	2										Positivo	Positivo	Neutro			
10/09	1										Neutro	Positivo	Positivo			
	2	Positivo	Positivo	Neutro												
	3													Neutro	Neutro	Neutro
	4	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro	Positivo	Positivo									
17/09	1				Neutro	Positivo	Neutro									
	2										Neutro	Positivo	Neutro			
24/09	1										Positivo	Neutro	Neutro			
	2				Neutro	Neutro	Positivo									
1/10	1										Positivo	Positivo	Neutro			
	2				Positivo	Neutro	Neutro									
8/10	1	Positivo	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro
	2				Positivo	Positivo	Neutro									
	3	Positivo	Positivo	Neutro												
	4										Positivo	Positivo	Neutro			
	5	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro	Positivo	Positivo	Neutro	Negativo	Neutro			
	6													Negativo	Negativo	Neutro
15/10	1	Neutro	Negativo	Neutro							Neutro	Neutro	Neutro			
	2	Positivo	Neutro	Positivo	Positivo	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro
22/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
29/10	1	Positivo	Neutro	Neutro	Neutro	Positivo	Neutro				Neutro	Positivo	Neutro			
5/11	1	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro				Neutro	Neutro	Neutro			
12/11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Apêndice 1.3 – Cobertura das Eleições Autárquicas de 2009 à Câmara Municipal da Póvoa de Varzim por candidato, partido e programa eleitoral (PE) segundo o grau de avaliação moral (positivo, negativo, neutro) em Póvoa Semanário

Edição	Nº Notícia	Macedo Vieira	PSD	PE	Renato Matos	PS	PE	Jorge Machado	CDU	PE	Jorge Quintas Serrano	CDS/PP	PE	Andrea Peniche	BE	PE
2/09	1										Positivo	Positivo	Neutro			
	2	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro	Positivo	Neutro						
	3													Negativo	Negativo	Neutro
9/09	1				Neutro	Neutro	Neutro				Neutro	Neutro	Neutro			
	2	Positivo	Positivo	Neutro												
	3													Neutro	Neutro	Neutro
	4										Neutro	Positivo	Neutro			
16/09	1										Neutro	Neutro	Neutro			
	2	Neutro	Negativo	Neutro	Positivo	Positivo	Neutro									
	3							Neutro	Negativo	Neutro						
23/09	1				Neutro	Neutro	Negativo									
	2							Positivo	Neutro	Positivo						
	3										Neutro	Neutro	Neutro			
30/09	1	Neutro	Negativo	Neutro							Neutro	Neutro	Neutro			
	2	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro	Positivo	Neutro	Neutro	Negativo	Neutro			
	3	Negativo	Negativo	Neutro										Neutro	Neutro	Neutro
	4				Neutro	Neutro	Positivo									
	5										Positivo	Positivo	Neutro			
7/10	1	Positivo	Positivo	Neutro												
	2	Negativo	Neutro	Neutro	Positivo	Positivo	Neutro									
	3	Neutro	Negativo	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro									
	4	Positivo	Neutro	Positivo												
	5	Negativo	Neutro	Neutro				Neutro	Neutro	Neutro						
	6	Negativo	Negativo	Neutro	Negativo	Negativo	Neutro				Positivo	Positivo	Neutro			
	7													Neutro	Positivo	Neutro
14/10	1	Positivo	Positivo	Positivo	Neutro	Positivo	Neutro	Neutro	Positivo	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Negativo	Negativo	Neutro
	2	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro				Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro
21/10	1	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro				Neutro	Neutro	Neutro			
28/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4/11	1	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro
	2	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro				Neutro	Neutro	Neutro			
11/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Apêndice 2.1 – Resultados totais da Cobertura das Eleições Autárquicas de 2009 à Câmara Municipal da Póvoa de Varzim por candidato, partido e programa eleitoral (PE) segundo o grau de avaliação moral (positivo, negativo, neutro) em O Comércio da Póvoa de Varzim

Grau de avaliação	Macedo Vieira	%	PSD	%	PE	%
<i>Positivo</i>	6	31,6	3	15,8	1	5,3
<i>Negativo</i>	2	10,5	8	42,1	1	5,3
<i>Neutro</i>	11	57,9	8	42,1	17	89,5

Total de Enquadramentos: 19 (26%)

Grau de avaliação	Renato Matos	%	PS	%	PE	%
<i>Positivo</i>	2	11,8	4	23,5	-	-
<i>Negativo</i>	3	17,6	3	17,6	1	5,9
<i>Neutro</i>	12	70,6	10	58,8	16	94,1

Total de Enquadramentos: 17 (23,3%)

Grau de avaliação	Jorge Machado	%	CDU	%	PE	%
<i>Positivo</i>	1	9,1	2	18,2	2	18,2
<i>Negativo</i>	2	18,2	1	9,1	-	-
<i>Neutro</i>	8	72,7	8	72,7	9	81,8

Total de Enquadramentos: 11 (15,1%)

Grau de avaliação	Jorge Q. Serrano	%	CDS/PP	%	PE	%
<i>Positivo</i>	4	23,5	7	41,2	5	29,4
<i>Negativo</i>	2	11,8	1	5,9	-	-
<i>Neutro</i>	11	64,7	9	52,9	12	70,6

Total de Enquadramentos: 17 (23,3%)

Grau de avaliação	Andrea Peniche	%	BE	%	PE	%
<i>Positivo</i>	1	11,1	1	11,1	-	-
<i>Negativo</i>	3	33,3	1	11,1	-	-
<i>Neutro</i>	5	55,6	7	77,8	9	100

Total de Enquadramentos: 9 (12,3%)

Apêndice 2.2 – Resultados totais da Cobertura das Eleições Autárquicas de 2009 à Câmara Municipal da Póvoa de Varzim por candidato, partido e programa eleitoral (PE) segundo o grau de avaliação moral (positivo, negativo, neutro) em A Voz da Póvoa

Grau de avaliação	Macedo Vieira	%	PSD	%	PE	%
<i>Positivo</i>	5	50	2	20	1	10
<i>Negativo</i>	-	-	4	40	-	-
<i>Neutro</i>	5	50	4	40	9	90

Total de Enquadramentos: 10 (24,4%)

Grau de avaliação	Renato Matos	%	PS	%	PE	%
<i>Positivo</i>	3	27,3	4	36,4	2	18,2
<i>Negativo</i>	-	-	2	18,2	1	9,1
<i>Neutro</i>	8	72,7	5	45,5	8	72,7

Total de Enquadramentos: 11 (26,8%)

Grau de avaliação	Jorge Machado	%	CDU	%	PE	%
<i>Positivo</i>	-	-	2	50	2	50
<i>Negativo</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Neutro</i>	4	100	2	50	2	50

Total de Enquadramentos: 4 (9,8%)

Grau de avaliação	Jorge Q. Serrano	%	CDS/PP	%	PE	%
<i>Positivo</i>	4	33,3	6	50	1	8,3
<i>Negativo</i>	-	-	1	8,3	-	-
<i>Neutro</i>	8	66,7	5	41,7	11	91,7

Total de Enquadramentos: 12 (29,3%)

Grau de avaliação	Andrea Peniche	%	BE	%	PE	%
<i>Positivo</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Negativo</i>	1	25	1	25	-	-
<i>Neutro</i>	3	75	3	75	4	100

Total de Enquadramentos: 4 (9,8%)

Apêndice 2.3 – Resultados totais da Cobertura das Eleições Autárquicas de 2009 à Câmara Municipal da Póvoa de Varzim por candidato, partido e programa eleitoral (PE) segundo o grau de avaliação moral (positivo, negativo, neutro) em Póvoa Semanário

Grau de avaliação	Macedo Vieira	%	PSD	%	PE	%
<i>Positivo</i>	4	23,5	3	17,6	2	11,8
<i>Negativo</i>	4	23,5	7	41,2	-	-
<i>Neutro</i>	9	52,9	7	41,2	15	88,2

Total de Enquadramentos: 17 (28,8%)

Grau de avaliação	Renato Matos	%	PS	%	PE	%
<i>Positivo</i>	2	14,3	3	21,4	1	7,1
<i>Negativo</i>	1	7,1	3	21,4	1	7,1
<i>Neutro</i>	11	78,6	8	57,1	12	85,7

Total de Enquadramentos: 14 (23,7%)

Grau de avaliação	Jorge Machado	%	CDU	%	PE	%
<i>Positivo</i>	1	14,3	3	42,9	1	14,3
<i>Negativo</i>	-	-	1	14,3	-	-
<i>Neutro</i>	6	85,7	3	42,9	6	85,7

Total de Enquadramentos: 7 (11,9%)

Grau de avaliação	Jorge Q. Serrano	%	CDS/PP	%	PE	%
<i>Positivo</i>	3	21,4	4	28,6	-	-
<i>Negativo</i>	-	-	1	7,1	-	-
<i>Neutro</i>	11	78,6	9	64,3	14	100

Total de Enquadramentos: 14 (23,7%)

Grau de avaliação	Andrea Peniche	%	BE	%	PE	%
<i>Positivo</i>	-	-	1	14,3	-	-
<i>Negativo</i>	2	28,6	2	28,6	-	-
<i>Neutro</i>	5	71,4	4	57,1	7	100

Total de Enquadramentos: 7 (11,9%)

